

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA



ANO 11
VOLUME 11
NÚMERO 2

2017

Programa de Pós-graduação em História Comparada - UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2017

Ano 11

Volume 11

Número 2

Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 11, v. 11, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2017.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula, n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 2221-4049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: ppghc@historia.ufrj.br

Site: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>

<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/destaque/publicacoes/revista-de-historia-comparada>

Revisão:

Paulo Duarte Silva

Apoio Técnico:

Juliana Salgado Raffaeli

Vítor Luiz Silva de Almeida

Montagem e projeto gráfico da capa:

Juliana Salgado Raffaeli

Imagem da capa:

Ramiro II segundo uma miniatura do Tumbo A da Catedral de Santiago de Compostela

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Ano 11 – Volume 11 – Número 2 – dez/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretora: Norma Côrtes Gouveia de Melo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Wallace Moraes

EDITOR RESPONSÁVEL
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ EDITORIAL
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Flávio dos Santos Gomes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Leila Rodrigues da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Paulo Duarte Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Victor de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO
Juliana Salgado Raffaeli (Doutoranda – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Hiram Alem (Mestrando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Valtair A. Miranda (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Vítor Luiz Silva de Almeida (Doutorando – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL
Anita Leocádia Prestes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Carlos Roberto Antunes dos Santos (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Diva do Couto Muniz (Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil)
Gilson Rambelli (Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil)
Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil)
Jean Marcel Carvalho França (Universidade Estadual Paulista, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Joana Maria Pedro (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)
José Antônio Dabdab Trabuls (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil)
José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Maria do Amparo Tavares Maleval (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Gabriela Martin Ávila (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)
Maria Helena Rolim Capelato (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil)
Renata Menezes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil)
Terezinha Oliveira (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil)
Valdemir Donizette Zamparoni (Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL
Carlos Barros (Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, A Coruña, Espanha)
José Luis Fontes (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Maria de Fátima Souza e Silva (Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal)
Maria Cecília Colombani (Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Buenos Aires, Argentina)
Maria Manuela Martins (Universidade do Minho, Braga, Portugal)
Mariana Benedetti (Università degli Studi di Milano, Milano, Itália)
Norberto Consani (Universidad Nacional de la Plata, La Plata, Buenos Aires, Argentina)
Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Patrícia Grau-Dieckmann (Universidad Nacional de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina)
Pieter Lagrou (Institut d'Histoire du Temps Présent, Île-de-France, França)
Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim, Berlin, Alemanha)

Sumário

Artigos

ENTRE O CRISTÃO RAMIRO II E O MOURO ALBOAZER ALBOÇADAM: UMA INTERPRETAÇÃO DA “LENDA DE GAIA” À LUZ DAS VIRTUDES DA CAVALARIA MEDIEVAL 06

BETWEEN THE CHRISTIAN RAMIRO II AND THE MOOR ALBOAZER ALBOÇADAM: AN INTERPRETATION OF THE "LEGEND OF GAIA" IN THE LIGHT OF THE VIRTUES OF MEDIEVAL CHILVARY

Natália Silva Teixeira Rodrigues de Oliveira

AS MÃES PRECOSES E AS FRONTEIRAS FLUIDAS DOS ALDEAMENTOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO (1730-1820) 24

PRECOCIOUS MOTHERS AND THE FLUID BOUNDARIES OF INDIAN VILLAGES IN SÃO PAULO (1730-1820)

Carlos Alberto Medeiros Lima; Marcio Marchioro

MAPUTO E RIO DE JANEIRO DO OITOCENTOS: A EDUCAÇÃO DOS INFAMES 55

MAPUTO AND RIO DE JANEIRO: REDUCATING THE INFAMOUS (1870-1880)

Octavio Jose Zimbico

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER MEDIEVAL NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA VISÃO COMPARATIVA 80

THE REPRESENTATION OF MEDIEVAL WOMEN IN DIDACT BOOKS: A COMPARATIVE VISION

Marta de Carvalho Silveira

RAZONES DEL ALMA CONTRITA: FENOMENOLOGÍAS DE LA SAUDADE. APUNTES PARA UNA TEORÍA HISTÓRICO-CULTURAL DE LA SAUDADE 108

REASONS FOR THE SORE SOUL: PHENOMENOLOGIES FROM SAUDADE: NOTES FOR A HISTORICAL-CULTURAL THEORY OF SAUDADE'S FEELING

Iván Sánchez-Moreno

ENTRE O CRISTÃO RAMIRO II E O MOURO ALBOAZER ALBOÇADAM: UMA INTERPRETAÇÃO DA “LENDA DE GAIA” À LUZ DAS VIRTUDES DA CAVALARIA MEDIEVAL

Natália Silva Teixeira Rodrigues de Oliveira¹
Universidade Nova de Lisboa
Centro Universitário Una

Resumo: As narrativas literárias dos denominados *Livros de linhagem* da nobreza portuguesa, mesmo que breves, constituem importante fonte de pesquisa sobre a Idade Média na Península Ibérica. Para além dos registros nobiliários, a sua leitura e interpretação historiográfica possibilita, ao historiador, alcançar a vivência da nobreza portuguesa e espanhola no período medieval e identificar os seus valores, as suas identidades, os seus imaginários, os seus mitos. Neste contexto, a interpretação da “Lenda de Gaia”, contada no título XXI do Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro, possibilitou desvendar, a partir do imaginário que envolve a união entre o rei Ramiro II de Leão e a moura Artiga, não só as origens de importantes linhagens nobiliárias da Península Ibérica, à luz da mistura dos sangues cristão e muçulmano, mas, sobretudo, como os ideais da cavalaria, tão marcantes no período medieval, ultrapassam a nobreza cristã e se mostraram presentes também na figura do nobre islâmico.

Palavras-chave: Livros de linhagem – Lenda de Gaia – virtudes da cavalaria.

BETWEEN THE CHRISTIAN RAMIRO II AND THE MOOR ALBOAZER ALBOÇADAM: AN INTERPRETATION OF THE "LEGEND OF GAIA" IN THE LIGHT OF THE VIRTUES OF MEDIEVAL CHIVALRY

Abstract: The literary narratives of the so-called Books of lineage of the Portuguese nobility, even if brief, are important sources of research on the Middle Ages in the Iberian Peninsula. In addition to the nobility registers, its historiographical reading and interpretation enables the historian to reach the experience of the Portuguese and Spanish nobility in the medieval period and to identify their values, their identities, their imaginaries, their myths. In this context, the interpretation of the Legend of Gaia, counted in the title XXI of the Book of Lineage of Count Dom Pedro, made it possible to uncover, from the imaginary that involves the union between the king Ramiro II of Leon and the Moor Artiga, not only the origins of important lineages of nobility in the Iberian Peninsula, in the light of the mixture of Christian and Muslim blood, but above all, as the ideals of chivalry, so remarkable in the medieval period, surpassed the Christian nobility and were also present in the figure of the Islamic nobleman.

Keywords: Books of lineage – Legend of Gaia – virtues of the chivalry.

A interpretação das narrativas literárias nos livros de linhagem como fonte historiográfica do cotidiano medieval

Decifrar um documento histórico, a fonte propriamente dita, viabiliza o acesso a uma “memória escrita, grande necessidade da humanidade que não quer desaparecer; esse movimento leva os homens vivos ao historiador e o historiador os impede de morrer”.²

¹ E-mail: nataliaastroliveira@gmail.com.

² LE GOFF, Jacques. **Em busca da idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 38.

Na perspectiva atual, a pesquisa histórica não se limita aos documentos oficiais, já que supera o paradigma do historicismo e alcança uma forma de se “fazer história” pela problematização, pela intensa coleta de “provas”, de vestígios, de artefatos, de construções artísticas, literárias, enfim, pela procura, nas entrelinhas das fontes, do significado da vida do homem no passado. Coleta-se fontes, nas palavras de José Mattoso, na:

paisagem, nos monumentos, nas iluminuras, nos jogos, nos contos, no imaginário coletivo, nas técnicas artesanais, nos pelourinhos, nos barcos de pesca, na terminologia das formas de tratamento pessoal, na paginação dos livros, nos brinquedos, na moda, enfim, em tudo.³

Os historiadores, durante séculos, tiveram uma necessidade de se “apegar” ao passado real, desconstruindo o imaginário como fonte historiográfica ou mesmo tentando, por meio de métodos científicos próprios do historicismo, “conferir realidade” a esse mesmo imaginário. Como esclarece o historiador português José Mattoso:

É verdade que os nossos historiadores proclamaram como ideal reconstituir o passado *real*, desmascarando o que pudesse haver de imaginário nas interpretações dos seus predecessores. Mas a inconsistente ou deliberada tendência para colocar a História ao serviço da causa nacional levou-os com a maior frequência esquecer a narrativa do passado, como a história de um ente existente *de per se* – a nação –, ocultava, sobretudo no passado longínquo, os discursos contraditórios de que essa mesma narrativa havia, muitas vezes, nascido. [...]
Tornar o *imaginário* não só verossímil mas também *real*, pelos métodos seguros, científicos, escrupulosos, do positivismo e da erudição mais exigentes – eis o grande empenhamento, o persistente esforço de muitos dos nossos mais veneráveis historiadores nacionais, desde a época romântica até aos que ensinaram nas academias e universidades nos anos 40 a 60, e cujos propósitos foram seguidos por não poucos vulgarizadores de efectivo mérito científico até aos dias de hoje.⁴

Entretanto, a própria evolução na diversificação e no manejo das fontes, advinda de uma nova forma de se “construir” a história, permitiu que as narrativas, mesmo aquelas um tanto imaginárias, adquirissem uma importância pela própria

³ MATTOSO, José. A escrita da história. **Obras completas**. v. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. p. 11-22. p. 15.

⁴ ___. As três faces de Afonso Henriques. **Publicações Penélope**. Fazer e desfazer a história. n. 8. Lisboa: Cosmos, 1992. p. 26.

forma como se apresentam, tendo em vista que, a partir de sua interpretação, é possível alcançar diversas características reais do passado que se investiga. Afinal, na esteira de Eric Hobsbawm, o passado é

“uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações”.⁵

Nesse contexto, apresentam-se os livros de linhagem portugueses,⁶ não só como fontes das genealogias nobiliárquicas ibéricas, mas, também, como breves narrativas literárias dos feitos de alguns de seus personagens. Desta forma, para além dos registros nobiliários, a sua leitura e interpretação historiográfica possibilita, ao historiador, o alcance da vivência da nobreza portuguesa e espanhola no período medieval, identificar os seus valores, as suas identidades, os seus imaginários, os seus mitos.

São diversas as histórias contadas, que, na maioria das vezes, apresentam-se como sagas de cavaleiros, reis, rainhas, as ligações entre as mais diversas famílias nobres e a formação das suas descendências. Por este perfil, os livros de

⁵ HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 25.

⁶ São três os livros de linhagem: o *Livro Velho* (compilado entre os anos 1282-1290 ou 1286-1290), o *Livro de Deão* (1343) e o *Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro*. Eles foram compilados entre os séculos XIII e XIV. O segundo e o terceiro foram escritos no século XIV, no período do reinado de Dom Afonso IV, enquanto o *Livro Velho* ainda data do século XIII. O autor do *Livro Velho*, de que se conserva apenas um fragmento, estava “muito ligado aos meios monásticos”, pois, conforme José Mattoso, há muitas referências à palavra “monjas”. Foi escrito para Martim Gil de Riba de Vizela. PIEL, Joseph; MATTOSO, José (Ed.). *Livros velhos de linhagem*. Lisboa: 1980. p. 14. Neste sentido, apesar de se saber quando foi o período em que o *Livro Velho* foi escrito, não se sabe quem foi, com certeza, o seu autor, mas, se supõe que teria sido um membro de um monastério. Já o *Livro de Deão* era a “primeira parte do manuscrito de Miguel Godinho de Castelo Branco”, que diz “ter sido escrito por Martim Anes para um deão, cujo nome não se menciona, no ano de 1343”. (PIEL, J.; MATTOSO, J. Op. Cit., p. 15), apesar de poder ter sido escrito um pouco antes dessa época, por volta de 1337. O compilador do *Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro* foi o Conde Pedro Afonso de Barcelos, filho bastardo de Dom Dinis, e o mais provável é que tenha sido compilado entre os anos de 1325 e 1340 (“recolha de materiais e primeira redação) e entre 1340 e 1344 (segunda redação, que deu origem à versão hoje conhecida), embora, como ensina José D’Assunção Barros, “o texto que nos chegou foi ampliado por uma refundição entre 1360 e 1365 e por outra entre 1380 e 1383”. BARROS, José D’Assunção. Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa – A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. **Revista Convergência Lusíada**, n. 25, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 25 mar 2017. As consequências dessa diferente autoria nos textos e nas histórias que nos são narradas acabam por ocasionar diferentes visões e interpretações da vida dos nobres, por suas peculiaridades e percepções. Outra questão importante é que, no caso do *Livro Velho* e do *Livro de Deão*, por somente restarem fragmentos, muitas são as lacunas históricas e dos dados notariais e genealógicos daquelas linhagens.

linhagem são fontes híbridas da história medieval portuguesa, trabalhando, ao mesmo tempo, com as genealogias e com narrativas literárias, que ilustravam a vida de alguns dos indivíduos que pertenciam a uma determinada linhagem. O manejo com essas fontes permite ao historiador “alcançar” esse ambiente e seu *modus vivendi*, construído, sobretudo, a partir das uniões nobiliárias e do parentesco de sangue. Assim, mesmo que não possam ser considerados, em sua totalidade, autênticas e reais, as narrativas ajudam na compreensão das mentalidades do medievo ibérico, como elucida José Assunção Barros:

A História Cultural e Literária da Idade Média conheceu, no decurso de seu desenvolvimento, alguns gêneros híbridos – aqui entendidos como aqueles gêneros literários que intermesclam ou entremeiam distintos padrões formais, dois ou mais modos de apresentação do texto, materiais e conteúdos francamente diversos ou estilos textuais bem diferenciados. Talvez o mais relevante exemplo de gênero e forma híbrida da literatura medieval ibérica esteja exemplificado com os chamados livros de linhagens, gênero textual que de saída alterna a forma genealógica e a forma narrativa, e que, além disto, encaminha através da sua parte narrativa conteúdos tão diversos como os relatos míticos, os registros com pretensão histórica, as anedotas, os episódios de memória familiar, os *exempla* e os textos de cunho moral.⁷

Percebe-se, entretanto, que nem todos os títulos apresentam tais narrativas com mais ênfase, já que muitos deles destacam-se quase que pela descrição da genealogia nobiliária de que cuidam. São os Maias, Souza, Gonçalves, Bizcaia, Castro, dentre inúmeros outros apelidos, alcunhas, nomes de família, topônimos, contidos, por exemplo, no extenso índice do Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro. Esse detalhe, por si só, permite extrair um importante significado daqueles títulos que se destacam também pelas sagas descritas, que permeiam as construções genealógicas. Afinal, por que alguns títulos se destacam por suas belas narrativas literárias sobre as genealogias de que tratam e outros não? A que devem a existência dessas narrativas, que se entrelaçam às árvores genealógicas trabalhadas?

⁷ BARROS, José D’Assunção. Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa – A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. **Revista Convergência Lusíada**, n. 25, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 10 mar 2017.

A resposta parece se aproximar da importância que determinadas uniões e genealogias apresentam em relação, sobretudo, a sua descendência, a determinadas famílias que, a despeito de todas serem nobres, ganharam maior relevo na história medieval que outras. Aliás, conforme Georges Duby, as narrativas constituem-se numa relevante “reserva de material para o estudo das mentalidades e das ideologias, pelo que interessa examinar a influência do que é lembrado e, sobretudo, do que é esquecido na representação de um determinado acontecimento.”⁸

Daí merecerem uma leitura mais profunda, por parte daqueles que se dispuseram contar as suas histórias, mesmo que nem sempre inteiramente reais, diante, não só das reedições dos livros de linhagem,⁹ mas, também, pela própria característica um tanto imaginária da história medieval, mas que a torna rica e emblemática, como ensina Jacques Le Goff:

O imaginário transborda o território da representação e é levado adiante pela fantasia, no sentido forte da palavra. O imaginário constrói e alimenta lendas e mitos. Podemos defini-lo como o sistema de quimeras de uma sociedade, de uma civilização que transforma a realidade em visões ardentes do intelecto.¹⁰

Por outro lado, ainda que envolvidas num imaginário típico da história medieval,¹¹ não se pode deixar de refletir sobre as narrativas dos livros de

⁸ DUBY, Georges. O historiador hoje. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986. p. 9-10.

⁹ No que concerne ao *Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro*, a inexatidão das suas edições estimulou José Mattoso a lançar uma edição crítica, o mais completa e segura possível, acessível aos leitores, historiadores e pesquisadores, pois, conforme o referido historiador, “apesar de ser, portanto, obra tão fundamental, não existe dela nenhuma edição correcta, muito menos uma edição crítica. A de Lavanha transcreve os passos narrativos, mas reordena a material genealógica interpretando-a, por vezes de maneira discutível. Alexandre Herculano transcreveu nos *Portugaliae Monumenta Historica* o fragmento da Ajuda e a cópia da Torre do Tombo, mas não fez qualquer tentativa para tornar mais claro o compacto texto medieval nem para corrigir os seus numerosos e evidentes erros, lacunas e confusões”. MATTOSO, José. **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980. p. 7.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 12.

¹¹ Importante esclarecer que, mesmo muitas narrativas tendo sido construídas no contexto do imaginário, este não é, na leitura dos textos medievais, sinônimo de “imaginação”, como explica Jacques Le Goff: “A história do imaginário não é uma história da imaginação no sentido tradicional, trata-se de uma história da criação e do uso das imagens que fazem uma sociedade agir e pensar, visto que resultam da mentalidade, da sensibilidade e da cultura que as impregnam e as animam. Essa história tornou-se possível há algumas décadas a partir da nova utilização das imagens pelos

linhagem portuguesas à luz também de um certo caráter etnológico que apresentam, uma vez que, para além de contar os episódios, têm, em personagens específicos, o seu olhar mais aprofundado. A utilização da etnologia na interpretação das fontes históricas ganhou relevo a partir da “Escola dos Annales”¹² (mas, não só com ela), e destaca a possibilidade de se trabalhar com as “personagens” do cotidiano, lançando mão de se investigar o quão o período medieval era dotado de profunda diversidade cultural. Essa forma de “coleta” de dados, fontes, vestígios só faz aumentar a familiaridade com a alteridade da Idade Média.

Portanto, a partir da interpretação das narrativas literárias dos livros de linhagem portuguesas, é possível, por exemplo, evidenciar características típicas da nobreza medieval, seja ela cristã ou muçulmana, como as relações de fidelidade, a vassalagem, o direito consuetudinário, a lógica fiduciária do vínculo com a terra, e, de forma bem perceptível, a valorização da cavalaria.

O cavaleiro foi um personagem medieval típico da nobreza,¹³ e, apesar de ser ela “plural” e, portanto, possuir características específicas de cada região,

historiadores.” LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 13-4.

¹² Movimento historiográfico que surge França, na segunda década do século XX, e teve, como “pais fundadores”, Marc Bloch e Lucien Febvre. Os Annales introduzem um novo método de interpretar e analisar os acontecimentos históricos, baseado na utilização de fontes outras, além daquelas utilizadas no historicismo, bem como apresenta a história como uma “história-problema”, aliando-a a outras áreas do conhecimento, como a Geografia (Fernand Braudel), a Antropologia e a Sociologia (Marc Bloch e Lucien Febvre), ou, ainda, a Literatura, Psicologia, à Filosofia, ao Direito e à Economia. A “Escola dos Annales” foi considerada revolucionária no modo de se construir/reconstruir um discurso histórico, sobretudo pelas novas formas de se pensar a história, já que a história puramente política era incapaz de atender às demandas explicativas sobre o mundo. Também de viés mais estruturalista, porém, os Annales preocupou-se com a chamada “história das mentalidades”.

¹³ Importante esclarecer, entretanto, que os dois termos “nobreza” e “cavalaria” não são sinônimos, tendo, inclusive, existido cavaleiros que não eram nobres, mas, sim, “servos que foram feitos cavaleiros por seus mestres”, mesmo que temporária e de forma condicional, como explica Jean Flori: “Ela depende, de fato, de sua profissão militar e terá fim se eles não estiverem mais em condições de exercê-la ou se seus descendentes não forem investidos antes dos 25 ou 30 anos”. FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005. p. 121. O mesmo medievalista francês, sobre a relação entre nobreza e cavalaria, conclui: “Assim, ao longo de toda a Idade Média, nobreza e cavalaria entrelaçam seu destino. Jamais, entretanto, os dois termos foram sinônimos, nem seus conceitos equivalentes. A cavalaria viu pouco a pouco seu brilho aumentar, atraindo a nobreza que a dirige desde sempre, reivindicando sua filiação, seu controle, depois, em grande medida, sua exclusividade”. Op. Cit., p. 123.

apresentava valores que eram comuns à própria expressão *nobilis*¹⁴ e as narrativas tinham, como objetivo principal, contar os feitos, as histórias de determinados nobres – não todos, como já foi explicitado, entrelaçados pelo sangue ou pelas relações de fidelidade.¹⁵ Daí se extrai a importância dessas narrativas, misto de realidade e ficção, na (re)construção da memória medieval ibérica, tanto como fonte genealógica, tanto como fonte literária. Conforme José Assunção Barros:

As interferências narrativas podiam neste caso se apresentar com vários tamanhos e de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários menores sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre, até trechos um pouco mais extensos como o que acabamos de ler, chegando por fim a narrativas de extensões consideráveis. Há narrativas que remetem a acontecimentos históricos ou a construções literárias de caráter lendário, mas há também anedotas depreciativas ou laudatórias, bem como *exempla* de diversos tipos – isto é, narrativas de teor didático-moralístico cuja função é impor um certo padrão comportamental ou moral através de situações que enaltecem ou punem este ou aquele modelo de comportamento representados pelos personagens da narrativa. Há ainda casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Deste modo, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas.¹⁶

Desse modo, tais livros traduzem-se num relevante legado cultural, histórico e literário da história ibérica, que revela o verdadeiro significado das suas

¹⁴ “O substantivo *nobilitas*” quase não é encontrado antes do século XIII designando um grupo particular de homens. A palavra é ainda rara e designa uma virtude, a elevação da alma. O adjetivo *nobilis*, muito mais difundido, assume mais ou menos o mesmo significado e se aplica inicialmente aos personagens cujas qualidades morais têm unanimemente atraído a atenção e o respeito. É, portanto, antes de tudo a dignidade do comportamento de certos seres, homens e mulheres, que lhes vale o qualitativo de “nobre”. Ele é sinônimo de “notável”, “digno de admiração”, “célebre”, “reputado”, e destaca ao mesmo tempo a excelência moral e a notoriedade social decorrente. É empregado, ainda nesse sentido, nos séculos XI e XII, em latim e em francês antigo, a respeito de coisas muito mais que de seres vivos. Uma vila, uma fortaleza, um cavalo, uma roupa ou uma espada podem assim ser qualificados de ‘nobres’ para destacar sua opulência, sua invencibilidade, sua riqueza, sua beleza ou sua extrema qualidade. O mesmo acontece com os homens, dos quais o termo *nobilis* exprime o valor reconhecido. Dizer de um homem que ele é ‘originário de uma nobre família’ expressa principalmente a reputação que ela tem”. FLORI, Jean. Op. Cit., p. 115.

¹⁵ Georges Duby explica que a primeira determinação ética entre os cavaleiros era justamente a fidelidade: “Primeiro, a fidelidade. Manter a palavra, não trair a fé jurada. Essa exigência era dosada segundo hierarquia estrita e rigorosa. O cavaleiro se situava no centro de vários círculos concêntricos, cuja coesão se devia à lealdade dele”. DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987. p. 118.

¹⁶ BARROS, José D’Assunção. Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa – A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. **Revista Convergência Lusíada**, nº 25, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

narrativas. Conforme José Mattoso, “a História não é a realidade. A escrita não é senão um conjunto de palavras evocadoras de sons que pretendem lançar uma ponte entre o sujeito e a realidade [...]. Não podem tentar encerrá-la e nem dominá-la”.¹⁷

A origem de importantes linhagens da nobreza ibérica a partir da união entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica: a “Lenda de Gaia”, o rei Ramiro II e a moura Artiga

Como exemplo daquelas narrativas literárias, destaca-se a denominada “Lenda de Gaia”,¹⁸ que conta as “aventuras” decorrentes da união entre o rei Ramiro II, um cristão, e Artiga, a moura, irmã do rei muçulmano Alboazer Alboçadam,¹⁹ este que traz, consigo, diversas virtudes da cavalaria medieval.

Entre realidade e imaginário, a saga contada na “Lenda de Gaia” demonstra a relevância do período de dominação islâmica na Península Ibérica e de como a mistura cultural, política e social dela decorrente foi relevante para a origem de várias linhagens da nobreza portuguesa e espanhola, bem como para a consagração de uma nobreza híbrida e fortalecida pela riqueza desse multiculturalismo.

Tem-se que os primeiros contatos entre a Europa cristã e os mouros, especialmente no território da Península Ibérica no século VIII,²⁰ deram-se por volta do ano 711, contatos estes que acabam por agravar a decadência do reino visigodo, já em crise. A partir desses primeiros contatos, que perduraram até a

¹⁷ MATTOSO, José. A escrita da história. **Obras completas**. v. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. p. 11-22. p. 22.

¹⁸ A “Lenda de Gaia” foi contada, não só no Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro, como também no Livro Velho. Todavia, neste artigo, a versão interpretada foi a de dom Pedro de Barcelos.

¹⁹ Em alguns trechos dos Livros de Linhagem do Conde Dom Pedro de Barcelos, *Alboazer* apresenta-se escrito “*Alboazar*”. Alboazer Alboçadam e Artiga eram “*filhos de dom Çadam Çada, bisneto de rei Aboali, o que conquereu a terra no tempo do rei Rodrigo*”. MATTOSO, José (Ed.). **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, s.d.. p. 204.

²⁰ Esses primeiros contatos tiveram início com a morte do Profeta Maomé e os conflitos decorrentes das divisões entre seus sucessores. A partir desses conflitos, os “abássidas que destronaram os omíadas em Damasco no ano de 750 reivindicavam de outra maneira a legitimidade do poder”, sendo “assim que massacraram os omíadas na residência da família em Rusafa e abandonaram Damasco” e foram se instalar no Iraque. O único sobrevivente do massacre foi Abd a-Rahman, que “tornou-se o primeiro dos omíadas em um lugar que era considerado um canto remoto da Europa, mas que veio a tornar seu verdadeiro centro nos vários séculos que se seguiram”. MENOCA, María Rosa. **O ornamento do mundo**. Como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 35.

total reconquista no século XIV,²¹ estreitas e profundas relações foram construídas entre cristãos e muçulmanos, tendo os mouros, inclusive, feito parte de linhagens nobiliárias da região ibérica, tanto em Portugal quanto na Espanha, dadas as suas uniões com nobres cristãos. Isso porque os muçulmanos instalaram-se na região e formaram autênticos califados que, das suas relações políticas e sociais com os cristãos, surgiram algumas uniões em casamento e de sangue. Afinal, tanto os nobres cristãos quanto os nobres mouros faziam parte dessas relações de poder que se estabeleciam por meio de interesses muitas vezes comuns.

A riqueza cultural que se miscigena no período de dominação islâmica no território ibérico é uma das mais notáveis da Europa medieval, evidenciando mais um aspecto bastante rico da Idade Média. Não só conflitos e intolerância cultural e religiosa marcaram o período em que os mouros estiveram presentes em Portugal e Espanha, mas, também, houve períodos de convivência, de trocas e alianças políticas, como ensina a historiadora María Rosa Menocal:

Foi nesse capítulo da cultura europeia que judeus, cristãos e muçulmanos conviveram lado a lado, e, apesar de suas irreduzíveis diferenças e ancestrais hostilidades, alimentaram uma complexa cultura de tolerância. Não se pense que tais relações incluíam sempre as garantias de liberdades religiosas como hoje em dia se esperaria encontrar em um Estado moderno 'tolerante'; a tolerância se expressava na aceitação, com frequência inconsciente, de que as contradições - internas ao próprio indivíduo ou à própria cultura - podem ser positivas e produtivas. Muito do que caracterizou a cultura medieval estava profundamente imbricado no culto às complexidades, aos encantos e aos desafios das contradições - do 'sim e não', como disse Pedro Abelardo, o polêmico intelectual e teólogo cristão parisiense do século XII.²²

²¹ Conforme Diogo Ferreira e Paulo Dias, "a presença muçulmana na Península Ibérica, enquanto governantes, iniciou-se em 711, com o começo da conquista, e terminou em 1492, com a derrota do reino de Granada. Assim sendo, a distância temporal que nos separa da queda de Granada (524 anos) é inferior à distância que separava os primeiros conquistadores árabes dos senhores derrotados de Granada (781 anos)". FERREIRA, Diogo.; DIAS, Paulo. **História de Portugal**. Lisboa: Verso de capa, 2016. p. 20.

²² MENCAL, María Rosa. **O ornamento do mundo**. Como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 26. A mesma historiadora tem uma passagem interessante em sua obra, que vale citar: "Em vez de contar uma outra história da Idade Média ou mesmo da Espanha Medieval, costurei uma série de painéis em miniatura que variam muito em tempo e espaço e que focalizam os eventos culturais em preferência aos políticos. Espero que eles sejam capazes de deixar bem visível a enorme distância entre o que as histórias convencionais e outras formas de preconceito nos fazem crer (como, por exemplo, a ideia de que os cristãos viam os muçulmanos como infiéis e inimigos mortais a quem passaram sete séculos tentando expulsar da Espanha)". Op. Cit. p. 27.

Neste espaço de miscigenação cultural e política, houve também uma mistura sanguínea entre cristãos e mouros,²³ consolidando diversas uniões, que deram origem a importantes linhagens nobiliárias ibéricas, como as que descendem, por exemplo, os “fidalgos de Castela”, oriundos da união entre Ramiro e Artiga, mistificada na “Lenda de Gaia”.

De acordo com o Livro de Linhagens do Conde dom Pedro, o rei Ramiro II de Leão descendia do rei Dom Afonso, o Católico, que “*cobrou a terra a Mouros, depois que foi perdida por rei Rodrigo*”.²⁴ Esta informação relevante liga-se ao contexto tanto da dominação moura no território ibérico quanto de sua reconquista pelos católicos, que perdura por longos sete séculos.

Conta-se que o rei Ramiro II e o rei Alboazer Alboçadam disputaram batalhas na terra dos Gaia, em que o rei mouro era senhor. Após essas batalhas entre cristãos e muçulmanos, o rei Ramiro, ao conhecer a moura Artiga e por ela se apaixonar, fez grandes amizades com o rei Alboazer, para conquistar-lhe a irmã. Todavia, como o rei Ramiro era casado com a rainha dona Aldora (em alguns trechos denominada “Ancora”), possuindo, com ela, descendência, o rei mouro não lhe entrega a irmã Artiga e não consente na união. Tal negativa leva dom Ramiro a ficar “*louco üus doze dias*”, chegando, por fim, a matar o mouro e, mais à frente, a sua esposa Aldora, para desposar Artiga, que é batizada e passa a viver como cristã:

E el levou a moura a Minhor, depois a Leom, e bautizou-a e pos-lhe nome Artiga, que queria tanto dizer naquel tempo, como castigado e ensinada e comprida de todolos b̃ees.

*Alboazar Alboçadam teve-se por mal viltado desto e pensou em como poderia vingar tal desonra. E ouvio falar em como a rainha dona Aldora, molher de rei Ramiro estava em Minhor e entrou a vila, e filhou a rainha dona Aldora, e meteo-a nas nãos com donas e donzelas que i achou e d’outra companha muita, e veo-se ao cas//telo de Gaia, que era naquele tempo de grandes edifícios e de nobres paaços.*²⁵

A el rei Ramiro contarom este feito, e foi em tamanha tristeza, que foi louco üus doze dias. E como cobrou seu entendimento, mandou por seu

²³ A palavra “mouro” era um termo pejorativo que os cristãos usavam para se referir aos muçulmanos, que significava “pele escura”.

²⁴ MATTOSO, José (Ed.). **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980. p. 204.

²⁵ *Ibidem*. p. 206.

*filho, o ifante dom Hordonho, e por algüus de seus vassallos que entendeu que eram para gram feito, e meteo-se com eles em cinco gales, ca nom pode mais haver.*²⁶

Casando Ramiro, cristão, e Artiga, muçulmana, dão origem a importantes linhagens, como os Maia e os Castela, sobretudo pela linha do filho do casal, Alboazer Ramirez:

Rei Ramiro foi-se a Leon e fez sas cortes mui ricas, e falou com os seus de sa terra, e mostrou-lhes as maldades da rainha Alda sa molher, e que ele havia por bem de casar com dona Artiga, que era d'alto linhagem. E eles todos üa voz a louvarom e o houverom por bem, porque dissera por ela o grande estrologo Aman que ela era pedra preciosa antre as molheres que naquele tempo havia. E ainda disse mais que tanto havia de seer boa cristã, que Deus por sua honra lhe daria geeraçom de homẽes boos e de grandes feitos e aventurados em bem. E bem parece que Aman disse verdade, ca ela foi de boa vida, e fez o moesteiro de Sam Juliam e outros hospitais muitos, e os que dela decenderom forom muito compridos do que o grande astrolego disse, que foi Aman. Este Aman, por sa arte dezia mui compridamente as cousas que haviam de viir.

Este rei houve üu filho em dona Artiga, que chamarom ifante dom Alboazer Ramirez. Este chamarom por sobrenome Cide Aboazar, porque naquel tempo fez muitas lides com Mouros, e tirou-os de Sam Romão e de Castro d'Aveoso e de Castro de Gondomar e de Todea e de todo Antre Doiro e Minho e d'Aalem dos Montes, contra Braganca, e passou-os aalem Doiro e Lamego, a Sam Matinho de Mouros, e foi-os tirar de contra Coimbra. E fez outra filha que chamarom dona Artiga Ramirez.

Este Boazer Ramirez casou-se com dona Elena Godiiz, filha de dom Godinho das Esturas. Ela, com seu marido, fundarom o moesteiro de Riba d'Ave, e guadauom-no nas fazendas dom Guter Teles e dom Savarigo // Erit e dom Tra(i)tosende Torquides. Estes eram seus vassallos, e senhores de boos cavaleiros. Este Alboazer Ramirez dez üu filho em esta sa molher que chamarom

Trastam(e)iro Aboazer.

Este Trastam(e)iro Aboazer foi casado com dona Eomeldoia Gonçalvez, irmãos do conde dom Fernam Gonçalvez, filhos do conde dom Gonçalo Nuniz, que foi filho de dom Nuno Roseira, assi como se mostra no título III, dos juízes que fezerom parrafo 1º, e fez em ela Dom Gonçalo Tratamirez da Maia [...]»²⁷

A “Lenda de Gaia”, entretanto, não se restringe às linhagens decorrentes da união entre Ramiro e Artiga. Muito além dos valores nobiliários desse enlace cultural e sanguíneo, encontram-se, na narrativa descrita por Dom Pedro de Barcelos, notáveis referências às virtudes e às tradições de uma das mais

²⁶ Ibidem. p. 205.

²⁷ Ibidem. p. 211-2.

relevantes personagens da realidade e do imaginário da *Media Tempestas*: o cavaleiro medieval.

O senhor de Gaia e as virtudes da cavalaria medieval: a ética do rei muçulmano Alboçadam Alboazer em face do rei cristão Ramiro II

O cavaleiro é uma figura bastante presente nas narrativas literárias dos livros de linhagem portugueses, já que se destaca por valores típicos das nobrezas, que apresentam, como marca de identidade, um vínculo com os denominados ideais da cavalaria.²⁸ Por este motivo, Adriana Mocelim de Souza Lima conclui:

O Livro de Linhagens escrito pelo Conde Pedro Afonso apresenta exemplos de tradições familiares, destaca a importância da linhagem, do sangue, na constituição da nobreza, fornece uma galeria de tipos exemplares, modelos de virtude. A obra constitui-se como uma forma de transmissão ideológica, que ao mesmo tempo reforça a legitimidade de sangue da nobreza, que cerca o rei, e fornece a ela um modelo de estruturação interna, a partir da caracterização do bom e do mau rei, além da caracterização do nobre ideal.

Ao longo do *Livro de Linhagens* são encontradas referências ao código ético da Cavalaria medieval, na definição dos personagens e na recriação do ambiente em que se movimentam, apresentando assim um modelo de agir. Ocorre uma identificação entre nobreza e Cavalaria, expressando um modelo ideal de vida para a aristocracia do século XIV.²⁹

Assim, além da nobreza cristã, tem-se, a partir da leitura da “Lenda de Gaia”, que valores da cavalaria são identificados também em personagens da nobreza islâmica, pelo destaque dado à honra do rei mouro Alboazer Alboçadam, sendo ela uma das mais notáveis virtudes do cavaleiro medieval, mesmo que à luz do

²⁸ Importante esclarecer, entretanto, que os dois termos “nobreza” e “cavalaria” não são sinônimos, tendo, inclusive, existido cavaleiros que não eram nobres, mas, sim, “servos que foram feitos cavaleiros por seus mestres”, mesmo que temporária e de forma condicional, como explica Jean Flori: “Ela depende, de fato, de sua profissão militar e terá fim se eles não estiverem mais em condições de exercê-la ou se seus descendentes não forem investidos antes dos 25 ou 30 anos”. FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005. p. 121. O mesmo medievalista francês, sobre a relação entre nobreza e cavalaria, conclui: “Assim, ao longo de toda a Idade Média, nobreza e cavalaria entrelaçam seu destino. Jamais, entretanto, os dois termos foram sinônimos, nem seus conceitos equivalentes. A cavalaria viu pouco a pouco seu brilho aumentar, atraindo a nobreza que a dirige desde sempre, reivindicando sua filiação, seu controle, depois, em grande medida, sua exclusividade”. Op. Cit., p. 123.

²⁹ LIMA, Adriana Mocelim de Souza Lima. A construção de um modelo ideal de monarca no livro de linhagens do Conde Pedro de Barcelos. **Medievalista online**, n. 9. Jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA9/lima9009.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

imaginário e do mito.³⁰ Pode-se dizer, inclusive, que Alboazer é visto como um cavaleiro mais virtuoso que o seu inimigo cristão, Ramiro II, já que este, para ficar com Artiga, não só mata o rei mouro, como a própria esposa, Ancora, que estava em poder de Alboçadam:

E rei Ramiro tangeo seu corno a todo seu poder para o ouvirem os seus. E o ifante dom Ordonho, seu filho, quando ouvio o corno, acorreo-lhe com seus vassalos, e meterom-se pela porta do curral. E rei Ramiro deceo-se do padram donde estava, e veo contra o ifante e disse-lhe: “Meu filho, vossa madre nom moira, nem as donas e donzelas que com ela veerom, e guardade-a de cajom, ca outra morte merece.” Ali, tirou a espada da bainha e deu com ela a Alboazer Alboçadam per cima da cabeça, que o fendeo ataa os peitos. Ali, morrerom quatro filhos e tres filhas d’Alboazer Alboçadam, e todos os mouros e mouras que estavam no curral, e nom ficou em essa vila de Gaia pedra com pedra, que todo nom fosse em terra. E filhou rei Ramiro sa molher com sas donas e donzelas e quanto haver achou, e mete-o nas galees.³¹

Ali, forom dizer a el rei que a rainha siia chorando. E el rei disse: ‘Vaamola veera’. Foi la e preguntou-lhe porque chorava, e ela respondeo: ‘Porque mataste aquele mouro, que era melhor que ti’. E o ifante disse contra seu padre: ‘Esto é demo. Que querees dele, que pode seer que vos fugira?’ E el rei mandou-a entom amarrar a ùa moo // e lança-la no mar. E dos aquele tempo lhe chmarou Foz d’Ancora.³²

Portanto, Ramiro II, aos olhos da “Lenda de Gaia”, não foi um exemplo dos ideais que a cavalaria medieval defendia, mas, antes disto, foi cruel, lascivo e adúltero, chegando a matar a rainha para desposar Artiga. Ao contrário, o rei mouro Alboazer Alboçadam, apresenta virtudes valorizadas pelo “Código de Ética”³³ da cavalaria medieval, ao defender a honra da sua irmã Artiga, uma vez não cedê-la ao rei cristão nem pelas relações de poder e interesse que tal união poderia lhe gerar:

³⁰ Diz Jean Flori, que “a cavalaria, a nobre corporação de guerreiros de elite, a ponto de se transformar em corporação de nobres cavaleiros, com uma ética que lhe é própria e, antes de se tornar uma instituição moral, uma ideologia e até um mito”. FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005. p. 15.

³¹ MATTOSO, José (Ed.). **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Edição crítica por José Mattoso. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980. p. 210.

³² Ibidem. p. 210.

³³ Conforme Flori, “a palavra ‘cavalaria’ tende então para um significado mais abstrato, englobando o conjunto dos cavaleiros considerado uma entidade que ultrapassa o limite estreito das fronteiras entre senhores ou reinos, um tipo de estatuto sócio-profissional de caráter internacional provido de uma dignidade e de uma ética reconhecida. Vemos despontar, então, o significado que, em seguida, se tornará o principal: o de uma ‘ordem de cavalaria’ na qual se é admitido por meio da investidura, cerimônia de iniciação característica pela qual um homem é ‘feito cavaleiro’.” FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005. p. 23.

Este Alboazere Alboçadam era senhor de toda a terra des Gaia ataa Santarem, e houve muitas batalhas com cristãos, e estremadamente com este rei Ramiro. E rei Ramiro fez com ele grandes amizades, por cobrar aquela moura//que ele muito amava. E fez enfinta que o amava muito, e mandeou-lhe dizer que o queria ver por se haver de conhecer com ele, por as amizades serem mais firmes. E Alboazer Alboçadam mandou-lhe dizer que lhe prazia delo e que fosse a Gaia e que i se veria com el. E rei Ramiro foi-se la em tres galees com fidalgos, e pedio-lhe aquela moura, que lha desse, e fa-la-ia cristãa e casaria com ela. E Alboazer Alboçadam lhe respondeo: “Tu t̃ees molher, e filhos dela, e es cristão. Como podes tu casar duas vezes?” E el lhe disse que verdade era, mais que ele era tanto seu parente, da rainha dona Aldora, sa molher, que a Santa Egreja os parteria. E Alboazer Alboçadam jurou-lhe por sa lei de Mafomede que lha nom daria por todo o reino que ele havia, ca a tinha esposada com el rei de Marrocos.³⁴

O valor da ética³⁵ é identificado como a marca do cavaleiro, como uma espécie de pré-requisito para se revestir de uma certa aura mitológica da cavalaria. Portanto, aos olhos daquele que se reveste dessa virtude, como Alboazer Alboçadam, mesmo sendo muçulmano e, portanto, adepto da poligamia, não seria ético um homem cristão, vinculado ao casamento monogâmico, querer ter outra mulher senão a sua própria esposa. Assim, o rei mouro exige do rei cristão que honrasse a sua religião e, sobretudo, a sua família: “*Tu t̃ees molher e filhos dela, e es cristão. Como podes casar duas vezes?*”.

Como se não bastasse, Alboazer Alboçadam demonstra ser ainda mais virtuoso ao ultrapassar as vantagens políticos e econômicas que uma união entre Ramiro e Artiga, sua irmã, poderia trazê-lo e valoriza a rainha Aldora muito mais que o próprio esposo desta, que, ao contrário, chega a matá-la para desposar outra. Na visão dos ideais da cavalaria, assim, Ramiro II não seria digno de “sagrar-se cavaleiro”, mesmo sendo cristão e ocidental, ao passo que Alboazer, apesar de muçulmano e oriental, enquadraria-se como aquele que possui as virtudes exigidas para tal, como conclui Maria do Rosário Ferreira:

Abre-se assim espaço para uma caracterização valorizante do rei mouro, que, em contraste, surge como um modelo de qualidade, justo e magnânimo. Além disso, este relato genealógico é inteiramente coerente, e apresenta, por isso, uma superior eficácia narrativa. Com

³⁴ MATTOSO, José. Op. Cit., p. 204-5.

³⁵ Mas, além da ética, outros valores poderiam ser apontados aos cavaleiros cristãos, tais como, a fé, a esperança, a caridade, a temperança, a prudência, a justiça, a fortaleza.

efeito, não só nobilita a moura destinada a ser a matriarca da linhagem da Maia, como resolve satisfatoriamente o dilema da duplicação de funções das personagens mouras femininas [...], por um lado, a mulher não guardada que serve o rei cristão em posição desfavorável em terra de mouros e, por outro, a mulher de alta estirpe e impoluta reputação que irá gerar o filho deste.³⁶

É de se destacar, ainda, que a “Lenda de Gaia” permite a compreensão de que o mito do verdadeiro cavaleiro não se constrói apenas com a simbologia de uma espada e um cavalo, mas muito mais pelas virtudes éticas que compõem o caráter daquele que carrega esses símbolos. Interessante, por exemplo, como a literatura, especialmente a romântica, enalteceu a Idade Média como o período dos cavaleiros, repletos de ética e coragem. Portanto, a figura do cavaleiro foi tão relevante para o período medieval que permitiu uma certa nostalgia romântica e, de certo modo, inocente em relação ao imaginário de um tempo em que os homens eram éticos e virtuosos, que defendiam seus valores, sua família, sua fé e sua honra pela ponta de uma espada. Entre o real e o imaginário, esse homem se revestia de uma aura de honradez capaz de vencer o opressor, como enaltece Sir Walter Scott na sua bela obra “Ivanhoé”, “é a Cavalaria que alimenta os afetos mais nobres, que repara as injustiças, que fica do lado dos oprimidos, que se sobrepõe ao poder do tirano!”³⁷

Assim, nesse entrelace entre realidade e mito, as sagas, descritas nas narrativas literárias dos livros de linhagem portugueses, permitem diversas interpretações para se alcançar o período em que a Península Ibérica esteve em intensa convivência entre muçulmanos e cristãos, em que os diferentes reinos, ora guerreavam, ora estabeleciam relações políticas e sociais, tendo, à frente, seus nobres senhores, uns virtuosos, outros nem tanto...

A partilha sanguínea entre muçulmanos e cristãos, mesmo que travadas intensas batalhas até a reconquista total em Granada, acaba por forjar muitas

³⁶ FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. *In: Cadernos de Literatura Medieval – CLP*. O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán. Coimbra, 2010, p. 87. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KPogUoxy5b0C&pg=PT90&lpg=PT90&dq=REI+RAMIRO+E+MOURA+ARTIGA&source=bl&ots=GgaP9SqeYW&sig=KNFuVOG_3CVyraZS25FQAoRtYnk&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj2xr7Dg_SAhWFhZAKHf_RBaIQ6AEINjAF#v=onepage&q=REI%20RAMIRO%20E%20MOURA%20ARTIGA&f=false>. Acesso em: 24 jun. 2017.

³⁷ SCOTT, Walter. *Ivanhoé*. São Paulo: Abril, 2012. p. 145.

linhagens da nobreza de Portugal e Espanha, e, portanto, condicionar a criação de uma identidade *nobilis* muito especial. Mesmo porque, do sangue de Artiga, a moura, espera-se que ao menos alguns de seus descendentes tenham herdado as virtudes de Alboazer Alboçadam, o nobre rei e cavaleiro muçulmano.

Considerações finais

A partir da interpretação das breves narrativas literárias, contidas nos Livros de Linhagem da nobreza portuguesa, é possível, além do acesso as inúmeras famílias de nobres ibéricos e sua genealogia, encontrar elementos que identificam os valores nobiliários, que permearam o período medieval e tornaram-se peça fundamental para compreender diversas características dessa ordem social.

As relações de fidelidade, a valorização dos ideais da cavalaria, a importância da Igreja, o direito consuetudinário, até mesmo a conquista do amor das damas fazem parte tanto do real quanto do imaginário medieval, que pode ser extraído da leitura das narrativas, que compõem os livros de linhagem.

Assim, na leitura da denominada “Lenda de Gaia”, contada no título XXI do Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro, encontram-se os laços que uniram dois sangues, o de um cristão, representado pelo rei Ramiro II de Leão, e o muçulmano, representado pela moura Artiga. Dessa união, importantes linhagens ibéricas foram forjadas, demonstrando que o período de dominação moura na região gerou bem mais que uma convivência política e cultural. Foi mesmo indispensável para a formação de uma identidade própria, que deixa profundas marcas na nobreza até a reconquista total da região, pelos cristãos, em Granada.

Para além disso, a interpretação da “Lenda de Gaia” permite compreender que a figura do cavaleiro foi uma das mais relevantes do período medieval e que não há uma necessária vinculação dos ideais da cavalaria somente ao nobre cristão. Há, ao contrário, uma ligação desses ideais à nobreza, seja ela de onde for e a que religião se vincula, inclusive a que professa a fé muçulmana, representada, na narrativa, pelo rei mouro Alboçadam Alboazer, o “senhor de Gaia”. Em oposição ao rei cristão Ramiro II de Leão, é o “senhor de Gaia” quem detém as reais virtudes da cavalaria, como a ética, o respeito à família, a coragem, a coerência entre os costumes e dogmas religiosos e a conduta social.

Daí se confirma que os livros de linhagem, bem mais que registros nobiliários, constituem uma fonte inesgotável dos vestígios medievais na Península Ibérica, que contribui, sobremaneira, para o seu legado e a sua memória.

Referências

BARROS, José D'Assunção. Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa – A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa. **Revista Convergência Lusíada**, n. 25, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

DUBY, Georges. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

_____. O historiador hoje. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **História e nova história**. Lisboa: Teorema, 1986.

FERREIRA, Diogo.; DIAS, Paulo. **História de Portugal**. Lisboa: Verso de capa, 2016.

FERREIRA, Maria do Rosário. D. Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico. **Cadernos de Literatura Medieval – CLP**. O contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV. Em memória de Diego Catalán. Coimbra, 2010. p. 87. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=KPogUoxy5b0C&pg=PT90&lpg=PT90&dq=REI+RAMIRO+E+MOURA+ARTIGA&source=bl&ots=GgaP9SqeYW&sig=KNFuVOG_3CVyraZS25FQAoRtYNk&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwj2xr7Dg_SAhWFhZAKHf_RBaIQ6AEINjAF#v=onepage&q=REI%20RAMIRO%20E%20MOURA%20ARTIGA&f=false>. Acesso em: 24 jun. 2017.

FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LIMA, Adriana Mocelim de Souza Lima. A construção de um modelo ideal de monarca no livro de linhagens do Conde Pedro de Barcelos. **Medievalista online**, n. 9, jan.-jun. 2011. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA9/lima9009.html>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

MATTOSO, José. A escrita da história. **Obras completas**. v. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. p. 11-22.

_____. As três faces de Afonso Henriques. **Publicações Penélope**. Fazer e desfazer a história. n. 8. Lisboa: Cosmos, 1992.

___ (Ed.). **Livro de Linhagem do Conde Dom Pedro**. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa, 1980.

MENOCAL, María Rosa. **O ornamento do mundo**. Como muçulmanos, judeus e cristãos criaram uma cultura de tolerância na Espanha medieval. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PIEL, Joseph; MATTOSO, José (Ed.). **Livros velhos de linhagem**. Lisboa: 1980.

SCOTT, Walter. **Ivanhoé**. São Paulo: Abril, 2012.

Recebido: 05/10/2017
Aprovado: 30/11/2017

AS MÃES PRECOSES E AS FRONTEIRAS FLUIDAS DOS ALDEAMENTOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO (1730-1820)

Carlos Alberto Medeiros Lima¹
Universidade Federal do Paraná

Marcio Marchioro²
Universidade Federal do Paraná
Secretaria de Estado da Educação do Paraná

Resumo: Muitas das jovens indígenas dos aldeamentos paulistas do século XVIII iniciavam precocemente suas vidas reprodutivas. Apesar de tais informações sugerirem uma propensão a rápido crescimento demográfico, esse avanço de fato não se verificava, conduzindo-nos a observar outros dados relativos à vida dentro dos aldeamentos, especialmente sobre as fronteiras dos mesmos. Assim, levamos em consideração informação qualitativa e dados indiretos sobre a dinâmica da formação de famílias, sobre as mortes de adultos e sobre indígenas retirados das aldeias.

Palavras-chave: história dos índios – aldeamentos indígenas – descendentes livres de escravos – estudos de população – São Paulo, séculos XVIII e XIX

PRECOCIOUS MOTHERS AND THE FLUID BOUNDARIES OF INDIAN VILLAGES IN SÃO PAULO (1730-1820)

Abstract: Among Indian women who lived inside villages located in the São Paulo captaincy, a considerable proportion became mothers at very early stages of their lives. Although this information suggests a tendency towards rapid demographic growth, this advancement did not happen, which leads us to observe other data on life inside those institutions, particularly information about their boundaries. We take into account qualitative information and indirect data on the dynamics of family formation, on adult deaths, and on native men taken from the villages.

Keywords: Indian history – Indian villages – colored freemen – population studies – São Paulo, XVIIIth and XIXth centuries

Nestas notas abordamos aspectos da vida social em aldeamentos indígenas estabelecidos na capitania de São Paulo durante o século XVIII e o início do seguinte.³ Um deles se liga a que tendência ao crescimento ou ao decréscimo demográfico pode ser esperada em relação aos indígenas aldeados ou sob outras formas de contato e controle colonial. A resposta precisaria passar, entre outros elementos, pela estrutura etário-sexual dos aldeamentos, pela mortalidade e pela propensão a que tais aldeias fossem abandonadas. Mas uma aproximação à fecundidade das índias pode ajudar a formular algumas expectativas.

¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa – nível 2 – do CNPq. E-mail: carlima3@gmail.com.

² E-mail: markmarch81@gmail.com.

³ Estas notas reúnem resultados de pesquisas independentes dos autores, na direção de produzir hipóteses e direcionamentos para as discussões realizadas por cada um deles.

Outro problema de investigação se liga ao estudo da mortalidade, o que, sendo ela muito marcadamente infantil, demanda a formulação de algum tipo de imagem, por impressionista que seja, a respeito da importância das crianças pequenas na população. Quanto a este último ponto, as idades que as mães tinham ao começarem a gerar rebentos constituem uma aproximação útil. Essas aproximações serão por sua vez confrontadas com outros tipos de informação, objetivando, ao tomar como pretexto esses questionamentos, avançar quanto ao difícil problema de como separar (ou, talvez de modo mais produtivo, à árdua questão de como relacionar) protagonismo indígena, constrangimentos étnicos herdados e gerenciamento colonial e missionário.

Os questionamentos colocam em contato com o problema das fronteiras étnicas e das concepções acerca da mestiçagem. Isso porque a fragilidade do desempenho demográfico das aldeias pode ter resultado tanto da movimentação física de índios para fora delas quanto de mudanças nos critérios usados para definir a expressão “índio”. Põem igualmente em face de problemas relacionados aos padrões de mortalidade vigentes entre indígenas submetidos à situação de contato.

A mera recordação dos choques microbianos ligados à conquista não é suficiente para resolver nem mesmo a formulação de expectativas. Afinal, uma dinâmica bem mais complexa transparece nos resultados da análise da mortalidade indígena sob contato. Inicialmente, a conquista produziu a impressionante sucessão de crises de mortalidade cujos responsáveis frequentemente eram a varíola, o sarampo ou ambos. O tempo, no entanto, conduzia à formação de outro ambiente mórbido, o qual, embora fosse igualmente trágico, era completamente diferente do anterior. Ao invés das crises súbitas e aterradoras do choque inicial, passava-se a vivenciar a lógica de uma mortalidade constantemente muito alta, cujos vetores eram outras doenças importadas do Velho Mundo, mas de dinâmica bem diferente, caso, especialmente, da malária. Esse novo padrão se associava também aos efeitos da maior condensação

demográfica e da mais efetiva sedentarização ligadas ao controle colonial, potencializando a proliferação de parasitas, às vezes endógenos.⁴

Assim, reunir informações acerca das questões aludidas permitirá uma aproximação intensa à vida no interior dos aldeamentos, sendo este o objetivo central do presente trabalho. Segundo Pasquale Petrone, as aldeias paulistas tiveram um auge demográfico no século XVII, seguido por uma longuíssima estagnação, pois seus contingentes precisaram de todo o século XVIII para pouco mais que dobrar. Teriam sido pouco mais de mil indígenas por volta de 1589, algo como 15 mil na década de 1640 e mil novamente ao redor de 1700, tendo se seguido a isso um crescimento lento, apto a permitir a Petrone estimar existirem mais de dois mil aldeados em 1798.⁵

É verdade que o contingente mais que dobrou durante o setecentos, mas ainda assim isso não condiz com a imagem fornecida pelo próprio Petrone a respeito da estrutura da população aldeada em 1798. Segundo ele, cerca de um terço da população de quase três mil pessoas era formado por crianças com menos de dez anos de idade.⁶ Esse número é elevado e, assim como os resultados da análise das mães precoces (ver adiante), apontaria para processos bem mais robustos de crescimento demográfico. Mas esses processos não se observaram, nem mesmo sendo ajudados por incorporações de novas levas de indígenas a vários aldeamentos durante o setecentos. Além disso, nem todos os indicadores apontam para tamanha capacidade de crescimento. A aproximação à fecundidade das aldeadas representada pela razão criança/mulher é um deles. A relação entre o número de crianças com idades até quatro anos (202) e o de mulheres com idades entre os 15 e os 44 anos (505) é 0,400. Em São Paulo ao redor dos anos 1820 essa razão ficava na casa de 1, apontando para valores bem altos e muito superiores aos verificados para os indígenas aldeados. Esse, por exemplo, foi o caso de Bananal

⁴ HEMMING, John. **Fronteira amazônica**. São Paulo: Edusp, 2009. p. 289.; LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, p. 98-129, 2015.

⁵ PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 249.

⁶ Ibidem. p. 262-263.

em 1822 (população livre).⁷ No que toca à população escrava paulista, a imensa amostra usada por Luna e Klein quanto ao final do século XVIII aponta para valores um pouco superiores frente aos indígenas, entre 0,481, em 1777, e 0,436, em 1804.⁸ Tomando apenas este último valor, em virtude da proximidade temporal quanto aos dados aqui levantados, vê-se que a fecundidade das índias nos aldeamentos não era tão diferente assim daquela das escravas desse período anterior ao desenvolvimento cafeeiro.

Conforme se afirmou acima, a participação das crianças na população, confrontada com a aproximação à fecundidade ou à quase estagnação demográfica setecentista das aldeias, representa um quebra cabeças. A consideração das mães precoces representa outro.

Procedimentos quanto às mães precoces

Parte-se aqui de uma observação, a partir dos recenseamentos dos aldeamentos paulistas, das indígenas que se tornaram mães muito precocemente. Isso não constitui um indicador confiável a respeito da fecundidade das mulheres aldeadas, pois só foram observadas as que iniciaram suas carreiras reprodutivas muito cedo. Ademais, só uma parte dessas carreiras é objeto de consideração aqui, não se realizando qualquer aproximação à possibilidade de que a mortalidade tenha diferido conforme grupos e locais. É verdade que a observação das mães aldeadas de São Paulo que apareciam com mais de 24 anos nas listas de habitantes aponta para a mesmíssima coisa, ou seja, para o início precoce de suas carreiras. Mas não há como verificar se as proles arroladas no interior dos domicílios das mães estão completas, e nem se houve tendência muito grande a que elas estivessem sangradas demais pela morte. Sempre se suspeitará, no caso das mulheres observadas com mais idade, de que seus filhos mais velhos já teriam saído dos fogos de origem, impedindo a detecção da relação de filiação, o que se teria devido à própria precocidade verificada.

⁷ Quanto a Bananal no período, ver MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

⁸ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 177.

O corte para definir mães precoces foi estabelecido em 24 anos pelo fato de a experiência de muitos historiadores com os censos antigos dar segurança de que idades redondas apontavam para a faixa etária superior, e não para a inferior, como se pode observar a partir das reflexões de Nadalin sobre os recenseamentos da Curitiba setecentista.⁹ É possível ter alguma segurança de que nenhum filho das mulheres com até 24 anos havia saído de seu controle, se tiver sobrevivido. O mesmo não pode ser dito a respeito da prole de uma moça de 29 anos, por exemplo, e era grande a chance de que uma mulher com essa última idade fosse registrada como alguém de “25 anos”.

É necessário deixar claro que os casos das mães solteiras não estão separados dos das casadas ou viúvas. Embora os dados sugiram que a formalização das uniões aumentava a fecundidade, a pequenez das amostras relativas às aldeias tornaria os dados ilegíveis.

A estimativa mais importante é a relativa à idade média e mediana com a qual as índias que fossem mães precoces começavam suas carreiras reprodutivas, mas, sendo fundamental alguma impressão a respeito da frequência relativa dessa precocidade, foi relacionado o número de mães precoces com aquele de moças com idades entre os 15 e os 24 anos de idade no interior do mesmo grupo. Fundamental igualmente é a dispersão das idades, pois considerá-la permite formular hipóteses sobre a regulação da vida familiar no interior dos aldeamentos. Desvios pequenos em relação à idade média na primeira parturição podem fazer referência a uma alta institucionalização da precocidade aludida, como se ela fosse induzida por regras sobre cuja vigência conhecemos muito pouco.

Resumindo, observa-se, primeiramente, com que idades as mães precoces começavam a gerar rebentos. Em segundo lugar, busca-se uma aproximação à importância dessas mães jovens entre as mulheres. Em terceiro lugar, aborda-se aproximadamente o grau de institucionalização dessa maternidade precoce, pois, quanto menos desvios em relação à idade média, maior a probabilidade de se ter estado diante de controles deliberados sobre a formação de famílias entre os aldeados.

⁹ NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004. p. 34-35.

O caso das mães precoces indicará tendências ao avanço populacional, já se pode adiantar. Mas, antes de observar as informações de acordo com essa organização, consultamos uma obra clássica e enviesada sobre os aldeamentos paulistas, a história da Companhia de Jesus do padre Serafim Leite, a fim de tracejar o trajeto institucional dos aldeamentos de São Paulo.

Os aldeamentos paulistas segundo Serafim Leite

Leite parte de um sobrevoo que o leva a concluir que a atuação dos jesuítas, assim como da Coroa, anteriormente a 1755, pautava-se pela consideração dos índios a partir dos princípios simultâneos de sua liberdade e de sua menoridade, sujeitando-os, julgava, ao governo patriarcal dos inacianos. As alterações de 1755-1757 teriam modificado isso no sentido de mantê-los livres, ao mesmo tempo que suprimiam seu estatuto de menoridade, eliminando o patriarcalismo.¹⁰

As aldeias de El-Rei, isto é, aquelas sujeitas à autoridade secular de funcionários e governadores, possuíam terras próprias, para sustento e aprendizagem. Em São Paulo, foram quatro as desse tipo: São Miguel, Pinheiros, Barueri e Guarulhos.¹¹

Em relação a São Miguel, a primeira referência a ela é de 1586, tendo tido, talvez, 800 índios em 1589. Por vezes teve missionário residente, sendo na maior parte do tempo assistida a partir do Colégio.¹² No fim dos anos 1620, era administrada, juntamente com as de Nossa Senhora da Escada e N. S. da Conceição (sendo esta a dos Maromimins), por uma dupla de inacianos. Após os tumultos de 1640, passou à gestão da câmara e, em 1689, à dos franciscanos. Senhores circundantes interferiam já no século XVII, obtendo terras, ao mesmo tempo que aparentavam apoiar materialmente a evangelização.¹³ Em 1698, a aldeia de Marueri passou ao domínio dos carmelitas.¹⁴

¹⁰ LEITE, S. I., Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. tomo VI, p. 227-228.

¹¹ *Ibidem*. p. 230. Advirta-se que, além da aldeia de Nossa Senhora da Escada de Barueri, existiu uma aldeia da Escada para além de Mogi das Cruzes (VI, p. 240).

¹² *Ibidem*. p. 230.

¹³ *Ibidem*. p. 230-231.

¹⁴ *Ibidem*. p. 240.

Quanto à de Pinheiros, também data do século XVI, tendo passado, em 1698, para a administração dos beneditinos.¹⁵ A de Barueri é do princípio do XVII. Pode ter abrigado também alguns índios Guarulho que estavam sendo aldeados simultaneamente, o que explicaria o nome Marueri, também utilizado.¹⁶

A relação dos jesuítas com a administração das aldeias foi uma questão mais complexa do que se imagina. Por vezes, os próprios inacianos rejeitaram geri-las, a fim de ajustar minimamente as relações entre a Companhia e os colonos. Foi o que se deu em 1643, permitindo, aliás, o retorno dos padres em 1653, após sua expulsão, pois os habitantes de várias vilas paulistas buscaram impor essa condição para que recebessem bem os religiosos,¹⁷ apesar de o condicionamento não ter constado do acordo dos anos 1650. Na “escritura de transição e amigável composição” lavrada em São Vicente, em 1653, fazia-se referência apenas a que os padres não acolheriam os índios dos moradores em suas casas e fazendas.¹⁸

Inversamente, quando começou a referir-se à segunda metade do século XVII, Serafim Leite passou a utilizar quanto aos inacianos um jargão de reorganização das “aldeias privativas”.¹⁹ Por outro lado, apontava-se no final dos anos 1680 a existência na capitania de 80 mil índios desprovidos de doutrina, determinando-se que os padres “os poderiam ensinar nas missões”.²⁰ O relato de Leite realmente mudou de tom quando começou a referir-se às duas últimas décadas do século XVII.

Quanto às aldeias reais, 1691 foi ano de reorganização, determinando-se aos governadores gerais que não fossem administradas por seculares. Artur de Sá e Menezes solicitou administradores ao provincial dos inacianos, mas obteve a

¹⁵ Ibidem. p. 231.

¹⁶ Segundo Benedito A. Prezias, há uma série de grafias possíveis para o grupo. As encontradas na documentação quinhentista são principalmente: Maromomis, Maramomís, Morememim e Moromomins. Já as encontradas na documentação seiscentista são Guarumimim, Gurumimins, Muruminis, Guarumimim, Guaramimins, Garomemis, Marumimim, Guarimunis, Marumininis e Jeromomis. Ver PREZIAS, Benedito A. **Os índios do planalto paulista**: nas crônicas quinhentistas e seiscentistas. São Paulo: Humanitas, 2010. p. 170-171.

¹⁷ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 278.

¹⁸ Apud Ibidem. p. 287.

¹⁹ Ibidem. p. 306.

²⁰ Ibidem. p. 318.

prudente resposta de que não os havia, certamente por se desejar evitar confronto com os leigos.²¹

Quanto ao começo do século XVIII, Leite já se referiu a aldeias em terras da Companhia. Nelas, inacianos forneciam terras para atividades autônomas dos indígenas – cujo produto podia eventualmente ser vendido – e para que levantassem suas casas. Eles podiam lavrar essas terras diariamente, após as 14 horas, e aos sábados.²²

Aldeias da Companhia já existiam bem antes disso, no entanto. O relato de Leite a esse respeito começa com a relativamente tortuosa criação da aldeia de Carapicuíba. Em 1580, índios da aldeia de Pinheiros receberam sesmaria no local com esse nome (doações desse tipo podiam ser concedidas a corporações, como municipalidades e aldeamentos²³). Paralelamente, a área abrigava também sesmaria de um casal leigo que fundara ali, e por si, uma “aldeia de índios forros”, com “guaramins e outras nações”. Dessa capela, instituída em 1592, doou-se em 1615 ao Colégio dos inacianos uma sesmaria, com seus bens, instalações e instituições. Essa aldeia chegou a mudar de local durante a primeira metade do século XVIII, tendo sido transferida para Itapecerica. Mas retornou parcialmente no mesmo intervalo, ficando um núcleo em Itapecerica e tendo permanecido de certo modo afastada dos circuitos de atividade que ligavam o planalto e o litoral. O núcleo de Itapecerica era às vezes tratado como ligado a Embu, pois a proximidade podia fazer com que parecessem a mesma unidade. Em 1689, os padres referiam-se às aldeias jesuíticas de Nossa Senhora do Rosário (Embu) e N. S. dos Prazeres (Itapecerica).²⁴

Por outro lado, Embu, que durante algum tempo foi entregue aos carmelitas, resultou de sucessivos legados pios de casal leigo entre as décadas de 1620 e 1660.²⁵ Já sob controle da Companhia, e pouco antes de sua expulsão, sabe-se que se produzia nela mandioca, além de um pouco de trigo e de algodão, que se fiava e

²¹ Ibidem. p. 345-346.

²² Ibidem. p. 348.

²³ Ver, por exemplo, CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620. Bauru: Edusc, 2006. p. 120.

²⁴ LEITE, S. I. Ibidem. p. 355-357.

²⁵ Ibidem. p. 358.

tecia.²⁶ Carapicuíba, por outro lado, produzia, no início dos anos 1740, madeira de construção, telhas e ladrilhos, além de farinha de mandioca e outros gêneros comestíveis.²⁷

Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba, por onde viria a passar mais tarde o caminho para Minas Gerais, derivou do estabelecimento de uma capela, na década de 1620, por um padre secular que administrava índios. Segundo especulações de Leite, o instituidor pode ter atuado movido por culpa, dado suspeitar-se então de que os índios originários houvessem sido trazidos de reduções castelhanas.²⁸

A fundação do aldeamento de Itapecerica próximo à cidade de São Paulo gerou uma série de discordâncias. Durante os setenta anos iniciais de administração dos jesuítas foram produzidos poucos documentos sobre a aldeia missionária. Sua data de fundação mais provável é 1689.²⁹ O aldeamento sempre manteve um vínculo forte com as aldeias de Carapicuíba e Embu, como vimos acima por meio do padre Serafim.³⁰ E não se tratou apenas de Itapecerica, pois a aldeia missionária de São José também teria sido formada com índios de Carapicuíba. O aldeamento de Carapicuíba tinha atingido seu limite máximo de expansão e já não havia mais lugar para todas as famílias que ali residiam. Assim, alguns índios foram transmigrados para novo terreno e, por isso, manteve-se um vínculo histórico e de aliança com a aldeia de Carapicuíba.³¹

Como Itapecerica era um desmembramento da aldeia de Carapicuíba, é muito provável que a formação étnica do aldeamento tenha sido a mesma. No

²⁶ Ibidem. p. 361.

²⁷ Ibidem. p. 364.

²⁸ Ibidem. p. 362-363. Leite também fez referência a aldeamentos na área do rio Paraíba (VI, p. 367-369) assim como, quanto ao princípio do século XVII, a uma pequena aldeia em Itanhaém e a duas aldeias pequenas nas quais se pregava a partir da nucleação de Santos (1619). Uma dessas era a de Peruibe, mas afirma Leite que elas às vezes se fundiam em virtude da falta de contingentes. A outra, aparentemente anterior, era aldeia de El-Rei, denominada por vezes aldeia de S. João (VI, p. 434-436).

²⁹ CORRÊA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapecerica**: de fins do século XVII a 1828. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999. p. 38.; MARCHIORO, Marcio. Casamentos indígenas: estratégias matrimoniais na aldeia de Itapecerica (século XVIII e início do século XIX). In: **XV Encontro Regional de História - Anais**. Curitiba, 2016.

³⁰ CORRÊA, D. S. Op. Cit., p. 39; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 1-4.

³¹ CORRÊA, D. S. Op. Cit., p. 42; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 1-4.

princípio, as etnias fundadoras de Carapicuíba teriam sido as dos Guaianá (Kaingang) e dos Goaramim.³²

Dispersam-se no texto de Leite alguns relatos indicando o modo como indígenas iam parar nessas aldeias. Havia incursões especialmente voltadas para isso, como a “entrada por terra” aos Carijó realizada na década de 1600 pelo padre Sebastião Gomes. Similarmente, o padre Francisco de Moraes notabilizava-se nos anos 1660 como grande “sertanista”.³³ Grupos Jê que se espalhavam pelo vale do Paraíba parecem ter sido dispersados por várias aldeias, algumas em São Paulo.³⁴ Na aldeia da Conceição, no início do século XVII, habitavam grupos Guaramomim, Guarulho e Gesseraçu.³⁵ Índios podiam ser levados a se envolverem nesses processos. Segundo o padre Francisco Carneiro, na década de 1620, moços da fazenda e aldeia “de Ibataran” levaram do sertão para lá alguns indígenas, pois haviam ido “às escondidas dos padres [...] buscar à volta dos pombeiros dos brancos”. Consultados sobre onde desejavam ficar, os índios preferiram permanecer ali, apesar de poderem ir para a aldeia de Marueri.³⁶

Ao redor de 1700, o padre Francisco de Matos elencava entre os mecanismos de arregimentação de aldeados movimentos de indígenas de administrações particulares para aldeias. Ter-se-ia tratado de súbitos “escrúpulos de consciência” dos leigos que, antes, teriam cativado esses índios com violência. Sem aventurar-se a imaginar a importância do processo, mas persistindo na idealização da experiência jesuítica, o padre Serafim Leite julgou que esse mecanismo vigeu ao lado do processo normal que fazia índios adentrarem as aldeias porque “havia descido por livre vontade”.³⁷

* * *

É preciso chamar a atenção para o fato de a cronologia da legislação antiescravidora ter afetado o relato de Leite sobre essas aldeias, pois a maneira como se referiu à Companhia no que toca a períodos posteriores a 1680 sugere que identificou, para o final do seiscentos, uma estabilidade maior na presença dos

³² CORRÊA, D. S. Op. Cit., p. 48; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 1-4.

³³ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 233, 406, 408.

³⁴ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 240.

³⁵ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 242.

³⁶ Apud LEITE, S. I. Op. Cit., p. 235.

³⁷ LEITE, S. I. Op. Cit., p. 346.

jesuítas, com suas aldeias privativas. A legislação escravizadora (o sistema de administração particular) também interferia em seu funcionamento, e assim 1696 foi, mais uma vez, marco no relato de Leite. Mudanças políticas também afetavam os aldeamentos, como se percebe, novamente, pela ênfase em datas como 1580 e 1640, presente nos balizamentos cronológicos propostos pelo inaciano. Isso se nota igualmente nos relatos de fundação de aldeias que passavam por legados pios e sua vinculação com negociações entre nobreza da terra (as elites locais), instituições religiosas e arranjo estatal-dinástico em mutação entre o fim do século XVI e o início do seguinte. A relação câmara/Companhia/governo-geral (ou do Rio de Janeiro) também teve papel no relato sobre aldeamentos proposto por Serafim Leite.

Contextualizadas institucionalmente as aldeias, retomamos a discussão sobre o indicador cuja elaboração motivou o presente trabalho, ou seja, o comportamento das mães precoces. Ressalte-se que submeteremos sua leitura a comparações que julgamos estratégicas.

As mães precoces

Comparam-se os dados relativos às mães dos aldeamentos paulistas com aqueles obtidos em relação a outras realidades. Alguns outros aglomerados de indígenas sob controle colonial foram recenseados, nomeadamente o aldeamento de Guarapuava, no atual Paraná, e os índios urbanos de Buenos Aires. Optou-se também por comparar as mães precoces das aldeias paulistas com negras, pardas e mestiças libertas e livres. A presença frequente das mesmas na fronteira agrária torna os casos comparáveis. Isso resulta igualmente do fato de viverem em domicílios organizados e visíveis na fonte, ao invés de serem simples e displicentemente listadas sem muita atenção a arranjos familiares. A confluência entre o projeto de tornar vilas camponesas os aldeamentos³⁸ e a vida efetivamente camponesa dessas mulheres negras e pardas também torna a comparação rentável, do mesmo modo que a mistura de pobreza e diferença tratada como étnica, embora de modo cambiante, o que afetava índios e descendentes livres de

³⁸ Ver, por exemplo, SCHWARTZ, S, **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. S. l: s.n, s.d. p. 45-46.

escravos. Fique claro, no entanto, que a situação de opressão em que viviam os indígenas era mais grave que a imposta pelo domínio mercantil a lavradores negros pobres, já que ao campesinato negro não era imposta a figura institucionalizada de administradores.

As diferenças eventualmente apontadas pelas comparações são vistas como indicadores de fenômenos de ordem institucional. Trata-se de indícios a respeito de situações consideradas normais no tocante à formação de famílias e à presença de energias de crescimento da população. Seria muito precipitado tentar transformar informações a respeito apenas das mães precoces em indicadores demográficos mais consistentes.

Observem-se, então, as informações contidas na tabela 1. Começando pela participação das mães precoces entre as moças jovens, vê-se que ela se situava, nas aldeias paulistas, em níveis baixos, só tendo abaixo de si os patamares atingidos pelas moças negras e mestiças em núcleos mais urbanizados, como Buenos Aires ou Vila Rica, ou então o das meninas curitibanas que, livres, descendessem de escravos. Tinha especialmente abaixo de si os patamares alcançados pela população negra e parda da cidade de São Paulo em 1765.³⁹ Isso é muito significativo. Mais meninas índias dos aldeamentos, em confronto com as moças negras livres e libertas das imediações, eram postas para procriar cedo, e sabe-se que a população negra livre tinha, já nessa época, forte capacidade de crescimento. Quanto ao caso das outras (modestas) concentrações de índios controlados pela sociedade colonial, fica-se com a impressão de esta última sociedade ter contido um projeto para eles que passava, fruto talvez das necessidades de evangelização, pelo incentivo (ou mais que isso) à precocidade das uniões. Assim é que, especialmente na situação guarapuavana, ainda influenciada pelo fato de ter sido controlada por eclesiásticos,⁴⁰ é claro o incentivo às uniões precoces, com proporções realmente enormes de mães muito jovens. Como o de Buenos Aires, controlado por leigos, ficava mais parecido com o paulista, também laicizado, a impressão com que se fica é a de ter sido realmente importante o incentivo

³⁹ Quanto à cidade de São Paulo, é imprescindível ler MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo - povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, 1973.

⁴⁰ TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos**. Curitiba: Museu Paranaense, 2014, p. 85-91.

eclesiástico às uniões e à maternidade precoce, tendo tido relevo também a supressão do predomínio clerical.

Tabela 1
As mães precoces dentro e fora das aldeias paulistas (1765-1836)

Aldeias paulistas e outras concentrações de índios							
Local	período	(A) n. de mães precoces	(B) n. de moças com 15 a 24 anos	(A/B)%	Idade média na primeira parturição observada	Idade mediana na 1ª parturição observada	Desvio padrão – idade
Aldeias paulistas	1798-1803	37	195	19,0	16,1	17	2,8
Guarapuava	1831	7	12	58,3	16,0	16	2,2
Guarapuava	1835	13	29	44,8	15,1	15	1,8
Buenos Aires	1778	14	64	21,9	16,3	16	2,7

População em domicílios chefiados por mestiços, pardos e negros livres ou libertos							
Local	período	(A) n. de mães precoces	(B) n. de moças com 15 a 24 anos	(A/B)%	Idade média na primeira parturição observada	Idade mediana na 1ª parturição observada	Desvio padrão – idade
São Paulo	1765	9	64	14,1	15,9	15	3,0
Castro	1779	18	83	21,7	17,3	18	3,9
Castro	1804	27	90	30,0	15,9	16	2,8
Vila Rica	1804	57	301	18,9	16,8	17	2,6
Jacupiranga	1836	5	13	38,5	15,2	15	3,5

População mestiça, parda e negra livre ou liberta							
Local	período	(A) n. de mães precoces	(B) n. de moças com 15 a 24 anos	(A/B)%	Idade média na primeira parturição observada	Idade mediana na 1ª parturição observada	Desvio padrão – idade
Buenos Aires	1778	40	333	12,0	16,5	17	3,4
Curitiba	1797	23	131	17,6	16,1	16	2,5
Guaratuba	1801	19	40	47,5	16,9	17	2,8
Araraquara	1828	10	27	37,0	15,0	15	1,6
Piracicaba	1828	30	95	31,6	15,9	16	3,4
Castro	1835	34	144	23,6	15,1	15,5	3,7

Fontes:

Aldeias paulistas – “1798. Lista da gente da Aldea de N. Snr.^a da Ajuda de Taquaquacetuba”; “Mapa Geral dos Habitantes existentes na Aldea de São João Batista da praia de Peruibe, distrito da Villa da Conceição de Itanhaê, em o presente anno, seos nomes, empregos, naturalidades, idades, estados, cores e ocupação, com especeficação das cazualidades que acontecerão, em cada hua das suas respectivas famílias, desde a fatura da lista do anno antecedente”; “Mapa Geral dos Indios da Aldea de Itapecirica, seos nomes, ocupacçoins, cazualidades, que ouverão thé o mês de Janeiro de 1802”; “Lista dos Indios Abit.^{es} na Aldea de N. S. da Escada de cujos hé Director Francisco Leite de Siqueira, Tenente da 5.^a Companhia do 2.^o Regimento de Infantaria de Milicias, dada no anno de 1802”; “Mapa Geral dos Indios da Aldea de Mboy, seos nomes, ocupasoins, cazualid.^{es} que ouverão thé o mes de Janeiro de 1802”; “Mapa Geral dos Indios abitantes e exzistentes na aldea dos Pinheiros em o presente anno, seis nomes, empregos, estados, idades, ocupassoins cazualidades, do anno de 1802”, todas incluídas em **Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo** (doravante BDAESP), VIII, p. 101-109, 136-144, 145-189, 201-206.

Buenos Aires – UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES. **Documentos para la historia argentina**. Buenos Aires: Companhia Sud-Americana de Billetes de Banco, 1919, t. XI (“Territorio y población. Padron de la ciudad de Buenos Aires [1778]”)

Guarapuava, Curitiba, Guaratuba, Araraquara, Piracicaba, Castro – Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de população, 1779-1835 (as listas de Araraquara encontram-se no interior das de Constituição/Piracicaba; as de Guarapuava, 1835, no interior das de Castro).

Jacupiranga – ALMEIDA, Antonio Paulino de. Memória Histórica de Jacupiranga. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n^o CXXVII, 1949.

São Paulo – Recenseamentos (1765-1767). **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**. São Paulo: Departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1937, v. LXII

Vila Rica – MATHIAS, Herculano Gomes. **Um recenseamento na capitania de Minas Gerais. Vila Rica – 1804**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

A participação das mães precoces entre as meninas indígenas de Guarapuava só tinha paralelos entre as mocinhas negras e pardas de Guaratuba, numa plaga afastada do litoral do atual Paraná. Mas, se a proporção era comparável, as guaratubanas começavam a ter filhos mais tarde, e em situação bem menos institucionalizada, pois o desvio padrão é substancialmente maior ali perto do mar. Tudo caminha na direção de que a precocidade indígena em Guarapuava resultava de regulação, de interferência. Isso deve ser enfatizado, adicionalmente, para que se possam formular algumas hipóteses plausíveis em relação aos aldeamentos paulistas. A ideia é a de que, pelo final do século XVIII, o declínio da pressão eclesiástica sobre esses aldeamentos pode ter reduzido a importância da regulação dos casamentos. Essa hipótese não pode ser verificada aqui, mas é conveniente apontá-la.

A idade média na época da primeira parturição não discrepa muito de todos os outros casos. Os resultados para as outras situações observadas se espalham pelo intervalo que vai dos 15,1 aos 17,3 anos. O valor central é 16,2, sendo que o obtido para as mães precoces das aldeias paulistas é 16,1, o que não discrepa

muito do caso da população em fogos de pardos e negros na cidade de São Paulo setecentista. Os casos de maior precocidade foram os das índias guarapuavanas (1835) e os das mestiças e negras livres de Castro (1835) e Araraquara (1828). No entanto, os desvios padrão das pardas e negras livres de Castro são, comparativamente, muito elevados, mostrando amplas variações entre estas, de modo que a precocidade não seria muito parecida com uma instituição. O caso de Araraquara é diferente, com idade média e desvio bem pequenos. Mas o das índias de Guarapuava é nítido: uma das menores idades médias e também um dos menores desvios padrão. Novamente se fica com uma impressão de grande institucionalização da precocidade no caso das aldeias missionárias sob controle eclesiástico.

Nesse ponto é importante olhar mais de perto o caso das aldeias paulistas comparando a média com a mediana e o desvio padrão. Como se vê pela tabela 1, a mediana é maior que a média, indicando que os consideráveis desvios observados eram para baixo, mais que para cima da média. Isso significa haver na amostra das aldeias muita parturição abaixo dos 16 anos de idade, o que, dependendo dos valores de cada caso, é simplesmente impossível, e indica problemas sérios com a amostra, representando erros na anotação das idades das mães precoces. Na verdade, casos impossíveis aparecem em todas as amostras consideradas, com mães que teriam parido com oito anos de idade ou coisa parecida, e isso, repetimos, só pode indicar erros. O fato de nenhum desvio padrão ter sido de menos que um décimo da média respectiva indica que esse tipo grosseiro de engano foi muito frequente. Ainda assim, parece ter sido mais comum nas aldeias paulistas, pois as medianas só ultrapassaram as médias neste caso e naqueles de Castro (1779, 1804 e 1835), Vila Rica, Buenos Aires (descendentes livres de escravos em 1778) e Piracicaba.

O precedente, aliado a outros dados mencionados acima, significa que os aldeamentos paulistas tinham forte propensão para crescer demograficamente. Mas sabe-se que isso não aconteceu, o que levanta questões interessantes para o prosseguimento da pesquisa. Por que, mesmo assemelhando-se a situações de fecundidade alta, os aldeamentos tendiam a minguar? Uma série de outras

questões, sem relação com a fecundidade, pode ter atuado, e passa-se a abordar isso, aproximativamente, a partir de diversas investigações.

O suspeito de sempre é a mortalidade, mas a comparação com Guarapuava pode ajudar a por isso no lugar. O cálculo do número médio de filhos dessas mães precoces não faz muito sentido. O certo seria verificar quantos rebentos cada moça tinha, em média, ao atingir os 24 anos, mas tentar fazer isso produziria amostras pequenas demais. No entanto, é significativo que o errático e pouco confiável número médio de filhos das mães precoces nos aldeamentos paulistas fosse quase o dobro do verificado em Guarapuava (1,9 em São Paulo; 1,1 em Guarapuava). Assim, embora as meninas de Guarapuava começassem mais cedo, elas parecem ter tendido a ter menos filhos vivos quando chegavam aos 24, de modo que a mortalidade devia ser mais elevada. Isso, diga-se de passagem, condiz com a distância que separa a antiguidade das aldeias paulistas em relação à novíssima aldeia de Guarapuava, datada da época da presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro. Em São Paulo, o doloroso período dos choques microbianos súbitos já havia passado, tendo se cristalizado a situação em que a mortalidade era constantemente elevada. Guarapuava certamente ainda estava matando crianças indígenas ao sabor de crises repentinas, conforme a discussão de Crosby a respeito do Imperialismo ecológico, que leva a dar muita ênfase a cada contato inicial entre indígenas e pessoas provenientes do Velho Mundo ou dos núcleos coloniais mais antigos. Essas experiências tomavam a forma de trocas microbianas súbitas, levando a terríveis e instantâneas elevações da mortalidade.⁴¹

Pelo menos no caso dos aldeamentos paulistas, não parece ter sido a mortalidade infantil o fator decisivo a reduzir o impacto da potencialidade de crescimento demográfico, o que é compatível com a lembrança de que essas aldeias eram antigas. A novidade da de Guarapuava pode ajudar a explicar a razão da relativa carência de crianças: os choques microbianos ainda se sucediam com muita velocidade, já que o aldeamento era apenas do início do século XIX.

As meninas de Guarapuava começavam a procriar até mais cedo que as dos aldeamentos paulistas, mas tinham menos filhos vivos nessa parte da vida que nos

⁴¹ CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Cap. 9.

aldeamentos de São Paulo. Provavelmente, era em Guarapuava que a mortalidade mais impedia o crescimento do aldeamento.

As aldeias paulistas, no entanto, também tinham crescimento lento, apesar da maternidade precoce imposta às meninas. Prossegue-se, então, no levantamento de possibilidades para resolver essa espécie de paradoxo.

Fronteiras porosas

O relato de Serafim Leite por si só deixa entrever uma grande porosidade nas relações entre aldeamentos e sociedade circundante, tanto por dentro da atividade dos jesuítas, quanto pelas atitudes dos colonos e autoridades circundantes. No final da década de 1620, um inaciano do Colégio do Rio que visitava São Paulo fez referência a algumas dezenas de índias de São Miguel que viviam como se fossem viúvas, “por estarem seus maridos retirados no Rio de Janeiro”. Eles estavam no Rio por iniciativa dos próprios jesuítas, provavelmente no colégio e na fazenda fluminenses, pois o religioso escreveu sobre eles a um administrador e a um vice-reitor. Na aldeia dos Maromunis, um intérprete indígena recusou-se a apresentar-se diante do padre “por um caso grave de um rapto que lhe tinha acontecido”. O “índio principal de São Barnabé” já estivera na Bahia, já acompanhara padres por mais de uma vez à “missão dos Goitacases” e se oferecia para acompanhar o narrador, o padre Francisco Carneiro (reitor do Colégio do Rio), à Laguna. Terminou por ir, mas na volta foi morto na “casa de um português conhecido seu, com quem se agasalhava”.⁴² Por ocasião da expedição para a fundação da Colônia do Sacramento, índios das aldeias de Itapecerica, Barueri e São Miguel (além de nativos trazidos da aldeia de Cabo Frio) acompanharam jesuítas envolvidos naquela incursão no atual Uruguai.⁴³ Realmente, as aldeias paulistas, mesmo sob controle jesuítico, não eram pautadas pela perspectiva de isolamento em relação à sociedade envolvente que caracterizava as platinas. Por volta de 1630, Martim de Sá manifestava simpatia

⁴² Apud LEITE, S. I. Op. Cit., p. 234-235.

⁴³ Ibidem. p. 358.

pelos padres escrevendo que eles, quanto aos aldeados, “pagam os serviços, que lhes fazem, tão bem ou melhor que as mais pessoas brancas a quem servem”.⁴⁴

Na década de 1730, o superior da aldeia de Embu reuniu os índios da mesma para a construção da ponte de Nossa Senhora. Eles, em troca de pagamento igual ou talvez um pouco maior que o fornecido aos índios dos leigos, atuaram sob a supervisão do superior da aldeia e dos demais padres e irmãos da Companhia.⁴⁵ Analogamente, ao redor de 1700, os índios das aldeias administradas pelos jesuítas tinham, nas fazendas e no Colégio, regime de trabalho equiparado ao dos escravos, no que toca à intensidade. Em sua situação específica, trabalhavam uma semana para seus administradores, uma semana para si, ou então, acompanhando os cativos, separavam o dia em duas partes. Os padres, da mesma forma que os leigos sob o sistema de administração particular, pagavam “salários” compostos de subsistência, remédios e “uma farda por ano”.⁴⁶

No século XVII, falava-se, em relação a momentos em que jesuítas não controlavam as aldeias, de incursões escravizadoras realizadas contra os índios destas últimas por “homens [...] com negros e brancos” a fim de “levarem-nos para suas casas”.⁴⁷ Em 1678 também se dizia que moradores costumavam levar indígenas aos sertões ou para suas casas.⁴⁸ Fazendo referência às aldeias próprias dos jesuítas, Leite mencionou também iniciativas de aliciamento de índios pelos colonos.⁴⁹

Existem também, no entanto, relatos que implicam um fechamento das aldeias em relação às áreas circundantes e seus gananciosos habitantes. Em carta-súplice ao sumo pontífice, enviada por volta de 1640, paulistas queixavam-se das interdições à manutenção de indígenas sob seu controle. Neste passo, deixaram ver que os das aldeias não estavam sujeitos a serviço, sugerindo, diferentemente do que se viu antes, um certo fechamento, aparecendo estas como instituições bem pouco permeáveis aos interesses sediados na sociedade colonial circundante. Acrescentavam que, permanecendo sem ocupação nas aldeias, “são de sua

⁴⁴ Apud *Ibidem*. p. 237.

⁴⁵ *Ibidem*. p. 411.

⁴⁶ *Ibidem*. p. 346-347.

⁴⁷ Apud *Ibidem*. p. 239.

⁴⁸ *Ibidem*. p. 240.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 363.

natureza inclinados a comerem carne humana”, assim como a furtos para terem de que se alimentar.⁵⁰ Caminha na mesma direção a ideia de que as aldeias conteriam um regime específico de morbidade e mortalidade, levando a pensar em fechamento. Na carta enviada pelos paulistas leigos ao papa ao redor de 1640, estes se referiam aos aldeamentos insinuando a vigência, neles, de alta mortalidade. Sugeriam que “bexigas e sarampão” prosperavam ali.⁵¹ Mas esses argumentos eram evidentemente falaciosos, e os relatos indicando abertura predominavam claramente.

O exame da documentação dá ainda mais segurança quanto à porosidade das aldeias. No princípio do século XVIII, encontravam-se, como aconteceu em 1736, autorizações para que colonos mantivessem indígenas aldeados em suas propriedades como administrados.⁵² Isso se dava contra termos de que haveria reposição se interviesse ordem nesse sentido, a que às vezes se acrescentavam fiadores do bom tratamento e da disposição para a devolução.⁵³ Em relação a 1739, acham-se casos como o de um missionário franciscano que mandava aldeados trabalharem fora das aldeias para sua conveniência pessoal, segundo se dizia.⁵⁴

A partir de uns dez anos após os casos supracitados, administradores podiam ser flagrados enviando gente das aldeias para trabalho fora das mesmas. Em 1744, por exemplo, corregedores da comarca podiam determinar o trabalho ocasional de aldeados na feitura de caminhos.⁵⁵ Nisso, estariam ordenando algo que também comandavam no tocante aos “demais vassalos”. Mas também são encontrados casos como o expresso na alegação (1767) de que o diretor dos índios da “nova V.^a de S. Jozé” enviara uma família indígena para administração particular, o que os teria conduzido ao núcleo da vila.⁵⁶ De outra parte, o mesmo caso problematiza o “dentro” e o “fora” de uma aldeia paulista, pois a família alegava que comprara terra em S. José. Para complicar mais ainda, foram tratados como foreiros dos carmelitas. A Câmara de Jacareí acrescentava que, fora da vila, o

⁵⁰ Apud Ibidem. p. 265.

⁵¹ Apud Idem.

⁵² BDAESP, VIII, p. 5-10.

⁵³ BDAESP, VIII, p. 24-27, no tocante a 1739.

⁵⁴ BDAESP, VIII, p. 15.

⁵⁵ BDAESP, VIII, p. 36-37.

⁵⁶ BDAESP, VIII, p. 48 e seguintes.

que havia não era exatamente um aldeamento, mas antes muitos índios “que se achão dispersos”.⁵⁷

Quanto à passagem do terceiro para o último quarto do século XVIII, são encontradas alegações de que administradores e colonos incentivavam ou forçavam trabalho indígena fora dos aldeamentos. No início dos anos 1780, o capitão mor de Barueri fazia referência a que os “índios de sua administração” estavam “em grande numero dispersos pelas V.as da Cap.ta por cazas particulares”.⁵⁸ O mesmo requerente, Vicente Pedrozo de Camargo, referia “deserções” até mesmo de famílias e mulheres solteiras.⁵⁹ Lê-se quanto a Embu, em 1788, sobre taverneiro induzindo um jovem aldeado à fuga.⁶⁰

O penúltimo caso, inclusive, abre algumas janelas interpretativas. A dispersão, julgava o capitão, fazia com que os índios perdessem “o amor a sua naturalid.e”, conduzindo-os a posteriores deslocamentos. A noção de “naturalidade” é importante, e se ligava à aldeia e às famílias formadas em seu interior, mais que ao grupo étnico originário. Assim, o aparente déficit identitário entrevisto pelo observador setecentista seria causado pelo afastamento frente à aldeia, suas famílias e à sua própria autoridade.

A agregação como testemunho

A observação das mães precoces sugere que a maternidade apressada teve importância. Ela pode ter tido relação com a também precoce formação de uniões com base na procriação, ao invés de na sanção, o que costumava estar ligado à rapidez do estabelecimento de jovens “sobre si”. É possível avançar um pouco mais nessa questão de ter sido mais ou menos acessível a formação de domicílios lançando mão de informações sobre agregados nos fogos constitutivos dos aldeamentos paulistas. Observá-lo também facultará a elaboração de mais hipóteses sobre os processos de recrutamento de aldeados.

⁵⁷ BDAESP, VIII, p. 50.

⁵⁸ BDAESP, VIII, p. 64.

⁵⁹ BDAESP, VIII, p. 70-71.

⁶⁰ BDAESP, VIII, p. 79.

Esses dados sobre agregados aos fogos das aldeias são relevantes.⁶¹ Somente em Pinheiros não há qualquer indicação sobre pessoas nessa situação. Por meio da confecção da tabela abaixo, conseguimos traçar uma espécie de perfil do sujeito classificado como agregado num aldeamento indígena, sem pressupor que se tratava da mesma coisa que agregar-se aos fogos da sociedade colonial mais ampla. Uma observação inicial importante é a de que, geralmente, os agregados eram menores de idade. Quando menores, predominava o lado masculino, sendo por outro lado frequentes as mulheres solteiras com idades entre os 14 e 39 anos. Foram poucos os agregados a ultrapassarem os 39 anos de idade. Outro detalhe que deve ser ressaltado, não constante na tabela, é o fato de 10% da população da aldeia da Escada ser composta de agregados, em sua maioria também menores de idade. Nossa hipótese é a de que as aldeias se sustentavam em termos populacionais graças a uma dinâmica de incorporação de índios que viviam segundo estatutos ambíguos, pois ora eram aldeados, ora administrados.

Tabela 2

Agregados nas aldeias de São Paulo (1798-1803)⁶²

Características dos agregados	gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Casado	3	3	6
Solteiro	10	20	30
Viúvo	3	4	7
Menores (14 anos)	22	15	37
Não consta (maiores)	3	7	10
Total	41	49	90

Fonte: BDAESP, VIII, p. 101-224.

É difícil fazer maiores especulações sobre os dados acima, mas podemos lançar algumas hipóteses iniciais na tentativa de desvendar quem eram esses

⁶¹ Ver também MARCHIORO, Marcio. O banquete da onça mansa: fluxos internos e externos da população indígena aldeada (São Paulo, 1798-1803). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis, 2007.

⁶² A tabela se refere às listas nominativas das seguintes aldeias: Barueri, Embu, Escada, Itaquaquecetuba, Itapeperica e Peruíbe. A aldeia de Pinheiros é a única onde não aparecem indivíduos classificados como agregados.

indivíduos inseridos no interior dos aldeamentos e classificados como agregados em seus respectivos fogos. Normalmente as mulheres solteiras entravam nos fogos solitárias, ou seja, sem que houvesse algum outro agregado no mesmo fogo. Já os menores parecem ter entrado em grupo, talvez de irmãos, com típico escalonamento de idades. Quando entravam esses grupos de menores, muitas vezes havia também outros agregados solteiros no mesmo fogo, reforçando a indicação sobre grupos de irmãos.

Na aldeia de N. S. da Ajuda de Itaquaquecetuba encontramos um número de 24 agregados, sendo que a aldeia contava com uma população de 247 indivíduos em 1798 – ano da feitura da lista. Desse modo, sabemos que a aldeia contava em sua população com cerca de 10% de agregados, dado que a coloca junto a mais três aldeias aqui analisadas – Itapecerica, Escada e Barueri –, que também chegavam à porcentagem de 10%. No entanto, o dado que mais impressiona é a diferença entre a população agregada feminina e a masculina. Eram 18 mulheres para apenas 6 homens agregados, ou seja, as mulheres constituíam 75% da população agregada. Além disso, havia uma faixa etária na qual a agregação era nitidamente predominante: 50% dos agregados tinham mais de 60 anos. Eram exatamente 12 agregados com mais de 61 anos de idade, sendo 10 mulheres e somente 2 homens. Segundo os dados analisados por Petrone – extraídos da mesma lista que usamos –, no total tratava-se de 25 indivíduos com 61 anos ou mais.⁶³ Petrone apresenta uma lista de Itaquaquecetuba oriunda do ano de 1802 na qual há uma variação nítida: caiu de 25 para 21 o número de idosos com mais de 60 anos.⁶⁴ Reduziu-se também, e significativamente, a população de menores de 10 anos, que eram 70 em 1798 e 54 em 1802. Vale a pena dizer também que dos 24 agregados existiam 5 mulheres com idades na casa dos 31 aos 40 anos. Nenhuma dessas 5 mulheres foi referenciada na lista como parente do cabeça do fogo, de modo que é difícil sugerir a origem delas. Dos 12 agregados acima dos 60 anos, sete foram listados como parentes dos cabeças dos fogos. Eram viúvas, mas, ao contrário do que ocorria em Itapecerica, como veremos adiante com mais detalhes, não se nota um padrão de residência. Em três fogos encontramos a mãe do homem cabeça do fogo, em dois a

⁶³ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit.; PETRONE, P. Op. Cit., p. 267.

⁶⁴ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit.; PETRONE, P. Op. Cit., p. 357.

sogra do homem, em um o pai do homem e em outro a mãe da mulher cabeça do fogo. Itaquaquecetuba era sobretudo uma aldeia despovoada de homens em idade produtiva (dos 20 anos 40 anos). Encontramos 39 mulheres para 14 homens entre os 20 e 40 anos. Vemos em lista de 1802 que o número de mulheres jovens viúvas era muito grande.

Na única aldeia localizada no litoral, Peruíbe, o número de agregados era pequeno, apenas cerca de 3% da população. Eram 6 indivíduos num total de 201 moradores. Em sua maioria tratava-se de crianças com menos de 14 anos de idade (num total de 4). Vemos em tabela de 1798, publicada por Petrone, que o número de mulheres e homens era equilibrado, só havendo uma grande flutuação na geração que ia dos 30 aos 40 anos.⁶⁵ É aí que encontramos 24 homens para 15 mulheres.⁶⁶ Fica difícil propor alguma análise deste último dado, mas pode-se sugerir que mulheres adultas eram mais requisitadas que os homens para prestarem serviços a particulares. Deve-se explicar que nenhum agregado da aldeia possuía parentesco com o cabeça do fogo em que residia, ou pelo menos não foi dito nada nesse sentido na lista. No entanto, na lista de 1802, Peruíbe apresentava uma grande disparidade na geração dos 20 aos 30 anos. Então haviam passado a ser 34 mulheres para 14 homens, apenas, fato que pode indicar ou uma dinâmica de recrutamento de trabalho ou de casamentos. Ou muitos homens saíram da aldeia ou várias mulheres entraram. A provável saída de homens pode ter sido causada por recrutamento para trabalhos para particulares ou por casamentos fora da aldeia. Já a entrada de mulheres pode ter se dado pelo casamento com homens da aldeia ou, quiçá, pela chegada de nova população oriunda do sertão.

De todas as aldeias analisadas, o caso de Itapecerica importa muito, no que diz respeito aos classificados como agregados.⁶⁷ Eram 37 numa população total de 332 habitantes. Ou seja, os agregados constituíam 11% da população. Assim como Itaquaquecetuba, Itapecerica era, sobretudo, uma aldeia com muitos casos de mulheres viúvas. Conforme dados de 1802, tratava-se de 27 mulheres viúvas num

⁶⁵ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit.; PETRONE, P. Op. Cit., p. 273.

⁶⁶ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 5.

⁶⁷ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 7.

total de 75 fogos ou domicílios.⁶⁸ Quanto àqueles com idades dos 30 aos 100 anos, nota-se um total de 32 homens para 73 mulheres (na lista de 1802 eram 31 homens para 71 mulheres). Vemos aí mais um indício de que os índios aldeados em São Paulo do fim do século XVIII e início do século XIX eram submetidos a jornadas de trabalho perigosas sertão adentro. Pois bem, analisando a lista mais detalhadamente, vemos que a maioria deles era menor ou tinha mais de 60 anos. São exatamente 12 menores de 14 anos e dez viúvos com mais de 60. Dentre os viúvos agregados só encontramos dois homens. Contudo, o mais interessante é o padrão de residência verificado. De 37 agregados, 16 tinham relações de parentesco com o cabeça do fogo. Desses 16 agregados, precisamente sete eram viúvas que também eram mães de um homem chefe de fogo, provavelmente estabelecidas ali apenas momentaneamente. Além disso, dois viúvos homens moravam com seus filhos do sexo masculino.

O aldeamento de N. S. da Escada diferenciava-se de Itaquaquecetuba, Peruíbe e Itapecerica sobretudo pela presença de uma numerosa população jovem. Tanto em 1798 como em 1802, cerca de 40% da população tinham menos de 10 anos. Esse resultado mostra que a aldeia estava em pleno florescimento na época da feitura das listas. Escada era habitada em 1798 por 210 pessoas, sendo 19 agregados. Nenhum agregado possuía parentesco explicitado em lista com os cabeças de seus respectivos fogos. Cerca de 9% da população era, então, composta de agregados. Pois bem, seguindo essa tendência de população jovem, vemos uma lista de nove agregados com menos de 14 anos, sendo seis meninos e três meninas. Já entre as gerações seguintes os dados pendem mais para o lado feminino: dos 14 aos 30 anos, quatro eram mulheres e um homem; dos 31 aos 40 anos, duas mulheres e um homem; e dos 51 aos 60 anos eram duas mulheres e nenhum homem.⁶⁹ Apareciam quatro agregados no fogo com filhos pequenos.

A aldeia de Embu tinha uma percentagem reduzida de agregados. São apenas 10 num universo de 261 moradores (3,8%). Listas de 1798 e 1802 demonstram que a população adulta (com mais de 20 anos) era em sua maioria composta de mulheres. Na lista de 1798 contavam-se 145 meninas com mais de 10

⁶⁸ BDAESP, VIII, p. 101-206; PETRONE, P. Op. Cit., p. 360.

⁶⁹ BDAESP, VIII, p. 101-206.

anos para 86 meninos, enquanto em 1802 havia 68 mulheres para 45 homens, agora analisando as pessoas com idades de 20 ou mais anos. Em 1802 temos 60 fogos com 20 mulheres viúvas e apenas um homem viúvo. Não é possível traçar grandes tendências no que diz respeito ao perfil dos agregados em Embu, talvez pelo reduzido número constante nas listas. O caso mais frequente (4 entre 10) era o de viúvas com mais de 61 anos. Os outros estavam distribuídos entre os grupos de menor idade. No total eram sete agregadas para apenas três agregados. Três mulheres viúvas mostravam parentesco com o cabeça.⁷⁰

De todas as aldeias listadas aqui, Barueri é a mais populosa com um contingente de 580 moradores.⁷¹ Desses, cerca de 10% (57 indivíduos) foram considerados agregados. Cerca de 45% dos agregados (26 indivíduos) tinham entre 14 e 30 anos, sendo 13 homens e 13 mulheres. Além disso, 16 eram menores de 14 anos e nove possuíam mais de 60 anos, sendo 8 mulheres. Barueri interessa muito no que diz respeito ao crescimento populacional entre os anos de 1798 e 1803. A variação, em aproximadamente cinco anos, foi de 8%. Em 1798 tínhamos uma população de 533 indivíduos. O maior diferencial, no entanto, não está aí, mas sim no fato de que a variação se devia somente ao grupo feminino. Em 1798 eram 270 mulheres para 263 homens, enquanto que em 1803 eram 319 mulheres para 261 homens. Tratou-se de crescimento de 18% da população feminina, frente a um decréscimo ínfimo da população masculina. Aqui é que entra a participação dos ausentes, a ser analisada adiante. Sabemos que em 1803 os ausentes estavam presentes na contagem de 580 moradores. Será que também apareciam na contagem de 1798? É o que nos resta investigar. Dos 57 agregados, 24 eram parentes do cabeça do fogo. Barueri era a única aldeia das quatro a possuir parentes agregados nos fogos, com padrão diferenciado. Não eram as mães viúvas que predominavam, mas sim os sobrinhos do cabeça do fogo, com um total de 11.

Isso nos deixa com a hipótese de ter havido segmentos excluídos no interior dos aldeamentos. Usamos o termo “excluídos” porque essas instituições teriam sido marcadas pelo projeto de constituição de famílias camponesas, mas o próprio processo de estabelecimento dessas aldeias, por diversas razões, teria “deixado de

⁷⁰ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 7.

⁷¹ BDAESP, VIII, p. 101-206; MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 7-8.

lado” várias pessoas, as quais acabavam por viver fora do modelo dos casais em fogos independentes (os agregados). Isso pode ajudar a entender as razões para que não se realizasse plenamente a tendência ao crescimento demográfico observada a partir da fecundidade das meninas e da participação de crianças na população (de acordo com os dados de Petrone).

Nesse sentido, vemos que há uma contrapartida à fecundidade feminina proposta acima em nosso texto. Mulheres teriam seus primeiros filhos em idades bastante tenras, como demonstramos. Porém ficavam viúvas cedo. Além disso, há muitos casos de saídas de homens dos aldeamentos, o que se dava de acordo com flutuações bastante significativas. A ideia central é a de que os aldeamentos necessitavam da incorporação de novos índios dos sertões ou do sistema de administração, mas que a entrada deles não garantia pujança demográfica às aldeias. O número de viúvas em vários aldeamentos é expressivo e pode demonstrar que os índios homens participavam intensamente do processo de expansão da capitania sobre as terras indígenas em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, dentre outras possibilidades não analisadas aqui. Com isso passamos a analisar mais detalhadamente os ausentes das aldeias.

Ausentes das aldeias

As aldeias que nos mostram dados relevantes no que diz respeito à idade dos ausentes são Escada, Embu e Barueri. Em Escada temos uma maioria masculina entre as idades de 14 e 30 anos. Eram em sua maioria jovens solteiros, ou então recém-casados sem filhos ou com menos de dois filhos pequenos. Em Embu, pelo que levantamos, temos mais mulheres solteiras saindo da aldeia. Já Barueri foi um caso à parte. Havia famílias inteiras fugidas e muitos homens e mulheres com idade entre 14 e 30 anos. Nesse quesito, segue a tendência apontada também para Escada.⁷²

Para as cinco aldeias com índios ausentes, notam-se variações no que diz respeito à porcentagem da população ausente perante a população total da localidade. Em Escada e Itaquaquecetuba os ausentes correspondiam a cerca de

⁷² MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 8.

5% da população, enquanto em Barueri, Embu e Pinheiros os ausentes eram em maior número, chegando a 10% da população total da aldeia. No que diz respeito às localidades listadas como rumo desses sujeitos em saída do aldeamento, destacavam-se mais lugarejos situados no interior paulista. Apareciam, desse modo, Parnaíba, Campinas, Sorocaba e Sorocamirim como as localidades para onde se dirigiam com maior frequência os índios saídos dos aldeamentos. Além disso, quanto a localidades situadas fora das delimitações do atual interior paulista, podem ser citadas Curitiba, Rio de Janeiro, Cuiabá e Minas Gerais.⁷³

Tabela 3

Ausentes das aldeias de São Paulo (1798-1803)

Aldeia	Adjetivação da ausência					Total
	Fugido	Desertor	S/ licença	C/ licença	Não consta	
Barueri	32	-	19	5	1	57
Embu	-	-	25	-	1	26
Escada	-	-	4	1	7	12
Itaquaquetuba	-	2	-	-	16	18
Pinheiros	-	-	13	4	1	18
Total	32	2	61	10	26	131

Fonte: BDAESP, VIII, p. 101-224.

Entre os casos mais interessantes esteve, primeiramente, o número de classificados como “fugidos” na aldeia de Barueri. Além dele, o quantitativo de saídos sem licença em todas as aldeias, excluindo-se Itaquaquetuba. Diversas famílias fugiram de Barueri nessa época (1803), o que sugere uma certa fragmentação. Demonstra também possíveis mecanismos para intensas entradas e saídas dos aldeamentos, como no caso do aldeamento de Atalaia, descrito por Tatiana Takatuzi, ou no de São Pedro de Alcântara, descrito por Marta Amoroso (ambos estabelecidos no atual Paraná durante o século XIX).⁷⁴ A maioria dessas famílias foi para regiões do interior paulista como Sorocaba, Itú e Campinas. Já os

⁷³ Idem.

⁷⁴ TAKATUZI, T. Op. Cit.; AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e evasão. Etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

que saíram “sem licença” de Barueri foram jovens solteiros ou casais sem filhos. O fato de terem saído sem licença 61 dos índios listados, somando todas as aldeias – quase metade do total de ausentes –, indica uma certa atitude de autonomia dos índios perante os agentes da colonização, que tentavam controlar essas saídas. Resta investigar se tais partidas ocorriam numa base corriqueira e constante, como nos aldeamentos de Atalaia e São Pedro de Alcântara no século XIX, ou se o caso foi de elas se terem tornado mais presentes no fim do século XVIII e início do século XIX.⁷⁵ Tudo isso aponta para a existência nos aldeamentos de uma dinâmica na qual os índios não achavam necessário comunicar sua saída para as autoridades coloniais responsáveis. Mesmo que a legislação portuguesa mandasse que a comunicação fosse sempre feita. Não temos números para Itapecerica. Talvez as saídas fossem bastante comuns também. Casos semelhantes são vistos nos aldeamentos do Tibagi e no de Atalaia, como enfatizamos.⁷⁶

Considerações finais

Foi recolocado aqui o problema relativo à vigência ou não de tendências ao crescimento da população dos aldeamentos paulistas, embora a resposta tenha continuado a ser ambígua. A alta proporção de crianças na população só podia aparecer juntamente com a baixa razão criança/mulher em virtude de as faixas etárias de maior idade terem estado relativamente “vazias”, o que se ligava à mortalidade e aos abandonos dos aldeamentos. Mas isso não pode fazer esquecer que a maternidade precoce era tão importante nas aldeias paulistas quanto em diversas outras situações e grupos que mostravam ímpeto demográfico. Além do mais, a presença de mães muito jovens entre as aldeadas dava sinais de ligar-se a provavelmente mais de uma forma de regulação. Não foi possível estabelecer se essa regulação era de origem eclesiástica, se era uma prática colonial ou se provinha da agência dos próprios indígenas. Mas a comparação com outros aldeamentos ainda sob controle eclesiástico sugere que a presença jesuítica prévia deve ter sido uma contribuição importante para o estabelecimento de um padrão

⁷⁵ MARCHIORO, M. Op. Cit., p. 8; TAKATUZI, T. Op. Cit.; AMOROSO, M. R. Op. Cit.

⁷⁶ TAKATUZI, T. Op. Cit.; AMOROSO, M. R. Op. Cit.

como esse, muito embora quanto a São Paulo só o tenhamos observado sob a condição, possivelmente, de ruína.

A abordagem de Serafim Leite, dentro de seus limites, deixou a sugestão de que as experiências em aldeias como as paulistas podem ser compreendidas lembrando que sua dinâmica era desproporcionalmente tocada pela vida institucional, pela vida política e pelas relações e negociações entre elites locais e Estado. O parco dinamismo econômico e a distância frente a sertões em que elas pudessem ser montadas como anteparos defensivos – “muralhas do sertão”, como escreveu Nadia Farage – parece tê-las feito flutuar ao sabor das mudanças legais.⁷⁷ Apesar de isso não eliminar a possibilidade da intervenção da etnicidade na conformação das relações estabelecidas em seu interior, faz pensar em administradores pondo grande ênfase no estabelecimento de algum tipo de relação com as mudanças legais e institucionais – ao invés de simplesmente desconhecê-las. O fato de os indígenas terem sido inseridos nesse ambiente no qual as mudanças institucionais tinham grande peso – em lugar, por exemplo, da dinâmica do sertão – faz suspeitar, quanto às mães precoces, de que a prática resultava de regulação missionária e da relação dos aldeados com as instituições coloniais.

Essa prevalência de ordenamentos missionários e coloniais, pelo menos quanto ao problema do estabelecimento das uniões, condiz com o que foi possível observar no tocante a mecanismos de angariação de trabalhadores entre os aldeados. Ao invés da singeleza da unicidade Guarani que às vezes se imagina quanto às aldeias, e que poderia ser considerada capaz de abrir tendência à manutenção de regras indígenas, os mecanismos de arregimentação paulistas foram difusos e descontínuos durante o século XVIII. Acima de tudo, parecem ter sido pouco direcionados para grupos específicos que originassem uma etnicidade marcante no interior dos aldeamentos. É importante manter isso em mente, mesmo que não seja possível estimar a participação de cada origem étnica na população das aldeias. É verdade que aparecem na documentação múltiplas referências a indígenas Carijó,⁷⁸ assim como a carijós de Cuiabá⁷⁹ ou,

⁷⁷ FARAGE, N. *As Muralhas*. S. l.: s.n, s.d.

⁷⁸ BDAESP, VIII, p. 6, 9, 20, 23-25.

individualmente, a um “carijó oriundo da terra”.⁸⁰ Mas também aparecem indicações de origem Bororo,⁸¹ ou, só para complicar mais, de indígenas específicos classificados como “carijó de nasam Bororó”.⁸²

A porosidade das fronteiras dos aldeamentos deve ter sido, segundo as informações que se conseguiu reunir neste estudo, uma das principais razões de sua estagnação demográfica relativa. Parece ter sido mais importante até do que a mortalidade infantil, embora esta tenha permanecido alta mesmo após ter transitado das catástrofes súbitas para a mortandade constantemente alta das endemias. Aquela porosidade não só foi diretamente constatada através das saídas de adultos (especialmente homens) das aldeias, como também foi percebida por intermédio de seus efeitos na organização dos domicílios, pelo que se notou acerca das práticas de agregação no interior das aldeias. A agregação também sugeriu a existência de constrangimentos para a formação de novos lares indígenas, da mesma maneira que a forte presença de viúvas entre as agregadas deixa no ar a suspeita de a mortalidade ter influído como mortandade de homens adultos, ainda mais que a de crianças.

Bibliografia citada

AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e evasão. Etnografia do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620**. Bauru: Edusc, 2006..

CORRÊA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVII a 1828**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999. p. 38.; MARCHIORO, Marcio. Casamentos indígenas: estratégias matrimoniais na aldeia de Itapecerica (século XVIII e início do século XIX). *In: XV Encontro Regional de História – Anais*. Curitiba, 2016.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FARAGE, N. **As Muralhas**. S. l.: s.n, s.d.

HEMMING, John. **Fronteira amazônica**. São Paulo: Edusp, 2009.

⁷⁹ BDAESP, VIII, p. 25.

⁸⁰ BDAESP, VIII, p. 60.

⁸¹ BDAESP, VIII, p. 22.

⁸² BDAESP, VIII, p. 35.

LEITE, S. I., Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. tomo VI.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Invernos cruentos: nota sobre a morbidade entre escravos e administrados a partir de movimentos sazonais e crises de mortalidade (Curitiba, 1732-1801). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, p. 98-129, 2015.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005.

MARCHIORO, Marcio. O banquete da onça mansa: fluxos internos e externos da população indígena aldeada (São Paulo, 1798-1803). *In*: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., Florianópolis, 2007. **Anais...** Florianópolis, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo - povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PREZIA, Benedito A. **Os índios do planalto paulista**: nas crônicas quinhentistas e seiscentistas. São Paulo: Humanitas, 2010.

SCHWARTZ, S. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. S. l: s.n, s.d.

TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos**. Curitiba: Museu Paranaense, 2014.

Recebido: 08/03/2017

Aprovado: 20/12/2017

MAPUTO E RIO DE JANEIRO: REEDUCANDO OS INFAMES (1870-1880)

Octavio Jose Zimbico¹
Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Educação
Maputo – Moçambique

Resumo: O objetivo principal deste artigo está o de apresentar considerações a respeito de práticas educacionais aplicadas a pessoas consideradas infames e, portanto, perigosas às ordens social, política, econômica, etc., que estavam sendo postas nas cidades do Rio de Janeiro e Maputo no período em questão. Para tanto, operamos com a noção de disciplina proposta por Michel Foucault (2005). Por disciplina, entendemos implicação de uma apropriação total, exaustiva do corpo, gestos, tempo e comportamentos das pessoas. Um poder disciplinar que é contínuo, estando perpetuamente sobre o olhar de alguém ou na situação de ser olhado. Sob essa perspectiva, a noção de educação se desvilcula da educação dita formal. Antes, porém, a tramamos como dispositivo de poder e saber, que objetiva constituir comportamentos ditos desejáveis. As fontes consultadas nos remetem para práticas educacionais que intentaram promover formas de comportamentos desejáveis e, por conseguinte, a conversão de pessoas ditas infames em espectro da periculosidade.

Palavras-chave: Educação – Infâmia – Discurso jurídico

MAPUTO AND RIO DE JANEIRO: REDUCATING THE INFAMOUS (1870-1880)

Abstract: The objective of this article is to present some considerations about the educational forms applied in the cities of Rio de Janeiro and Maputo during the 19th century. The theoretical-methodological contribution is imbricated with the notions of discipline proposed by Michel Foucault (2005). The notion of education, therefore, is not tied to any form of education structure. Rather, it is being treated as a device of power and knowing that it is intended to constitute desirable behaviors for thousands of people who are considered "slackers" and / or "indigenous". From the sources consulted, we analyze the discursive practices that tried to promote forms of desirable behaviors and, consequently, the inclusion of thousands of people in the world of dangerousness. The work is divided into three moments.

Keywords: Education – Infamous - Juridical speech

Considerações Iniciais

Por que infames? Como as suas ações e reações chegaram até nós? Ao analisar essa documentação, temos em mente que esses rastros a respeito dessas “vidas infames” só chegaram até nós porque sobreviveram ao choque com os discursos² do poder “que não quis senão aniquilá-las ou pelos menos apagá-las

¹ E-mail: o.zimbico@gmail.com.

² Operamos com a noção “discurso” não linguístico, cuja preocupação principal está associado à estrutura da linguagem. O foco foi no contexto da linguagem e no conteúdo. Portanto, como sugerido por Bové (BOVÉ, P. Discourse. In: LENTRICCHIA, F.; MCLAUGHLIN, T. (Eds.). **Critical terms for literary study**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1990.), a preocupação esteve em entender como as palavras, conjunto de sentenças e práticas, funcionam e se relacionam; perceber as interdições que atingem os discursos analisados e de que forma se liga com o desejo e o

[...]”.³ Seres que existem pelas poucas palavras que lhe foram destinadas e que, portanto, não são “puras” e disponíveis em arquivos ou bibliotecas, prontas para serem desvendadas. Antes, estiveram imbricadas com dispositivos legislativos, judiciários, policiais, culturais, sociais, econômicos. Além disso, se atentar para o fato de que a episteme judiciária reindicou para si o direito de promover um lugar para as apresentações das confissões, queixas, acusações, desvios, contentas, discórdias e defesas dessas pessoas. A partir desse ritual, os arquivos produziram vozes múltiplas, que ficaram depositadas em uma massa documental repassada para a história como memória. São esses rastros escritos, essas vidas articuladas pelos de jogos de saber e poder, que foram disponibilizadas para análises.

Antes de prosseguir, importaria definir o que seriam práticas educacionais. Foucault⁴ define as práticas como a racionalidade ou a regularidade que organiza o que os homens fazem, tendo um caráter sistemático e recorrente girando em torno da ética, poder e saber. Constituem, portanto, uma experiência. As técnicas se referem ao caráter reflexivo e de análise que acompanha as práticas, são as táticas e as estratégias, ou seja, são os meios e os fins com que as práticas são utilizadas. Trata-se, conforme o autor, de um “jogo estratégico” onde a liberdade do sujeito é evidenciada. Segundo Jennifer Gore,⁵ as práticas educacionais corporificam relações de poder entre, por exemplo, professores e aprendizes, guardas e presos ou médicos e pacientes. Nesse caminho, a pedagogia se baseia em técnicas particulares de governo, cujo desenvolvimento pode ser traçado historicamente e arqueologicamente, e assim, em tempos históricos diferenciados, produz suas práticas e regras articulares. Dessa forma, as relações disciplinares de poder e saber são fundamentais aos processos educacionais, onde o termo educar

poder. Como visto por Foucault (FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006. p. 9), o discurso não é aquilo que manifesta o desejo; é objeto do desejo também. O discurso não é “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque se luta [...]”. Ao declarar a respeito dessas preocupações, o autor amplia a noção de discurso consideravelmente. Há, portanto, preocupação maior com a estrutura da linguagem; preocupações centradas nos conteúdo, contexto da linguagem e jogos de permissão e exclusão.

³ FOUCAULT, Michel. **La vida de los hombres infames**. La Plata: Altamira, 1996. p. 129.

⁴ ___. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

⁵ GORE, Jennifer M. Foucault e a educação: Fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **O sujeito da educação**. Estudos foucautianos. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

se desloca para um conjunto de discursos produzidos e disseminados, atormentados pela necessidade de melhor governar uma massa populacional.

Quem ou o que são esses infames? Como se reeduca esses sujeitos?⁶ Acreditamos que essas respostas estão imbricadas com a formação do que as elites governantes dessas duas cidades entendiam como nação. Para os dirigentes brasileiros, a ruptura política de Portugal representava aparar os resquícios de um passado colonial. Nesse caminho, e ancorados em ideais liberais de igualdade, fraternidade, trabalho, ordem e progresso, formas novas de representações foram desencadeadas no sentido de deslocar a colônia à nação; movimento imbricado com a necessidade de reconstrução dos espaços geopolíticos do país, bem como a reconfiguração dos comportamentos dos tidos como infames, indesejáveis, ralé, classe miúda, vadios,⁷ entre outros adjetivos. Procurou-se dar continuidade aos mecanismos políticos, econômicos, sociais e culturais da velha metrópole portuguesa, agora em território constituído pela cidade do Rio de Janeiro, a qual deveria ser constituída em “nova Lisboa”. Sob esse pressuposto, a população pobre deveria ser afastada da barbárie e conduzida à noção iluminista de ordem, progresso e civilização.

A nação imaginada devia ser coesa, com um mínimo de uniformidade, onde a sua base deveria ser composta por um povo que estivesse unido por signos de identidade. A nova sociedade brasileira deveria ser constituída sobre cidades com bons serviços de água, esgoto, transportes, iluminação pública e gêneros alimentícios; sobretudo, as cidades deveriam ser compostas por pessoas civilizadas, disciplinadas, ordeiras, trabalhadoras, úteis e produtivas.⁸ Dessa forma,

⁶ Neste artigo, o termo foi desvinculado do modelo pronto, acabado, universal; pessoa que precisa ser educada para se tornar completa. Conceito originado na noção iluminista de homem centrado, o qual deve sair do seu estado primitivo de animalidade e se tornar humano por meio da educação. Por outro lado, foi vinculado às propostas de Foucault, que entende o conceito de sujeito como uma construção histórica, nascido somente na modernidade. O sujeito, portanto, não é sempre o mesmo. Antes, varia de época para época, segundo o contexto social. Dessa forma, quando falamos de sujeito da educação, não nos limitamos a falar apenas dos alunos, mas também de todos os que estão envolvidos nesse processo, sobretudo os professores. Ambos são sujeitos sociais em contato e em construção, não isentos das injunções históricas, econômicas e políticas do meio. Cf. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Op. Cit.

⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: A formação do estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987.

⁸ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

era absolutamente necessário separar nitidamente os grupos, determinar o que seria normal e anormal e, sobretudo, demonstrar como determinadas pessoas eram carregadas de todos os vícios provocadores de perigos.

Em solo moçambicano, as tensões também foram presentes. Houve uma iniciativa de oficialização portuguesa e codificação dos comportamentos dos considerados infames a partir das normas estabelecidas pelo Código Cafreal⁹ do Distrito de Inhambane no ano de 1852. A partir da implantação dessas normas, não só em Inhambane, como também em todo o território moçambicano, os pressupostos elaborados pelas diretrizes jurídico-judiciais da Colônia passaram por mudanças significativas.¹⁰ A dificuldade de impor o domínio colonial a partir da legislação portuguesa fez com que o governo criasse uma legislação específica para os africanos.¹¹ Nesse sentido, a administração ineficaz da Justiça, sem um “conhecimento” das dinâmicas sociopolíticas locais, era percebida. Concomitantemente, a lei e cultura esbarravam nas discussões acerca da criação de tribunais coloniais que respondessem aos hábitos e costumes dos infames. Segundo Tomaz,¹² inicialmente, se tentou adaptar as formas locais de gerenciamento de conflitos, especificamente no que se referia ao Direito Civil ocidental. Enquanto as querelas associadas ao Direito Penal estiveram pautadas no tribunal português, esses deveriam cumprir sua pena em trabalho. Obviamente, essa preocupação não estava relacionada com os usos e costumes, mas tinha correspondência direta com os interesses colonialistas. Esse mesmo código foi criticado, em 1884, pelo governador-geral de Moçambique, alegando que era extravagante, anárquico e imoral, com disposições que depreciavam os esforços de Portugal em relação às tentativas de “civilizar” os povos da África.

⁹ O Código Cafreal do Distrito de Inhambane foi implantado em 1852, tendo significado uma mudança para a comunidade local e para todo o território moçambicano, no que dizia respeito ao aperfeiçoamento do quadro jurídico-judiciário daquele momento. Apesar desses esforços, a equiparação do modo de vida das populações locais à realidade europeia frustrou a promulgação deste código, pois, considerava-se que não era adequado à realidade da vida dos indígenas de Moçambique.

¹⁰ É disso exemplo a constatação da necessidade de aprovação de um pacote legislativo específico que visava civilizar os povos africanos de Moçambique.

¹¹ Sancionado pela Portaria Provincial n.º 269, de 11 de Maio de 1889.

¹² THOMAZ, Fernanda do Nascimento. Que justiça deve-se aplicar? Dois tribunais coloniais privativos para os “africanos” em Moçambique. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 10, n. 19, p. 81-98, jan./jun. 2011.

Disciplina e ordem

Durante boa parte do Oitocentos, a cidade de Lourenço Marques foi organizada e disciplinada a partir das leis Lusitanas.

Em Portugal, ao longo da segunda metade do século XIX, a questão do crime ocupou um espaço de crescente importância, tanto para a sociedade como para os estudiosos sociais de então [...]. De uma forma geral, a criminalidade deixou de ser vista como um problema a respeito essencialmente de um ofensor e a sua vítima, e passou a ser entendida como um problema social marcante; algo que passou a afetar a sociedade [...].¹³

Demonstrando uma partilha de ideias afirmadas pelo Iluminismo,¹⁴ que defendiam que em caso algum o indivíduo devia perder a sua natureza de homem e de cidadão, por acreditar na possibilidade de recuperação, de “regeneração” do indivíduo delinquente. Seriam as penas, devidamente pensadas e aplicadas, que possuiriam a capacidade “terapêutica” de inverter o percurso que é dado como característico do indivíduo delinquente, assumindo a prisão a função de regenerar delinquentes. No entanto, as penalidades foram construídas de forma diferenciada para os “indígenas” ao longo do colonialismo em Moçambique, sempre baseadas em trabalhos públicos ou correcionais. A pena de trabalho na Metrópole foi criticada na segunda metade do século XIX por ser considerada ineficaz, ao não causar intimidação nem moralização do “delinquente”, causando-lhe o vexame.

Reconhecendo-se essa realidade, em Lourenço Marques, o Código Penal de 1852 foi “dominado [...] pela ideia de prevenção geral, combinada com uma rigorosa concepção do estado de direito em sentido formal”.¹⁵ As ideias das escolas

¹³ VAZ, João Maria. Ideais penais e prisões no Portugal oitocentista. **IV Congresso Português de Sociologia**, Coimbra, abr. 2000. p. 1.

¹⁴ Por Iluminismo, se entende um movimento intelectual, social e político do século XVIII, que se difundiu por países diversos do Ocidente, especialmente França, Alemanha, Inglaterra, Itália e Espanha. Embora não tenha sido o único movimento desse século na Europa, o Iluminismo foi o mais importante. Sobretudo, atingiu as camadas mais cultas e a burguesia em ascensão, tendo como marca distintiva a defesa do conhecimento científico e da técnica. Em geral, o seu projeto foi o de acabar com o medo dos homens e torná-los senhores, para tanto, julgavam ser indispensável libertar o mundo da magia, dissolver os mitos e derrubar a imaginação com a ciência. Foi um projeto libertador. Sobretudo, os iluministas se apresentavam como pensadores otimistas; filosofia da burguesia em ascensão, que ansiava pelo progresso. Para que o progresso espiritual, material e político se tornasse possível, seria preciso fazer uso crítico e construtivo da razão. Cf.: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. 2ª ed. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

¹⁵ BRITO, José de Sousa. **Direito Criminal**. Sumários: Lisboa, 1963. p. 47.

penais “correcionalista” ou clássica do direito penal, partidas dos ideais das Luzes, vão influenciar o pensamento em todo o Portugal relativo ao crime e à sua penalização. As contribuições dos filósofos iluministas e dos pensadores utilitaristas e humanistas modelaram as reflexões que o crime e a justiça penal suscitaram. A concepção relativista do conceito de crime e a criminalização de acções se encontra subordinada às necessidades e conveniências sociais de cada momento. Assim, a ação da sociedade deve recair essencialmente na prevenção dos crimes e que apenas a sua negligência ou impotência na prevenção a obriga a ter de colocar em prática providências punitivas. Classificando o crime como uma “enfermidade”, considera que as penas deverão ser pensadas e aplicadas como um “remédio” e o lugar do seu cumprimento não é mais do que um hospital.¹⁶

Em 1867, foram publicados os Códigos Civil e Administrativo e abolida a pena de morte. Na sequência, entre os anos de 1869 e 1870 surgem dois projetos sobre penas: o primeiro, publicado em 1869, é da autoria de Rebelo da Silva e trata das colónias no ultramar; o segundo, o de 1870, refere-se à aplicação de penas e é elaborado por José Luciano de Castro.¹⁷

Em 1894, António Enes¹⁸ apresentou uma proposta de Reforma Judiciária para Moçambique, cujo objetivo principal era estabelecer penas de trabalhos públicos e correcionais somente aos “indígenas”. Justificava que somente a prisão não causava intimidação, visto que a “passividade” e a “inércia” dos “indígenas” faziam com que se acostumassem, rapidamente, com a privação de liberdade. Ironicamente, António Enes afirmava que passar “a vida deitado a contar historias de feitiços e quizumbas, entremeadas com cantarolas de *sina mama*, não moe tanto o corpo nem caleja a pele como a canna da mochilla ou o punho do remo”.¹⁹ Clamava por um sistema penal voltado ao trabalho público e correcional, como

¹⁶ FERRÃO, Francisco António Fernandes da Silva. *Theoria do Direito Penal Aplicada ao Código Penal Português comparada com o Código do Brasil, Leis Práticas, Código e Leis Criminais dos Povos Antigos e Modernos*. Lisboa, 1856. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs.../DPR462dbba49c41b_1.PDF>. Acesso em: 06 jun. 2015.

¹⁷ Idem.

¹⁸ António José de Orta Enes (15.08.1848 – 06.08.1901), formou-se em Letras, em Lisboa. Foi jornalista, escritor e político. Foi Comissário Régio em Moçambique, durante a rebelião dos “Tsonga” da região sul do território moçambicano (onde se localiza Lourenço Marques, atual Maputo).

¹⁹ ENES, António José. **Moçambique**. 4.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947. p. 73.

forma de inserir os “indígenas” na relação de trabalho colonial. Segundo Enes, o período em que o infrator estivesse em trabalho prisional deveria ser um momento de correção.²⁰

Apesar de Enes só mostrar a função social desse tipo de pena, havia uma serventia política e econômica importante para o domínio colonial – a utilização de mão de obra africana. Essas ideias foram apoiadas por alguns seguidores das suas ideias. A título de exemplo, Manuel Moreira Feio justificou, por sua vez, que a aplicação deste regime penal era bastante grave, porque se constituía em um prêmio para “indígenas”. Havia a convicção de que o ideal do “indígena” era viver sem trabalhar, e a prisão lhe permitia continuar na ociosidade. Desse modo, e após a abolição da pena de morte em Portugal, Feio enfatizava que o indivíduo poderia ter cometido os crimes mais bárbaros possíveis, mas recebia casa, cama e comida no interior do presídio.²¹

No Brasil imperial, a instrução dos desocupados era operada como forma de conversão dos comportamentos; de preparar os homens para a sociedade, tornando-os melhores do que eram antes; remediando os seus vícios da sua má educação e tornando-os produtivos. Essa educação deveria oferecer noções da instrução e inculcar ideias de moral religiosa.²²

A prevenção seria o melhor meio de combater a periculosidade iminente. Para o ministro e secretário dos negócios da Justiça, José Martiniano de Alencar, diante das mudanças do seu corpo social, o país deveria apresentar reformas no seu contexto jurídico. Tais reformas deveriam ser aproximadas das existentes em nações ditas civilizadas, pois as leis utilizadas não preveniam os crimes cometidos por vadios e desocupados. Dessa forma, se discutiu a necessidade da revisão do sistema judicial do país, como observado pelo ministro da Justiça, Joaquim Octavio Nebias. No seu relatório do ano de 1868, o ministro salientou que a administração da Justiça brasileira era a função mais elevada da autoridade pública e que, desse modo, deveria merecer a maior solícitude da parte de todos os governos. Por mais

²⁰ Ibidem. p. 481-486.

²¹ FEIO, Manuel Moreira. **Indígena de Moçambique**. Lisboa: Typographia do Comércio, 1900. p. 32.

²² Coleção Tavares Bastos. Da Organização Judiciária. Sobre a Jurisdição Criminal. Reforma Judiciária de 1871. Biblioteca Nacional. Setor de Manuscrito. Códice 13, 01, 002-010. Título II. Art. 11. Secção 1^a. Cap. I.

sábria que fosse, a organização judicial não serviria para nada se não fosse aplicada por uma magistratura inteligente, independente e que suportasse pressões e opiniões externas.²³

A respeito da função da escola, o médico e diretor da Casa de Correção da Corte, Dr^o Luiz Vianna de Almeida Vale, entendia que a questão da educação da população não se limitava ao ensino da leitura, caligrafia e aritmética, pois, assim, a função educadora do professor seria facilitada. Enquanto dispositivo educacional, a função principal da instrução, enquanto dispositivo educacional, na sociedade oitocentista seria a de formar corações e mentes; preparar homens para a sociedade, aperfeiçoá-los física, moral e intelectualmente. Objetivo que seria conseguido a partir da implantação de disciplina e regulamento fundamentados na ordem. O sucesso da normatização social seria conseguido pela condução, educação e instrução de meninos e moços reunidos em grande número em um mesmo lugar; quase sempre, esses são seres indóceis, preguiçosos e indolentes. Dessa forma, para o autor, havia necessidade de regulamentos justos, severos e mantidos por uma disciplina ativa, zelosa e inflexível. Discurso médico, portanto, alinhado com os desejos dos governantes imperiais, que eram os de tornar um povo dócil e submisso. Ainda segundo Almeida Valle, a educação imposta pelas escolas de primeiras letras primeiras letras deveria servir para conhecer a origem do crime, combatê-lo e destruí-lo antes mesmo das manifestações dos primeiros sintomas. A instrução ajudaria a prevenir o crime. Por seu turno, o professor deveria conhecer todas as circunstâncias dos males sociais e físicos dos seus alunos. Assim, a sua instrução e vigilância limitariam consideravelmente o número desses desgraçados que a sociedade vê-se obrigada a conviver.²⁴

Ao analisar alguns discursos políticos no Brasil Império, Mattos²⁵ nos ajuda a pensar como a arte de produzir, controlar e disseminar enunciados pedagógicos esteve vinculada à necessidade de governar melhor a população, pois não bastava que a nação tivesse homens capazes de reconhecer as diversas precisões; era

²³ Brasil. (1868). Relatório do Ministério da Justiça. 1831. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/u1862/000008.html>>. Acesso em: 2 out. 2015.

²⁴ Brasil. (1873). Relatório do Ministério da Justiça. 1831. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/u1862/000008.html>>. Acesso em: 2 out. 2015.

²⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit.

prioridade que a nova nação estivesse em estado de se “convencer dessas precisões e de cooperar para a realização desses planos. A nossa primeira necessidade é a instrução; não a instrução concentrada em poucos, senão derramada por todas as classes.”²⁶ Ainda segundo o autor, em discursos parlamentares, os princípios de uma boa educação deveriam ser disseminados entre o povo a fim de combater a anormalidade. Qualquer forma de governo era positiva. Este deveria objetivar a educação a fim de que todos pudessem conhecer a verdade, aceitá-la e atuar de acordo com ela. Para além disso, a prevenção do crime era muito mais interessante do que a punição.

Ao focarmos a situação das mulheres ditas infames, a formação de um sujeito feminino requeria também educação e instrução ofertadas a “uma minoria bem-nascida e socialmente privilegiada”.²⁷ Um número reduzido de mulheres foi escolarizado formalmente. De acordo com o censo de 1872, o país tinha uma população total de 10.112.061. Deste número, 1.012.097 homens livres, 550.981 mulheres livres, 958 escravos e 455 escravas sabiam ler e escrever. Um total de 551.436 mulheres escolarizadas em um universo de mais de dez milhões de pessoas. A julgar que o número total de mulheres foi computado em 3.549.992, temos menos de 20% de mulheres alfabetizadas. Entre as meninas, o problema do analfabetismo também era sério. De um total de 960.672 meninas, 163.098 frequentavam alguma escola e 795.574 não frequentavam escola alguma.²⁸

Nos seus estudos a respeito da educação do gênero feminino, no Brasil da virada do século XIX para o XX, utilizando-se de depoimentos de viajantes de

²⁶ Ibidem. p. 256.

²⁷ HAHNER, June. **A emancipação do sexo feminino**: A luta da mulher, 1850-1940. S.l.: Mulheres, 2003. p. 55. Para Louro (LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. S. l: Vozes, 1997.), seria ingênuo compreender a educação de meninos e meninas como processos únicos naquela sociedade patriarcal. As divisões de classe, etnia, religiosa e raça tinham papéis importantes na determinação das formas de educação utilizadas para transformar crianças em mulheres ou homens. Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação ao acesso a qualquer forma de escolarização, por exemplo. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. Algo semelhante se dava com os descendentes indígenas, cuja educação estava imbricada com as práticas de seus próprios grupos de origem; embora fossem alvo de alguma ação religiosa, sua presença era vetada nas escolas públicas. As etnias diversas dos trabalhadores livres implicavam também em diferenciação nas práticas educativas. Imigrantes de origem alemã, italiana, espanhola, japonesa, etc, tinham propostas educativas diferentes e invariavelmente construíram escolas para meninos e meninas muitas vezes com auxílio direto de suas regiões de origem.

²⁸ HAHNER, June. Op. Cit.

nacionalidades diferenciadas, Hahnner²⁹ nos ajuda a entender esses números supracitados. Segundo a autora, alguns desses olhares deixaram para a memória a noção de que, no Brasil, a escolarização das mulheres não deveria ir além de livros ou orações, pois seria inútil às mulheres; estas não deveriam ler nem escrever, pois como poderiam fazer mau uso desta arte. Alguns outros perceberam que a alfabetização feminina era um crime porque se as mulheres aprendessem a ler, seriam capazes de receberem cartas de amor. Além disso, o ideal de mãe, esposa dedicada ao lar e marido era tônica entre essas observações, pois as meninas que soubessem muito eram atrapalhadas; para ser mãe de família não precisava saber muito.

A partir das décadas finais do século XIX, no entanto, apontou para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-o a modernização da sociedade, à higienização da família burguesa, construção da cidadania dos jovens. A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe associada por causa da escravidão e em vincula-la a ordem e progresso levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. Estas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, manutenção do lar e afastando os distúrbios e perturbações do mundo exterior. A dicotomia Eva e Maria. A escolha desses dos modelos representava, no entanto, uma não escolha, pois, se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Este ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, aceitação de sacrifícios, ação educadora dos filhos e filhas. Portanto, uma faixa de mulheres alfabetizadas, casadas, brancas, ricas, escritoras, médicas, enfermeiras passaram a coexistir com uma massa de mulheres pobres.³⁰

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.; LOURO, Guaraci Lopes. Op. Cit.

Um pão para o espírito: a escolarização dos infames

Baseada em um padrão racional, iluminista, vinculada à escolarização de massa, a educação moderna tem estado em formas variadas: tradicional, religiosa, liberal, nacionalista, progressista, fascista, construtivista, pedagogia crítica, entre outras. Nesse contexto, a diversidade educacional tem se fundamentado em reproduções ou transformações sociais; *status* científico ou ideológico do conhecimento; eficácia de métodos de instrução, bem como encorajamento de reflexões e participação crítica dos envolvimento nos processos educacionais. Nesse caminho, o conhecimento teria como função primordial descobrir a verdade inerente à realidade; o sujeito concebido como unitário e coerente e o poder tratado como negativo, centralizado e homogêneo.³¹

Em outro sentido, o conhecimento pode ser entendido como discurso; o poder como algo positivo, realizado a partir das relações de poder e, por fim, o sujeito se constitui a si próprio em relação a outros.³² Pensando dessa forma, na Lourenço Marques oitocentista, os discursos portugueses de poder e saber disseminavam a ideia de uma educação voltada para a recodificação dos “bárbaros” em sujeitos úteis e produtivos. Para tanto, a escolarização dessa população, dessas “raças inferiores”,³³ deveria ser pela força, pois era absurdo pensar em “civilizar negros com a bíblia, educação e panos de algodão”.³⁴ As escolas não seriam uma ficção porque o que deveria ser feito para educar e civilizar esses indígenas seria inculcar-lhes “as habilidades para uma profissão manual e aproveitar o seu trabalho na exploração provincial”.³⁵ A construção de escolas não seria uma prioridade; antes, era uma mera “exigência formal que necessidade real”³⁶ Por exemplo, apesar do decreto referendado por ele em 1891, que obrigava as Companhias a criar escolas “em localidades com mais de 500

³¹ ACON, Roger; PARKER, Ben. Educação como sujeição e como recusa. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **O sujeito da educação**. Estudos foucaultianos. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

³² FOUCAULT, Michel. **La vida de los...** Op. Cit.

³³ OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. **O Brasil e as colônias portuguesas**. 5ª ed. Lisboa: Livraria Editora de Lisboa, 1920. p. 283.

³⁴ Ibidem. p. 284.

³⁵ ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de. **Providências publicadas pelo Comissário Régio na Província de Moçambique**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

³⁶ ENES, António José. **Código do Trabalho Indígena (de 1899)**. In: Almeida, 1979. p. 297.

habitantes”,³⁷ na prática essas Companhias não cumpriram tal obrigação, como se comprova pela crítica da Câmara dos Deputados à Companhia de Moçambique em 1877, feita por Freire de Andrade: “[...]o objectivo cultural da educação dos nativos deve ser fazer deles trabalhadores, não encorajá-los a dar vida à fábula do boi e a rã, até porque a rã, inchando e rebentando, nos faria mal”.³⁸

Com efeito, a proibição do trabalho escravo ocorreu em 1856, tornando-se abolida, de fato, a escravidão em 1869. E com a proibição ao comércio de escravos o que mais daria lucro naquela região? E que tipo de indivíduo era preciso educar?³⁹ Um decreto de 1894 mostra o interesse do governo colonial em instituir leis diferenciadas para determinados grupos colonizados:

A penalidade específica para os “indígenas” era uma forma de explorar a mão de obra africana, inserindo-a forçosamente na lógica colonial. Era o resultado da ineficácia das leis de mercado europeu nas colônias. O capitalismo no final do século XIX exigia a criação de uma força de trabalho estável que estivesse integrada no meio da produção colonial, o que não foi possível nas áreas colonizadas, porque as populações estavam volta das para as suas próprias lógicas de trabalho.⁴⁰

Este foi um importante momento do colonialismo. Historicamente designado “ocupação efetiva de Moçambique”,⁴¹ que começou a partir de 1890, após a Conferência de Berlim, com a legislação sobre o controlo da força de trabalho africana, atuando para educá-la “[...] para atividades que não exigiam qualquer qualificação, com salários mais baixos e mantendo-os fora dos empregos e postos de trabalho mais atrativos e desejados pelos brancos”.⁴² Esta explicação

³⁷ MAZULA, Brazão. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Lisboa: Afrontamento & Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, 1995. p. 74.

³⁸ ANDRADE, Alfredo Augusto Freire de. **Relatórios sobre Moçambique**. (vol II). 2ª ed. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1950. p. 388.

³⁹ O Decreto de 1845 estabelece base de ensino na colônia e cria um importante precedente de um ensino segregacional ao estabelecer diferenças entre o ensino na Metrópole e nas Colônias. O Decreto não fez nenhuma distinção legal entre africanos e europeus. Cf.: SAÚTE, Alda Romão. Escola de Habilitação de Professores Indígenas “José Cabral”, Manhiça – Alvor: subsídios para o estudo da formação da elite instruída em Moçambique (1926 – 1974). Maputo, 1995. 91f. **Monografia (Licenciatura em História)** - Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1995. p. 16-17.

⁴⁰ THOMAZ, Fernanda do Nascimento. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 313-330, jul./dez. 2012. p. 317.

⁴¹ ROCHA, Aurélio. **Associativismo e nativismo em Moçambique**: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-40). Maputo: Promédia, 2002. p. 128.

⁴² Idem.

mostra o interesse na exploração da força de trabalho como um dos objetivos do regime, naquele momento em que a educação da população africana tinha sido conferida à igreja católica. Mesmo assim, a Conferência de Berlim tinha determinado que nas colônias houvesse liberdade para atividades missionárias de diferentes religiões. No caso de Moçambique, isso supunha que as missões protestantes exercessem suas atividades religiosas e, inclusive, a tivessem escolas; o que não favorecia os interesses colonialistas, pois “as igrejas evangélicas mantiveram, desde o começo, posturas críticas em relação à forma portuguesa de colonizar”.⁴³

Desde o século XVI até 1845 o interesse do governo português pela educação formal da colônia tinha sido até então limitado, esporádico e quase inteiramente deixado a cargo das missões.⁴⁴ Mas, mesmo antes desse momento, algumas iniciativas já eram levadas a cabo, ainda que de forma pouco organizada como mostram Castiano & Ngoenha:⁴⁵

No período anterior a 1845, a educação dos filhos dos portugueses é garantida por padres, alguns professores particulares, escolas regimentais, etc., já que só em Agosto daquele ano é que foi estabelecido o regime das escolas públicas em Moçambique. [...] A partir de 1845, o ensino formal passa a ser dividido em dois níveis: o primeiro grau ministrado nas “escolas elementares”, de que constam, no eu programa, disciplinas como Leitura, Caligrafia, Aritmética, Doutrina Cristã e História de Portugal; Segundo grau é destinado às “escolas principais”. Estas são circunscritas à capital da Província Ultramarina de Moçambique (na altura Lourenço Marques) em cujo programa constam disciplinas de Português, Desenho, Geometria, Escrituração, Economia e Física Aplicada. [...] Este processo culmina com o surgimento, em 1911, em Lourenço Marques, da primeira escolar secundária, a Escola Comercial e Industrial “5 de Outubro”.⁴⁶

Depois de 1854, porém, foram criadas por decreto, as primeiras escolas primárias em vários lugares de Moçambique, incluindo em Lourenço Marques. Mas esse instrumento legislativo não foi para além do papel. Dificuldades locais, negligência e uma organização imperfeita anularam as tentativas do governo

⁴³ GÓMEZ, Miguel Buendia. **Educação Moçambicana**. História de um processo: 1962-1984. Maputo: Livraria Universitária [Universidade Eduardo Mondlane], 1999. p. 39.

⁴⁴ SAÚTE, Alda Romão. Op. Cit., p. 17.

⁴⁵ CASTIANO, José. P.; NGOENHA, Severino. E. **A longa marcha duma “Educação para Todos” em Moçambique**. 3.^a ed. Maputo: PubliFix, 2013.

⁴⁶ Ibidem. p. 23-24.

estabelecer um sistema educacional colonial, que era fortemente marcado pela escolarização dos rapazes:

A legislação de 1855 estipulava que a escola acolhesse a população escolar de Lourenço Marques (hoje Maputo, a cidade capital), mesmo assim nenhuma delas abria as portas até 1860 quando 16 alunos estavam matriculados. Nos vinte anos que se seguiram a população estudantil nunca chegou aos 21; enquanto eram provenientes de uma variedade de grupos raciais e étnicos, esses alunos eram todos rapazes.⁴⁷

O Decreto de 14.08.1845, para além de ter proporcionado à Colônia uma organização educacional particular, diferente da que era oferecida na Metrópole, visando não só a nacionalização dos “indígenas”. É oportuno que se ressaltem, para uma compreensão satisfatória da “colonização moderna” em Moçambique, as articulações raramente harmoniosas entre o ordenamento jurídico português, “os arranjos entre as potências coloniais estabelecidos por tratados internacionais, a formação e o fomento (ou a supressão) de instituições religiosas orientadas para o ensino religioso e laico.”⁴⁸

Como explica Fernanda Tomaz, reconhecia-se que nem sempre uma dada lei aprovada pela metrópole respondia ao contexto local da colônia.⁴⁹ No caso dos tribunais, sua fundação “era reflexo da ineficiência em administrar uma justiça colonial sem adaptá-la às estruturas sociopolíticas dos povos colonizados”.⁵⁰

As inúmeras resistências proporcionadas pelos “indígenas” fizeram com que essas práticas educativas tomassem outros rumos. Por exemplo, Fernanda do Nascimento Thomaz mostra como a cor da pele definia os espaços de cada indivíduo e proporcionava as melhores oportunidades de vida aos brancos, enquanto os negros eram obrigados a trabalhar para sustentar o Estado colonial, como mão de obra quase gratuita:

⁴⁷ SHELDON, Kathleen. “I Studied with Nuns, learning to make Blouses”: Gender Ideology and Colonial Education in Mozambique. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 31, n. 3, p. 595-625, 1998. p. 596.

⁴⁸ DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; CUNHA, Daniel de Oliveira. Missões religiosas e educação nas colônias de povoamento da África Portuguesa: algumas anotações. **International Studies on Law and Education**, Porto, v. 20, p. 57-64, mai./ago.2015. p. 57.

⁴⁹ Biblioteca Nacional de Moçambique. Processos crime, polícia correcional e querellas [10.01.1864]. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/UF00095049/00011/69j>>. Acesso em 18 jun. 2015.

⁵⁰ THOMAZ, Fernanda do Nascimento. Que justiça deve-se... Op. Cit., p. 81.

E somente essa vivência diferenciada dos “indígenas” permite entender que, ao mesmo tempo em que almejavam a sociedade burguesa, faziam críticas aos problemas inerentes a sua construção em um cenário colonial. Cientes do seu lugar na sociedade burguesa colonial em Lourenço Marques, os “indígenas” se posicionavam como um grupo de pressão. [...] em um período de quase 30 anos, esses indivíduos fizeram denúncias veementes às práticas e à postura dos administradores coloniais [...]. Tal fato nos permite afirmar que mesmo sentindo o peso do domínio colonial, os “indígenas” conseguiram estabelecer formas de negociação, dentro de uma relação conflituosa, com determinados representantes do Estado colonial português.⁵¹

A consequência lógica deste quadro foi que o balanço do grau de instrução, em 1894, foi considerado “negativo”. Em 1895. O bispo D. António Barroso entendia que era “muito fácil afirmar que os negros são rebeldes à instrução e ao trabalho; isso será axiomático, mas é falso. O que é mais difícil é criar escolas para eles, que justifiquem o seu nome”.⁵²

Na mesma linha, Sheldon mostra que as oportunidades de escolarização dos “indígenas” eram raras:

As irmãs que abriram a escola em Lourenço Marques eram descritas como sendo provenientes ‘de uma missão que era muito simpática com a colônia’, introduzindo a questão do papel do estado e das missões religiosas na educação de crianças africanas. Este relatório também indicava a presença na cidade de duas missões protestantes, a Wesleyana britânica e a Missão Suíça, que estabeleceram uma série de capelas, escolas, e assentamentos no distrito à volta da cidade. Os missionários suíços já tinham aberto 3 escolas no sul de Moçambique em 1891. Lourenço Marques tinha também uma população muçulmana que apoiava uma escola muçulmana. As várias escolas religiosas tornaram-se competitivas e conflituosas anos mais tarde, sendo que o papel das missões não-Católicas foi elemento importante no debate sobre os objetivos educacionais coloniais para Africanos. A importância da tal educação Portuguesa e Católica era a fundação da escolarização colonial.⁵³

Esta observação é reforçada por Dermatini & Cunha,⁵⁴ que chamam a atenção para a necessidade de um olhar cuidadoso sobre as ligações dualistas

⁵¹ THOMAZ, Fernanda do Nascimento. Os “Filhos da Terra”: discursos e resistências nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930). Niterói, 2008. **Dissertação (Mestrado em História)** – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 188-189.

⁵² MAZULA, Brazão. Op. Cit., p. 73-74.

⁵³ SHELDON, Kathleen. Op. Cit., p. 597-598.

⁵⁴ DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; CUNHA, Daniel de Oliveira. Op. Cit.

“regime colonial português e igreja católica” e “emancipação dos africanos/protestantismo”.⁵⁵ Uma leitura das relações entre missões cristãs, educação colonial e o surgimento de nacionalistas desafia o preconceito recorrente segundo o qual o catolicismo esteve associado ao regime colonial português, ao passo que o protestantismo serviu exclusivamente ao anticolonialismo. Deve-se, também, buscar as “ambiguidades” e “ambivalências” inerentes a estas duas tradições do cristianismo nas suas relações com a formação e a emancipação dos africanos.⁵⁶

No referido período, a maioria dos africanos habitantes da colónia de Moçambique não tinha acesso à educação primária e estava impedida de se matricular em escolas reservadas para brancos e assimilados. A primeira regulamentação do ensino nas colónias portuguesas tinha sido estabelecido a 02.04.1845, através dos Decretos Joaquim José Falcão (1845) e de Rebelo da Silva (1869), antigos Ministros de Estado da Marinha e do Ultramar (MEMU), que criariam bases do “ensino rudimentar” na colónia, numa altura em que se ensaiavam novos métodos de colonização em que a presença europeia na África portuguesa, começava a ser uma realidade. Com efeito, o Decreto de 14 de agosto de 1845 estabeleceu as escolas públicas nas colônias, diferenciava-as das do ensino na metrópole e criava as escolas públicas nas colónias. No ano seguinte foi publicada a primeira providência legal para se organizar a instrução primária em Lourenço Marques.

De acordo com Perrot,⁵⁷ os pressupostos de uma sociedade disciplinadora do seu corpo social seria recensar e classificar os sujeitos. O princípio dessa classificação seria uma espécie de equilíbrio entre o consumo e a produção de cada pobre. Trata-se, portanto, de estabelecer um valor pecuniário, positivo ou negativo, do indivíduo. Dessa forma, cada sujeito seria classificado em função de seu valor útil, quer dizer, de seu valor-trabalho; assim, seriam separados, inicialmente, em produtivos e improdutivos. Como salienta Fernanda Tomaz, nem sempre uma

⁵⁵ MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Terceiro Mundo, 1975. p. 81-87.

⁵⁶ DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; CUNHA, Daniel de Oliveira. Op. Cit., p. 64.

⁵⁷ PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

dada lei aprovada pela metrópole respondia ao contexto local da colônia.⁵⁸ No caso dos tribunais, sua fundação “era reflexo da ineficiência em administrar uma justiça colonial sem adaptá-la às estruturas sociopolíticas dos povos colonizados”.⁵⁹

Como parte do processo de estruturação do ensino, o ministro de Estado da Marinha e do Ultramar, no ano de 1869, Luís Rebelo da Silva decretou um novo sistema educacional que estabeleceu 2 graus para o ensino primário,⁶⁰ e estava, principalmente, nas mãos das missões católicas. Em 1873, haviam 400 alunos matriculados em todas as escolas, na altura existente em Moçambique. Para, nessa altura, se verificar a eficácia dos planos do sistema de educação colonial, pode auxiliar a seguinte estatística referente a Lourenço Marques de 1894, que já era o complexo populacional e económico mais importante da colónia:

Raça	Analfabetos	Alfabetizados	Com Cursos
Branca	23,79%	71,56%	4,71%
Negra	86,11%	13,89%	0,00%
Indiana	8,41%	90,26%	1,33%
Total	25,5%	65,72%	3,21%

Quadro 1 - Balanço do grau de instrução em Lourenço Marques, em 1894.

Fonte: GÓMEZ, Miguel Buendia. Op. Cit., p. 40.

Apesar da adaptação das leis às especificidades locais, as discussões sobre a organização da justiça, no período colonial, raramente estavam relacionadas aos costumes dos povos colonizados. Na última década do século XIX, discutia-se, com frequência, sobre as políticas diferenciadas para os povos das colônias, cujo principal defensor era o comissário-régio de Moçambique, António Enes, entre 1891 e 1895, que negava a perspectiva de “universalidade” legislativa e defendia a necessidade de leis diferentes para povos distintos, devendo, primeiro, igualarem-se os homens para, depois, igualarem-se às leis.⁶¹ Os “indígenas” eram vistos como

⁵⁸ Biblioteca Nacional de Moçambique. Processos crime, polícia correcional e querellas [10.01.1864]. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/UF00095049/00011/69j>>. Acesso em 18 jun. 2015.

⁵⁹ TOMAZ, Fernanda do Nascimento. Que justiça deve-se... Op. Cit., p. 81.

⁶⁰ SAÚTE, Alda Romão. Op. Cit., p. 16-17.

⁶¹ ENES, António José. **Moçambique**. Op. Cit., p. 75.

seres bárbaros e primitivos, que necessitavam ter uma legislação específica de acordo com seu “estágio de evolução.”⁶²

O regime colonial português acreditava que era impossível colonizar as populações “indígenas” de Lourenço Marques com a mesma lei em vigor na Metrópole. Mas a experiência mostrou que havia especificidades locais que exigiam uma recontextualização da educação (no sentido amplo) que era dada na metrópole. Essa educação, para além dos saberes escolares, comportava a assimilação de formas de comportamento que tirariam o “indígena” da vida selvagem e transformá-lo em força de trabalho qualificada. A produção da normalidade em Lourenço Marques, na segunda metade do século XIX, foi um processo que enfrentou duas situações distintas: (i) a dificuldade de enquadramento de certas infrações ao código criminal da Metrópole; (ii) a segregação do processo de educação:

[...] no período estudado, tal como na Inglaterra vitoriana, onde a presença de uma multidão de trabalhadores miseráveis, de cortiços, da pobreza, violência e alcoolismo endêmicos era percebida em termos neo-darwinistas, como uma doença social contagiosa que ameaçava o ideal de ordem e progresso social e que, portanto, tinha que ser enfrentada, para se criar “uma sociedade urbana ordenada, disciplinada, regulada, oficialmente autorizada e vigiada”, também em Lourenço Marques, a população “não-branca” da cidade era vista como um obstáculo à plena concretização de um projeto modernizador, pois não compartia dos mesmos padrões culturais europeus : parte dela habitava em “palhotas”, preparava e comia, com as mãos, alimentos “estranhos”, tinha outros padrões familiares e referentes morais, exercia ofícios e práticas profissionais sem atender às normas jurídicas estabelecidas, vestia-se de forma que parecia exótica aos olhos europeus, dedicava-se a práticas religiosas e atividades lúdicas consideradas suspeitas, enfim, tinha um comportamento considerado inaceitável, pois incompatível com a moral e os bons costumes que a cultura europeia exigia. A presença de africanos e asiáticos na cidade era fruto da necessidade, era tolerada mas não desejada e, quanto possível, deveria ser mantida à distância, oculta, disciplinada ou ao menos excluída dos direitos de cidadania.⁶³

Na segunda metade do século XIX Lourenço Marques era caracterizada por práticas segregadoras. O ordenamento jurídico vigente naquele momento separava

⁶² Ibidem. p. 76.

⁶³ ZAMPARONI, Valdemir. Monhés, Baneanes, Chinás e Afro-maometanos Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940. **Lusotopie**, p.191-222, 2000. p. 191-192.

a população africana das populações brancas “civilizadas”. Desta feita, a cidade branca, temia algo cuja construção era de sua responsabilidade: um exército de trabalhadores, baratos e disponíveis. O comportamento da população branca era contraditório: ao mesmo tempo em que queria uma mão de obra barata, tinha medo de conviver com esta população caracterizada por valores culturais diferentes dos que eram cultivados pela metrópole. Desde o século XVI às últimas décadas do XIX, o colonizador vinha construindo a inferioridade dos africanos recorrendo inclusive a argumentos antropológicos e religiosos. Desta feita, a “inferioridade” das populações africanas era uma questão “natural”, mas também divina. Se por um lado, os africanos eram intelectualmente “inferiores” e até certo ponto “incapazes”, por outro, “Deus havia colocado o colonizador para libertar os indígenas das trevas”, indígenas esses que haviam sido “descobertos” e cuja inferioridade foi construída a legitimada.

Na corte imperial, o processo pedagógico se constituía em dar “[...] continuidade ascendente, no sentido de que aquele que quer governar o Estado deve primeiro saber governar a família, seus bens, seu patrimônio”.⁶⁴ A regência da casa e do Estado significava administrar bem “[...] as propriedades, a começar pela escravatura, e à Monarquia constitucional, dando leis e fazendo-as executar”.⁶⁵ Nesse contexto, educar essa população significava identificar, classificar e ordenar a sociedade. Os mundos deveriam ser bem definidos e hierarquizados: boa sociedade para governar e uma massa de escravos para trabalhar. Entre esses dois mundos, entretanto, havia o da desordem, que era o lugar destinado às pessoas livres pobres. Portanto, os mundos do governo, trabalho e desordem se “resvalavam nos espaços geopolíticos, mas não eram confundidos”.⁶⁶

O projeto de educação das Luzes esteve presente nos discursos políticos. Para alguns, a instrução devia ser “[...] derramada não em poucos, senão derramada por todas as classes [...] um dos ramos mais difíceis da administração; entretanto, a instrução pública forma o povo.”⁶⁷ Nesse contexto,

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir...** Op. Cit., p. 278.

⁶⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit., p. 158.

⁶⁶ *Ibidem*. p. 161.

⁶⁷ Brasil. (1845). Relatório do Ministério da Justiça. 1831. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/u1862/000008.html>>. Acesso em: 2 out. 2015. p. 256.

esses discursos participavam ativamente dos jogos de saber e poder a respeito da reconfiguração do sujeito que estava sendo forjado para atender às expectativas de uma nação chamada de Brasil.

A idealização de uma nação passava pela educação dos infames. Nesse caminho, podem ser observados a criação de uma rede de símbolos e representações culturais: com o apoio financeiro da Coroa houve a organização do IHGB, 1838; elaboração do ensino secundário no Brasil, onde aparece o Colégio de Pedro II, 1837; criação de cursos superiores, de Direito e Medicina. Houve uma hierarquização na escolarização, o que resultou na criação de instituições diferenciadas, para públicos diferenciados. A noção de “instrução primária gratuita para todos os cidadãos”⁶⁸ já indicava uma hierarquização na forma de se educar a população, já que naquele momento ser cidadão significava ser proprietário de si e de outrem.

Nos debates educacionais há como identificar, também, a necessidade da erradicação do analfabetismo. Havia uma estreita relação entre periculosidade e ignorância. O sujeito considerado ignorante, iletrado, era automaticamente incluído no espectro da periculosidade. Na sessão da Câmara do dia vinte e sete de agosto de 1874 seriam discutidas as novas medidas para a reorganização do ensino primário e secundário do país. Durante a sessão, os membros da comissão de instrução salientaram a respeito da necessidade de haver uma expansão da instrução no Brasil; de difundir a maior soma possível de conhecimentos por todas as classes da sociedade, que “careciam desse pão do espírito, não menos que o pão material do corpo”,⁶⁹ pois a ociosidade e a ignorância eram perenes no país. Nesse sentido, a instrução era uma “indeclinável necessidade”,⁷⁰ mas que, no entanto, deveria ser diferente conforme as classes, os indivíduos, as aptidões e os fins para que cada um se preparava. Deveria ser igual somente para os que respeitassem a instrução primária e elementar, da qual ninguém poderia prescindir.

⁶⁸ GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Martinez Frota. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 29.

⁶⁹ Brasil. (1874). Relatório do Ministério da Justiça. 1831. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/u1862/000008.html>>. Acesso em: 2 out. 2015. p. 317.

⁷⁰ Ibidem. p. 318.

Ainda segundo os membros dessa Comissão, o analfabeto era um “cego do espírito; trevas da ignorância em condição quase igual a dos irracionais, que estão sujeitos a seguir o erro porque não conhecem as sendas da verdade.”⁷¹ Dessa forma, o analfabeto estaria propenso aos vícios e ao crime; e a sociedade deveria punir com todo vigor das leis.

No relatório, a Comissão entendia que “todos os governos de países civilizados tinham empreendido os maiores esforços para fazer desaparecer esse mal social”,⁷² ou seja, o analfabeto. Desse modo, os membros dessa sociedade deveriam adquirir os conhecimentos elementares da leitura e da escrita. A observação e o estudo psicológico da vida dos diferentes povos demonstravam a sabedoria desses esforços, justificando os meios empregados para alcançar determinados fins que são a ordem, a moralidade e o progresso. O aumento do número de escolas vinha proporcionando a diminuição do número de cadeias.⁷³ Nessa perspectiva, “o avançar das sociedades modernas permitiria nutrir esperanças de que um dia, com a escola, a prisão se tornaria inútil”.⁷⁴

O relator lembrava ainda os esforços governamentais para a prevenção dos crimes, pois era melhor prevenir do que punir. Doloroso, porém, seria a punição do culpado. Do mesmo modo senão mais obrigatória deveria ser a incumbência, embora triste e pesada, da prevenção que deveria ser a “profilaxia mais eficaz dessa moléstia do espírito, que se revela na perversão das noções do justo e do moral, é sem a menor dúvida a instrução, assente na educação seu apoio natural”.⁷⁵

A naturalização da desigualdade social esteve posta nesse discurso da Comissão de Instrução. O ignorante era um criminoso em potencial e que, portanto, a prevenção ao crime deveria servir como mecanismo de defesa a “boa sociedade”. Embora a Constituição do Império garantisse direitos aos considerados cidadãos, a diferença social residia na inclusão de ambos no mundo da desordem ou do governo.

⁷¹ Idem.

⁷² Ibidem. p. 321.

⁷³ Fato não comprovado. A despeito da expansão das escolas, o número de prisões não foi reduzido. Nas décadas finais do Império havia várias prisões, delegacias e cárceres espalhados pelas diferentes Freguesias, além do complexo penitenciário da Corte constituído pelas Casas de Correção e Detenção, bem como o Calabouço (desativado no ano de 1874). Cf. Oliveira, 2014.

⁷⁴ Brasil. (1874). Op. Cit., p. 324.

⁷⁵ Ibidem. p. 326.

Considerações finais

O século XIX, em especial a segunda metade, significou para essas duas cidades uma profunda reconfiguração, reinvenção, de seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e urbanos. Representações liberais, importadas e readaptadas às respectivas realidades, de ordem, progresso, trabalho e civilização forjaram novas formas de convivências e de comportamentos. A representação do que era normal ou não ganhou novos imperativos. O pacto social constituía, então, em obedecer às novas normas impostas. Para tal, a vigilância serviria para identificar e castigar os descumpridores desse pacto, ou seja, os anormais. Para os discursos jurídico-judiciários desses dois países, a civilização seria alcançada mediante a aproximação às nações ditas civilizadas. Nesse caminho fazia-se necessário vigiar e castigar os infames.

A arte de prevenir e de curar, como nos lembra Foucault,⁷⁶ esteve imbricada com a necessidade de educar uma população considerada perigosa à ordem vigente. A concepção de punição aponta para ideia de prevenção, ou seja, prevenir o mal seria a solução para se evitar crimes. Os códigos deveriam apontar para um ideal civilizatório. Nesse sentido, assumem caráter correccional e preventivo de ordem e segurança pública. Um conjunto de ordens que estabelecem regras de comportamento e convívio de uma determinada comunidade e sociedade, portanto, assumem uma esfera normativa. Aos brancos pobres e livres, portanto, a educação seria imposta pelos homens da “boa sociedade” a partir de uma “ortopedia social”.⁷⁷

Referências

ACON, Roger; PARKER, Ben. Educação como sujeição e como recusa. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **O sujeito da educação**. Estudos foucautianos. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. 2^a ed. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**... Op. Cit.

⁷⁷ *Ibidem*. p. 89.

- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de. **Providências publicadas pelo Comissário Régio na Província de Moçambique**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.
- ANDRADE, Alfredo Augusto Freire de. **Relatórios sobre Moçambique**. (vol II). 2ª ed. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1950.
- BOVÉ, P. Discourse. In: LENTRICCHIA, F.; MCLAUGHLIN, T. (Eds.). **Critical terms for literary study**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1990.
- BRITO, José de Sousa. **Direito Criminal**. Sumários: Lisboa, 1963.
- CASTIANO, José. P.; NGOENHA, Severino. E. **A longa marcha duma “Educação para Todos” em Moçambique**. 3ª ed. Maputo: PubliFix, 2013.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; CUNHA, Daniel de Oliveira. Missões religiosas e educação nas colônias de povoamento da África Portuguesa: algumas anotações. **International Studies on Law and Education**, Porto, v. 20, p. 57-64, mai./ago.2015.
- ENES, António José. **Código do Trabalho Indígena (de 1899)**. In: Almeida, 1979. ___ **Moçambique**. 4ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947.
- FEIO, Manuel Moreira. **Indígena de Moçambique**. Lisboa: Typographia do Comércio, 1900.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2005. ___ **La vida de los hombres infames**. La Plata: Editorial Altamira, 1996. ___ **Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete**. 30ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GÓMEZ, Miguel Buendia. **Educação Moçambicana**. História de um processo: 1962-1984. Maputo: Livraria Universitária [Universidade Eduardo Mondlane], 1999.
- GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Martinez Frota. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.
- GORE, Jennifer M. Foucault e a educação: Fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **O sujeito da educação**. Estudos foucautianos. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HAHNER, June. **A emancipação do sexo feminino: A luta da mulher, 1850-1940**. S.l.: Mulheres, 2003.
- LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. S. l: Vozes, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: A formação do estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MAZULA, Brazão. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Lisboa: Afrontamento & Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, 1995.
- MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Terceiro Mundo, 1975.

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro de. **O Brasil e as colônias portuguesas**. 5ª ed. Lisboa: Livraria Editora de Lisboa, 1920.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ROCHA, Aurélio. **Associativismo e nativismo em Moçambique**: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-40). Maputo: Promédia, 2002.

SAÚTE, Alda Romão. Escola de Habilitação de Professores Indígenas “José Cabral”, Manhiça – Alvor: subsídios para o estudo da formação da elite instruída em Moçambique (1926 – 1974). Maputo, 1995. 91f. **Monografia (Licenciatura em História)** - Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1995.

SHELDON, Kathleen. “I Studied with Nuns, learning to make Blouses”: Gender Ideology and Colonial Education in Mozambique. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 31, n. 3, p. 595-625, 1998.

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. Os “Filhos da Terra”: discursos e resitências nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930). Niterói, 2008. **Dissertação (Mestrado em História)** – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

__. Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 313-330, jul./dez. 2012.

__. Que justiça deve-se aplicar? Dois tribunais coloniais privativos para os “africanos” em Moçambique. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 10, n. 19, p. 81-98, jan./jun. 2011.

VAZ, João Maria. Ideais penais e prisões no Portugal oitocentista. **IV Congresso Português de Sociologia**, Coimbra, abr. 2000.

ZAMPARONI, Valdemir. Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940. **Lusotopie**, p.191-222, 2000.

Fontes

Biblioteca Nacional de Moçambique. Processos crime, polícia correcional e querellas [10.01.1864]. Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/UF00095049/00011/69j>>. Acesso em 18 jun. 2015.

Brasil. (1845). Relatório do Ministério da Justiça. 1831. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/u1862/000008.html>>. Acesso em: 2 out. 2015.

__. (1868). Relatório do Ministério da Justiça. 1831. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/u1862/000008.html>>. Acesso em: 2 out. 2015.

___ (1873). Relatório do Ministério da Justiça. 1831. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/u1862/000008.html>>. Acesso em: 2 out. 2015.

___ (1874). Relatório do Ministério da Justiça. 1831. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/u1862/000008.html>>. Acesso em: 2 out. 2015.

Coleção Tavares Bastos. Da Organização Judiciária. Sobre a Jurisdição Criminal. Reforma Judiciária de 1871. Biblioteca Nacional. Setor de Manuscrito. Códice 13, 01, 002-010. Título II. Art. 11. Secção 1^a. Cap. I.

FERRÃO, Francisco António Fernandes da Silva. Theoria do Direito Penal Aplicada ao Código Penal Português comparada com o Código do Brasil, Leis Práticas, Código e Leis Criminais dos Povos Antigos e Modernos. Lisboa, 1856. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs.../DPR462dbba49c41b_1.PDF>. Acesso em: 06 jun. 2015.

Recebido: 01/07/2017
Aprovado: 19/12/2017

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER MEDIEVAL NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA VISÃO COMPARATIVA

Marta de Carvalho Silveira¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Estácio de Sá

Resumo: Entendendo que os livros didáticos são os principais instrumentos utilizados nas salas de aula das escolas públicas brasileiras e a característica informativa e formativa que tais obras alcançam no processo educacional, propõem-se aqui a análise dos discursos reproduzidos acerca da condição feminina em algumas das obras selecionadas, por instâncias governamentais e pelos docentes, para a utilização nas salas de aula espalhadas por todo o território nacional. Em suma, o objetivo deste trabalho é analisar a forma como os autores dos livros didáticos têm conseguido inserir a questão do gênero nas obras didáticas e como tais obras influenciam na construção da noção das mulheres como sujeitos históricos.

Palavras-chave: Mulheres – Ensino de História – Idade Média

THE REPRESENTATION OF MEDIEVAL WOMEN IN DIDACT BOOKS: A COMPARATIVE VISION

Abstract: Understanding that textbooks are the main tools used in the Brazilian Public School classrooms, and the informative and formative features those books may reach during the educational process, the proposal submitted here is to analyze the reproduced speeches about womanhood in some selected works, by the Government and even the teachers, as well as their application in the classrooms nationwide. In short, the objective of this study is to analyze the way authors have managed to insert the gender issue into their textbooks, and how those schoolbooks may influence on the building notion of women as historical individuals.

Keywords: Women – History teaching – Middle Ages

Introdução

Os livros didáticos são instrumentos fundamentais no cotidiano das salas de aula por todo o Brasil. Considerados como fontes seminais de consulta tanto para os alunos quanto para os professores, justamente pela qualidade técnica e a confiabilidade das informações transmitidas que necessitam possuir, os livros didáticos são, sobretudo, formadores de opinião e guias na produção do conhecimento docente e discente.

Infelizmente os indicadores educacionais atuais, proporcionados por mecanismos avaliativos internos e externos, atestam o baixo rendimento do alunado brasileiro e também a formação precária dos futuros docentes. Os livros didáticos tornam-se, por vezes, as únicas fontes de pesquisa confiáveis para

¹ E-mail: martadecarvalhosilveira@gmail.com.

docentes e alunos, ainda mais em um país onde o acesso à internet não é uma realidade para todos os cidadãos levando-se em consideração que o material disponibilizado na rede não pode ser corretamente utilizado sem que quem o acesse tenha um conhecimento e uma orientação prévia sobre o conteúdo a ser pesquisado.

Em se tratando de um período histórico como a Idade Média, entendido por vezes através das brumas de um olhar estereotipado, o livro didático torna-se, na maioria das vezes, para o professor, a única fonte de informação considerada confiável para o estudo deste contexto. No entanto, conforme avançam as pesquisas que tomam os livros didáticos como fontes de análise, torna-se claro que a imagem da Idade Média neles construída ainda carece de reformulação, ou mais precisamente, nota-se a necessidade de que o diálogo entre o saber produzido na academia e o disposto nas obras didáticas seja intensificado e atualizado. Tal aprofundamento poderia auxiliar na construção da noção de indivíduo, das relações de gênero e levar o estudante a refletir sobre o papel político, econômico, social e cultural desempenhado pelas mulheres na Idade Média pode em muito contribuir para a elaboração da identidade feminina contemporânea e da continuidade das mulheres na luta pela preservação de direitos já adquiridos e na conquista de novos.

Quando os livros didáticos ignoram ou simplesmente citam de forma descontextualizada e acrítica elementos históricos acerca da condição feminina, o resultado é a preservação dos estereótipos já tradicionalmente difundidos na sociedade contemporânea e a não alteração de uma cultura que prevê a submissão feminina.

É para analisar e questionar a forma como as mulheres medievais tem sido retratadas nos livros didáticos a serem utilizados nas escolas públicas brasileiras que estabeleceremos uma análise comparativa de seis obras didáticas selecionadas pelo MEC, com a participação dos docentes que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental, para serem utilizados nas salas de aula das escolas públicas brasileiras até o ano de 2019.

Para conduzir esta reflexão inicialmente será traçado um panorama sobre o uso dos livros didáticos como instrumentos pedagógicos e como fontes de pesquisa

para o ensino de Idade Média. Posteriormente será empreendida uma discussão acerca da evolução dos estudos relativos ao tema da condição feminina na historiografia, priorizando o período medieval e, por último, será construída uma análise acerca da forma das representações femininas nas obras didáticas selecionadas, seguida de uma conclusão.

As políticas públicas educacionais brasileiras e os livros didáticos

O avanço do modelo econômico neoliberal no mundo pós-Guerra Fria implicou na criação de políticas públicas educacionais que promovessem a constituição de cidadãos culturalmente adaptados às necessidades cotidianas de um mundo globalizado, quanto apto para constituir uma mão de obra adequada e eficiente no processo de produção da riqueza interna dos países ocidentais. Através do Consenso de Washington (1990) foram estabelecidas as metas financeiras macroeconômicas que deveriam ser seguidas pelos países em desenvolvimento a fim de garantir o seu fortalecimento econômico. Através dos empréstimos tomados do Fundo Monetário Internacional (FMI),

“(....) esses países obrigavam-se a seguir as normas impostas pelo Banco Mundial (BIRD) para controle das políticas domésticas – inclusive na educação – além, evidentemente, de acelerarem o processo de endividamento, que por sua vez, tem reforçado da dependência.”²

A Teoria do Capital Humano, elaborada na escola de Chicago, tornou-se a base do pensamento neoliberal para a educação. Partindo do pressuposto de que havia uma relação direta entre o desenvolvimento do potencial produtivo de uma nação e a formação educacional de seus membros, os economistas especializados nos estudos educacionais defendiam o amplo investimento dos países no aumento do nível educacional da sua população. Tal perspectiva utilitarista tem alimentado e direcionado a política pública educacional brasileira, orientando a elaboração da documentação basilar curricular e das práticas de gestão, que tendem a encampar cada vez mais recursos e parcerias privadas no financiamento público educacional, o que, em última instância, poderá promover o sucateamento das unidades

² ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. p. 330.

públicas de ensino nos diversos níveis e a desvalorização salarial da carreira docente, já em andamento.

No que se refere à elaboração da documentação orientadora dos princípios educacionais brasileiros, percebe-se uma linearidade de propostas que se estende da presidência de Fernando Collor de Melo (1990 a 1992) até os governos atuais. Sob a influência da Teoria do Capital Humano, foi realizada na Tailândia, a Conferência de Jomtien (1990) em que se pretendia refletir sobre as políticas públicas educacionais desenvolvidas pelos países que compõem a ONU e a elaboração de metas nacionais que visassem o aprimoramento do sistema educacional. Medidos os índices de analfabetismo, a defasagem entre a idade e a formação educacional dos indivíduos, a evasão escolar, a ausência de práticas inclusivas, a diversidade curricular existente e outros tantos indicadores, o Brasil comprometeu-se a cumprir metas que dirimissem estes obstáculos ao aumento do índice educacional do povo brasileiro.³

Foi assim que o Brasil investiu na elaboração do *Plano Nacional de Educação Brasil para Todos*, iniciado em 1993, com o intuito de direcionar a política pública educacional brasileira, fomentado, dentre outras práticas, a elaboração de documentos que promovam uma educação integrada e igualitária em todo o território nacional, o diálogo entre a sociedade (representada através de conselhos, organizações etc.) e a criação de práticas educacionais concernentes à diversidade e à demanda brasileira.⁴

Dentro destes princípios, foram elaborados os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997), as *Leis de Diretrizes e Bases da Educação* (1996), o *Plano Nacional de Educação* (2014) e a *Base Nacional Comum Curricular* (2017), desdobradas em diversas orientações e programas que objetivam a organização e o direcionamento da educação brasileira desde a Educação Infantil até o Ensino Superior.

³ Par maiores informações sobre as metas estabelecidas para a política pública educacional estabelecidas na Conferência de Jomtien, ver o site da UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>.

⁴ Para maiores informações sobre o Plano Nacional de Educação, publicado em 2014, acessar o portal do MEC: Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>.

O *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD) foi criado justamente neste contexto de fortalecimento de uma política pública educacional brasileira, por entender-se que o fornecimento de livros didáticos gratuitos aos estudantes das escolas públicas brasileiras seria uma das estratégias fundamentais à elevação dos índices de desempenho educacional docente. No entanto, a distribuição de livros didáticos nas escolas brasileiras não foi uma criação das demandas produtivas e educacionais da década de 1990.

Como instrumentos fundamentais utilizados no ambiente escolar, os livros didáticos têm uma história. Os primeiros manuais escolares tiveram como objetivo a alfabetização e estavam conectados ao movimento da Reforma Protestante. A noção do sacerdócio universal, que garantia a qualquer membro da comunidade o direito de pregar a palavra divina e promover rituais religiosos, prescindia da necessidade de que os membros destas comunidades protestantes tivessem o pleno domínio da leitura e da escrita. Foi nesse contexto, então, que Jon Huss, um dos principais reformistas do século XVI, produziu um dos primeiros manuais de alfabetização: *O ABC de Huss*.

No século XIX, quando a História se tornou uma ciência ensinada nas universidades e nos níveis básicos elementares da educação, deu-se a elaboração de manuais que focavam à princípio de História Geral, e depois investiram na construção de uma história nacional. O saber histórico, neste momento, resumia-se a uma compilação narrativa e cronológica daqueles que eram considerados os principais feitos da humanidade, representada basicamente pelas realizações dos grandes heróis formadores de uma nação. Era necessário fomentar na mente e no coração dos cidadãos das nações europeias os princípios básicos no nacionalismo, que os faria lutar tanto para a manutenção dos territórios ocupados pelos Estados no espaço europeu, quanto pela preservação e ampliação das áreas coloniais já ocupadas.⁵

O Brasil, que alcançou a sua independência no século XIX, enfrentou também o desafio de investir na construção de uma história nacional brasileira que pudesse servir como base à construção de um sentimento nacionalista

⁵ BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983. p. 109-112.

principalmente entre a elite brasileira que frequentava os bancos escolares. Utilizava-se, então, a tradução dos manuais de História Geral importados principalmente da França. Em meados do século XIX, seguindo o caminho para a construção de um ideal, o governo imperial incentivou a elaboração de manuais específicos de História do Brasil produzidos pelos intelectuais do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em sua maioria, professores do Colégio Pedro II, considerado a principal referência educativa no Brasil.

Nos diversos momentos do período republicano, os livros didáticos de História continuaram a ser utilizados como instrumentos para a consolidação do ideal nacional, principalmente durante o governo varguista. Além da clara intenção de reforçar o nacionalismo próprio, a política educacional varguista, iniciada em 1930 e expressa na criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, pretendia ampliar a formação da mão-de-obra brasileira para aproveitar as chances de crescimento da política exportadora gerada graças aos efeitos da Crise de 1929.

A dificuldade de importar materiais pedagógicos e a necessidade de reafirmar os seus próprios ideais nacionais levou o Brasil a iniciar uma produção interna de manuais didáticos em grande escala. Para garantir o controle ideológico sobre o material produzido, principalmente a partir da instauração do Estado Novo, o governo varguista criou, em 1938, a *Comissão Nacional do Livro Didático*. O governo produzia o seu próprio material didático a ser utilizado em todo o território nacional. Tais manuais, segundo Marco Antonio Silva, alcançavam uma grande longevidade no sistema educacional, sendo utilizados durante anos e nem sempre passando pelas reformulações devidas, o que era agravado pelo fato de seus autores serem intelectuais que, apesar da sua proeminência, não dominavam totalmente os conteúdos dispostos nestas obras, marcadas, portanto, por traços excessivamente generalizantes.⁶

O fim do Estado Novo não trouxe o término da política de produção de livros didáticos próprios para o mercado brasileiro. Pelo contrário, os manuais

⁶ SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. In: __. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. p. 808. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 1 jul. 2017.

didáticos, produzidos por especialistas nas áreas de conhecimento, passaram a ser largamente utilizados no sistema educacional que experimentou uma expansão considerável na medida em que se abriu para a entrada de setores populares nos seus quadros, na onda das políticas desenvolvimentistas do período.

Durante a ditadura militar o governo criou dois mecanismos que favoreceram a continuidade e a ampliação da política de publicação e de distribuição de livros didáticos: a *Companhia Nacional de Material de Ensino* e a *Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático*, um dos braços do Ministério da Educação e Cultura (MEC), responsável por estabelecer os princípios e as orientações para a construção dos manuais didáticos, posteriormente publicados pela Companhia. Portanto, a princípio a produção dos livros didáticos estava centralizada nos mecanismos governamentais. Este quadro alterou-se na década de 70 quando o MEC buscou a parceria das editoras privadas para publicar os manuais didáticos, tendo como órgãos reguladores o *Instituto Nacional do Livro* e a *Fundação Nacional de Material Escolar*.

A década de 80, com a redemocratização, alterou a relação entre o setor público e o setor privado na produção dos livros didáticos, já que as editoras assumiram o controle total da produção. Os manuais passam a ser produzidos de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC, através de um conselho específico, e expressos no *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD), criado em 1985 e aperfeiçoado em 1995. Tais critérios que devem seguir os pressupostos definidos nos PCNs e na BNCC. Os livros produzidos e aprovados pelo MEC são distribuídos pelas editoras nas escolas públicas brasileiras para que sejam avaliados pelos docentes e encaminhados às escolas após o período de escolha. Tais obras são utilizadas por professores e alunos trienalmente e passam por um complexo processo de escolha que envolve uma vasta rede de profissionais, onde estão incluídos também os docentes.⁷

Os PCNs, que regem a educação pública e a privada, consideram que os livros didáticos são peças-chaves no processo de ensino e aprendizagem dos

⁷ MAC GINITY, Eliane Goulart. Imagens de mulheres nos livros didáticos de História. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 3, v. 2, jul/dez. 2015. p. 922. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/viewFile/63309/36954>>. Acesso em: 1 jul. 2017.

alunos, por considera-los “(...) um instrumento de controle do sistema escolar, a garantia de uma certa qualidade de ensino e a difusão de valores”.⁸ Além disso, entendem que os livros didáticos são instrumentos importantes para o cotidiano do docente em sala de aula, pois “asseguram um modelo de prática, segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos”⁹ As famílias também podem se beneficiar dos livros didáticos, de acordo com os PCNs, pois lhes permite assegurar uma garantia na qualidade da educação ministrada aos seus filhos. Os PCNs também garantem à indústria editorial um mercado certo e seguro.¹⁰

Estabelecida a importância, mas não a obrigatoriedade do uso dos livros didáticos, os PCNs chamam a atenção para o fato de que caberá aos professores a tarefa de selecionar as obras produzidas e apresenta aos docentes alguns pontos nevrálgicos que devem ser levados em consideração neste processo avaliativo: os objetivos educacionais e a concepção de ensino da área; a abordagem teórico epistemológica da História, os acontecimentos históricos privilegiados para estudo, as relações entre os acontecimentos e os sujeitos históricos; a organização dos acontecimentos no tempo, as periodizações utilizadas e as relações entre presente/passado; os sentidos e significados construídos para a História, os conceitos trabalhados e os problemas propostos ou obtidos; as posições assumidas pelo autor e a forma de exposição dessas posições nos textos e na seleção das imagens; os valores, as ideologias e os mitos da História veiculados; a concepção de aprendizagem presente nos exercícios, questionários e outras atividades propostas; a qualidade editorial, a clareza do texto, a preocupação didática na organização e apresentação dos conteúdos; a potencialidade informativa atribuída às imagens, e disponibilização de diferentes fontes de informação e linguagens etc.¹¹

Analisando os índices de compra dos livros didáticos pelo governo brasileiro, é possível detectar o incremento e a geração de lucros expressivos para

⁸ BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 29. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ PCNs. p. 79-80.

o setor editorial brasileiro nos últimos anos em virtude da efetuação destas compras. O Brasil é um dos países que mais utiliza recursos estatais na compra deste tipo de material didático. Este setor movimenta tantos recursos que passou a ser disputado por empresas estrangeiras empenhadas em alcançar um espaço de liderança no mercado brasileiro, já que as compras efetuadas pelo governo correspondem a 60% da renda editoriais.¹²

As disputas travadas entre as editoras pelo controle do mercado se expressam em fortes campanhas publicitárias e no aliciamento dos quadros técnicos das escolas para que se sintam seduzidos a adotar esta ou aquela obra. Apesar da possível formação de oligopólios neste setor, que pode traduzir-se em prejuízos aos cofres públicos e superfaturamentos, tal concorrência, se feita de forma adequada, pode mostrar-se saudável, em termos didáticos, se traduzirem-se em uma busca mais intensa para a melhoria do material produzido, tanto em termos textuais quanto visuais, e uma constante tentativa de adequação das obras às propostas estabelecidas nos documentos que fundamentam a política pública brasileira.

O contexto que envolve a produção, a distribuição e a utilização do livro didático fez com que ele se tornasse uma peça de pesquisa básica para aqueles que têm como objetivo pensar nos diversos níveis das ciências humanas, a questão da educação. Ao se elencar os livros didáticos como fontes de pesquisa é preciso definir alguns pressupostos. O primeiro é o que o considera como um produto cultural, tendo, portanto, uma historicidade muito bem demarcada. Os atuais livros didáticos de história diferem muito daqueles produzidos nas décadas passadas, já que investem (ou deveriam investir) na disponibilização de um conhecimento mais adequado ao seu público incorporando os resultados de diversas pesquisas acadêmicas.

Os livros didáticos possuem também diante de si o desafio de disponibilizar um conhecimento científico complexo de forma simples e didática a ponto de ser entendido satisfatoriamente pelo público leitor sem, no entanto, apelar para a superficialidade discursiva. Além disso, os livros didáticos são constituídos por

¹² SILVA, M. A. Op. Cit. p. 810.

discursos multifacetados, contendo uma variedade de gêneros textuais, já que incorporam imagens, sugestões de filmes, áudios, sites e plataformas de web, jogos, reportagens de jornais e revistas, fontes históricas (os melhores as trazem em quantidade e variedade) e é nesta variedade discursiva que está grande parte do seu valor e utilidade. Sendo assim, o livro didático não é um produto cultural que possa ser analisado somente a partir de uma perspectiva histórica, mas também pedagógica, o que o torna uma fonte de análise extremamente rica. Neste artigo, em específico, pretende-se priorizar a análise dos elementos discursivos históricos presentes nas obras selecionadas. Como afirma Circe Bittencourt:

A familiaridade com o uso do livro didático faz que seja fácil identifica-lo e estabelecer distinções entre ele e os demais livros. Entretanto, trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela intervenção de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de “múltiplas facetas”, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências.¹³

Desta forma, os livros didáticos podem ser considerados como os principais bastiões na transmissão das informações que um governo considera adequada aos seus cidadãos, principalmente auxiliando na construção da sua identidade individual e grupal. Para isto, os cidadãos devem reconhecer e valorizar “a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, (...) além de posicionar-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;¹⁴

Os PCNs ainda afirmam que, a partir de um amplo debate estabelecido entre a História e as outras áreas do conhecimento, principalmente com a Antropologia, a História ensinada nas escolas de ensino fundamental deve ter como um dos seus objetivos principais:

(...) as imagens, representações e valores em relação ao corpo, à sexualidade, aos cuidados e embelezamento do indivíduo, aos tabus coletivos, à organização familiar, à educação sexual e à distribuição de

¹³ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História. Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 301.

¹⁴ PCNs. p. 7.

papéis entre homens, mulheres, crianças e velhos nas diferentes sociedades historicamente constituídas;¹⁵

A preocupação em formar um cidadão consciente da necessidade de respeitar a diversidade de gênero (que no documento claramente se refere àquela biológica entre homens e mulheres) e o papel social desempenhado pelas mulheres, como sujeitos históricos, na sociedade brasileira está presente nos PCNs e também na BNCC. A condição feminina é tratada na BNCC a partir do papel desempenhado pelas mulheres nas diversas sociedades ao longo do processo histórico. É possível constatar tal informação lendo as orientações oferecidas pela BNCC para o ensino de História no sexto ano do ensino fundamental, onde as mulheres surgem na unidade temática *Trabalho e formas de organização social e cultural*, que tem como objeto de conhecimento *O papel da mulher na Grécia e em Roma e no período medieval* e como habilidade correspondente: “(EF06HI16) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais”.¹⁶ A leitura destes tópicos torna clara a opção da Base em não discutir a questão de gênero, mas sim orientar a discussão a ser implementada com os alunos para o papel socioeconômico desempenhado pelas mulheres ao longo da História.

Apesar da priorização temática da análise do papel socioeconômico desempenhado pelas mulheres no processo histórico, a BNCC não deixa de propor a necessidade de se discutir com os alunos a temática das relações de gênero. Como se lê no documento em questão:

Ao promover a diversidade de análises e proposições, espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa. Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural, as questões de gênero e as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas e africanos.¹⁷

A leitura da base nos indica, portanto, uma preocupação em construir com o aluno a noção de que as mulheres não foram tratadas de forma igualitária pela

¹⁵ PCNs, p. 48

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2017. p. 371. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/4.4.2_BNCC-Final_CH-HI.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.

¹⁷ BNCC, p. 351.

historiografia, lançando-as em um espaço de marginalidade, justamente por não corresponder, juntamente com os índios e africanos, ao sujeito universal masculino priorizado, desde o século XIX, pela História.

A fim de detectar a forma como os livros didáticos incorporam as referidas orientações, o que será feito na última parte deste artigo, é preciso traçar um breve panorama sobre a historiografia que tem se debruçado sobre o estudo da condição feminina na Idade Média.

A história das mulheres e os estudos de gênero na Idade Média e os livros didáticos

Um dos precursores no estudo da atuação feminina na sociedade, Michelet, preocupou-se em regatar a presença das mulheres na sociedade ocidental, elencando as suas contribuições como agentes históricos tanto na preservação quanto na transformação social. Comentando a obra de Michelet, M. Perrot afirma:

(...) Segundo ele, a oposição entre homem/cultura e mulher/natureza domina a história das sociedades e comanda as pulsões dos acontecimentos. Profundamente ambivalente, o princípio feminino deve ser respeitado. Tanto que a natureza feminina tem dois polos um maternal e benéfico, outro mágico, vermelho como sangue, negro como o diabo, maléfico.¹⁸

Apesar do pioneirismo de Michelet, as mulheres foram definitivamente assimiladas como objetos de análise historiográfica, no início do século XX, como parte da renovação nos estudos históricos propiciada pelo marxismo e pela Escola dos *Annales*. O marxismo trouxe para o campo historiográfico a preocupação em destacar a atuação dos sujeitos históricos antes excluídos da história oficial, que obedecia aos parâmetros historicistas do século XIX. Os princípios de uma “história vista de baixo” favoreceram a ampliação dos estudos sobre a condição feminina, tendo o século XIX e as mulheres operárias como ponto seminal de análise.

A história das mulheres foi enriquecida com os pressupostos teóricos e metodológicos inaugurados pela Escola dos *Annales* que, com o seu foco interdisciplinar, estabeleceu parcerias com outros campos do conhecimento (como a sociologia e a antropologia, por exemplo) ampliando a própria noção de fonte

¹⁸ PERROT, M. **Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p.182.

histórica e garantindo novos métodos para a realização das suas análises. Numa tentativa de fazer uma história pautada na problematização, os *Annales* trouxeram para o campo analítico novos sujeitos históricos, como as mulheres, que puderam ter a sua atuação finalmente desvendada através da ampliação do leque documental.

Os movimentos historiográficos supracitados contribuíram ativamente para a elaboração de uma História das Mulheres, enriquecida também pela militância realizada no âmbito do movimento feminista, que se tornou ativo e organizado em sua luta pela ampliação dos direitos das mulheres na década de 1960, e que se fortaleceu consideravelmente pela liderança de pesquisadoras que ocuparam espaço em diversos núcleos de pesquisa acadêmicos. Como nos lembra Joan Scott, “(...) as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação”.¹⁹

Através da ampliação das fontes analíticas e do levantamento de novas problemáticas, as mulheres puderam ser resgatadas do seu silêncio, geralmente imposto por pressões sociais masculinas, corroboradas por discursos clericais e morais. Mesmo relegadas ao silêncio, as mulheres, ao longo do processo histórico, souberam utilizá-lo como instrumento para o exercício do seu poder no grupo familiar. Michelle Perrot nos lembra: “(...). Frequentemente, também, elas [as mulheres] fizeram do seu silêncio uma arma.”²⁰

A década de 1970 é apontada por Joan Scott como o período onde a ampliação das fontes e das problemáticas promoveu a ruptura entre a história das mulheres e a tendência política que a havia caracterizado graças à atuação do movimento feminista. Sendo assim, a história das mulheres “(...). Ampliou seu campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e dessa forma, adquiriu energia própria.”²¹ e, na década de 1980, desviou-se para os estudos de gênero, entendidos pela autora neste contexto como a divisão natural dos sexos. Observa-se, então, uma ruptura definitiva da

¹⁹ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 64.

²⁰ PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 10.

²¹ SCOTT, J. Op. Cit., 1992, p. 64.

história das mulheres com a política e a construção dos estudos de gênero, que estaria “desprovido de propósitos ideológicos imediatos”.²² Para alguns especialistas em estudos de gênero, a história das mulheres teria evoluído para uma categoria mais neutra e menos carregada dos pressupostos ideológicos políticos que seria o gênero. Tal visão é contestada por Joan Scott que não considera que a história das mulheres tenha representado uma ruptura com o movimento feminista e nem a considera responsável pelo seu desaparecimento. A autora alerta: “(...). Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres, consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade, e para mudar o modo como a história é escrita.”²³

As demandas de uma sociedade globalizada, instalada a reboque das transformações advindas da desagregação do mundo pós-guerra fria, ampliaram as possibilidades de pesquisa no âmbito da História das Mulheres. Além de se discutir o papel social, econômico e político desempenhado pelas mulheres, iniciou-se a discussão acerca da própria construção, ao longo do processo histórico, dos aportes culturais empregados na elaboração da noção de masculino e feminino. Os estudos de gênero, então, tiveram sua repercussão ampliada no meio acadêmico, na medida em que estreitaram os laços com a antropologia cultural e exploraram analiticamente o universo simbólico constituído pelas sociedades ao longo do processo histórico. Mais do que pensar o papel social das mulheres, os estudos de gênero se preocupam em analisar o uso que as instituições, os governos e a própria sociedade de forma geral fazem do discurso acerca da dualidade sexual para estabelecer instrumentos de dominação sobre os indivíduos, circunscrevendo-os em uma esfera de poder, entendido no sentido amplo e não exclusivamente estatal.

As transformações e inovações referentes tanto a história das mulheres quanto nos estudos de gênero, permitiram também a ampliação das análises referentes à condição feminina na Idade Média. Foi decisivo para tal ampliação o uso de fontes históricas antes não exploradas, como por exemplo, cartas e diários escritos também por mulheres e o revisitar de fontes documentais, que por vezes

²² Ibidem. p. 64 – 65.

²³ Ibidem. p. 66.

não tiveram as mulheres como focos narrativos (leis crônicas etc.), mas que permitem a percepção destas como sujeitos históricos, como as leis, as crônicas, os sermões etc.

A ampliação do campo documental permitiu que os estudos da História das Mulheres na Idade Média ganhassem novos rumos, mas também a colocou frente a novos desafios. Michelle Perrot identificou duas tendências nos estudos produzidos nesta área: uma que visava identificar e exaltar o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade medieval e outra que pretendia identificar o papel desempenhado pelas mulheres na configuração da sociedade medieval.

A primeira tendência pode ser verificada na obra de Regine Pernoud, uma das protagonistas no estudo das mulheres medievais, que investiu na construção de uma tipologia social feminina e, para tanto, utilizou algumas personagens femininas que alcançaram destaque no período como exemplos para a constatação da importância que as mulheres alcançaram na sociedade medieval. Apesar do esforço da autora e do valor da análise por ela empreendida, suas proposições não podem ser aceitas sem algumas críticas, levantadas por autoras como Michelle Perrot que alerta para o fato dos estudos de Pernoud terem levado à construção de uma visão um tanto idílica das atuações das mulheres na sociedade medieval, marcada pela elaboração de modelos femininos frequentemente utilizados como parâmetros para a interpretação da sociedade medieval.

A segunda tendência pode ser encontrada nas obras de Georges Duby que, numa rica parceria estabelecida com a Antropologia, identifica as relações familiares e matrimoniais como sendo a espinha dorsal para o entendimento do papel social desempenhado pelas mulheres na sociedade medieval. Sem buscar generalizar as informações encontradas em suas análises, que se restringem às casas nobiliárquicas francesas, Duby inscreveu a história das mulheres em um novo patamar, não proposta a partir de visões generalizantes e idealizadas. Lembrou aos estudiosos deste campo que as vozes femininas não eram facilmente ouvidas na sociedade medieval e seu silêncio era garantido pelo discurso clerical, construtor de símbolos que buscam restringir as mulheres à submissão, expressa na necessidade da tutela constante de um elemento masculino a fim de auxiliá-la no controle da sua instabilidade e inconstâncias naturais. A escolha de Duby pelas

mulheres nobres é explicada pelo próprio autor: “(…). Permaneci deliberadamente nessas alturas por serem as únicas iluminadas o suficiente. Mesmo aqui, no entanto, a obscuridade é espessa.”²⁴

As análises produzidas por Duby inspiraram outros historiadores a mergulharem no universo da história das mulheres. Duby inscreveu a história das mulheres em um novo patamar, muito preocupado em derrotar a tendência a construção de uma visão generalizante e idealizada acerca das mulheres, lembrou aos estudiosos desse campo que as mulheres medievais não tinham nem vez e nem voz na sociedade. Suas trajetórias foram marcadas pelo silêncio e pelo olhar masculino, expressos principalmente no discurso clerical, construtor de símbolos que buscavam restringir as mulheres à submissão, expressa na tutela constante de um elemento masculino cuja função era auxiliá-la no controle da sua instabilidade e inconstância naturais.

A ampliação do diálogo com outros campos do conhecimento levou à identificação dos modelos ideológicos traçados na sociedade medieval para direcionar e educar as mulheres, além de ordenar a prática da sua sexualidade, que deveria manter-se restrita ao âmbito da legalidade promovida pela instituição matrimonial e pelas relações de parentesco dela decorrentes, consideradas pelo autor como a espinha dorsal da sociedade medieval.

É notório, nos estudos acerca da condição feminina, produzidos tanto no âmbito da história das mulheres quanto dos estudos de gênero, a identificação do papel social fundamental a ser desempenhado pelas mulheres medievais: o de esposa. Garantir a reprodução social através da geração de filhos é a tarefa por excelência de qualquer mulher. Entretanto, outros papéis familiares desempenhados por ela são fundamentais. É preciso ser uma filha obediente e pronta a cumprir os desígnios da parentela e ser uma mãe zelosa na educação dos seus filhos mesmo quando já se tornou uma viúva, por exemplo. Do papel de esposa carnal somente as mulheres religiosas podem ser liberadas, já que se tornam esposas de Cristo, mas tais mulheres não podiam alçar este espaço

²⁴ DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 24.

próximo ao sagrado sem o apoio da sua parentela, ainda mais quando era possuidora de bens consideráveis.

Quando se fala e se pensa na “mulher medieval” é preciso levar em consideração a pluralidade de sujeitos contidas nesta categoria analítica. A heterogeneidade do mundo feminino medieval ainda precisa ser explorada, a fim de que se mergulhe cada vez mais em análises mais próximas do que se imagina que fosse a realidade enfrentada por estas mulheres no seu cotidiano e se rompa com análises generalizantes que tendem a entender as mulheres como uma categoria única e universal. No entanto, como nos lembra Duby: “[...] Para nós elas [as mulheres] serão sempre sombras indecisas, sem contorno, sem profundidade, sem relevo.”²⁵

De uma forma ou de outra, nos vários grupos sociais em que estivessem inseridas, um modelo ideológico, identificado por autores como Duby, Perrot, Ariés, Dalarum, Dominique Barthelemy e outros que tem visitado a história das mulheres em seus estudos, se define e se impõe em relação às mulheres. Produzido no âmbito do discurso eclesiástico, construído sobretudo no século XII, tal modelo ideológico foi representado através de três figuras bíblicas femininas: Eva, Maria Madalena e a Virgem Maria. Retiradas dos textos bíblicos do Velho e do Novo Testamentos, estas personagens representam as mulheres em seus três estágios básicos: a natureza pura, a natureza em busca de transformação e sobreposição da realidade sobre a natureza.

Eva representava a mulher em seu estágio mais primitivo e aterrorizante para os homens. Ela era guiada pelo pecado e todos os males dele decorrentes: luxúria, inveja, dissimulação, intriga, dissensão... enfim, pelo desequilíbrio marcado pela submissão à natureza irracional que marca o elemento feminino desde a sua formação biológica imperfeita e secundária em relação ao homem, considerado de fato como “a coroa da criação” e não como um ser secundário criado da costela de Adão para fazer-lhe companhia. Tão imperfeita foi Eva, aos olhos dos clérigos medievais, que nem a tarefa de ser uma boa companheira para o homem ela cumpriu, já que foi também a grande responsável pela queda da humanidade,

²⁵ Ibidem. p. 10.

quando seduziu Adão a experimentar o fruto proibido, da árvore do bem e do mal, que lembremos, no século XII, foi diretamente relacionado ao sexo.

No constructo ideológico medieval, Maria Madalena era a mulher em busca da aprendizagem espiritual. Tentando romper com a sua natureza lasciva e pecaminosa, Maria Madalena, uma figura híbrida construída a partir de diversas referências femininas presentes no Novo Testamento, lavou os pés de Jesus, enxugou-os com os seus próprios cabelos e apresentou-se para cumprir os ritos fúnebres do Mestre e cuidar do seu corpo sem vida porque reconheceu a sua inferioridade e a instabilidade da sua natureza. A mesma que a havia conduzido ao apedrejamento por pena de adultério e da qual livrou-se graças à intervenção de Cristo. Logo, Maria Madalena representava a mulher em busca do arrependimento, já que expiou, através dos seus atos caritativos, o mal que consumia a sua natureza original. Era o espelho, portanto, de qualquer mulher.

A Virgem Maria era o ideal a ser perseguido por todas as mulheres que, vencendo a sua natureza imperfeita, através sobretudo de posturas que expressavam o seu arrependimento, se submetiam ao ordenamento divino representado Terra pelos homens que a cercavam: em primeiro lugar os pais, depois os maridos, filhos, irmãos e todos os membros masculinos da sua parentela. Maria não se corrompeu com o pecado do sexo, nunca se deixou guiar pela luxúria, já que foi fecundada pelo Espírito Santo e teve seu filho em estágio de virgindade. Ela encarnou, portanto, o que a mulher exemplar deve ser: casta, submissa e mãe.

A influência deste modelo na cultura medieval não pode ser desprezada, no entanto, este modelo não pode ser retirada do campo ideológico para ser utilizado como chave interpretativa do que se conhece sobre a realidade social do medievo. As mulheres medievais desempenharam um papel ativo na sociedade e exerceu poder principalmente no âmbito privado, mas também no público. Como nos lembra M. Perrot, a história das mulheres não buscou a vitimização das mulheres, mas o reconhecimento dos espaços sociais por elas ocupados. Daí a preocupação em se definir, por exemplo, as funções socioeconômicas por elas desempenhadas e o espaço que ocupavam nas relações de trabalho. Tal problemática tem suscitado a análise de novos conjuntos de fontes, como as legislativas, que permitem o

desvelamento dos direitos e dos deveres das mulheres como herdeiras, como doadoras, como fiadoras etc.

O que está em jogo nos livros didáticos são, portanto, as representações medievais neles produzidas e divulgadas, quer seja por influência das orientações curriculares, por opção dos seus autores ou por exigência do mercado editorial, acerca das mulheres. A proposta deste trabalho é justamente analisar criticamente tais representações feitas nas obras didáticas sobre as mulheres medievais ocidentais, o que será feito a seguir.

As representações das mulheres medievais nos livros didáticos

Ao ser questionado sobre a relação estabelecida entre a história da educação e a história do livro ou da leitura, Roger Chartier identifica como questão primordial no que se refere aos livros “(...) a relação ou a distância entre a prática pedagógica e todos os textos que tentam selecionar, limitar ou definir tais normas.”²⁶ Esta é também a questão que moveu este artigo.

Partindo-se da similaridade de formatos e de objetivos existente entre as fontes de pesquisa elencadas, foram comparados os elementos discursivos nelas constituídos a partir de dois níveis: uma análise que pode ser considerada como vertical, onde se identificou a relação mantida entre as obras didáticas e as orientações curriculares disponíveis na BNCC no que tange ao ensino da condição feminina no período medieval e uma análise horizontal, onde se consideraram as semelhanças e as diferenças existentes entre as representações discursivas utilizadas nessas obras para o cumprimento das orientações oficiais. Como as orientações da BNCC estabelecem o ensino da condição feminina na Idade Média de uma forma abrangente, sem distinguir entre o contexto ocidental e o oriental, na análise aqui empreendida foram considerados todos os elementos relativos à às representações das mulheres nas obras selecionadas.

No livro **História nos dias de hoje**, primeira obra a ser analisada, os autores trataram o tema da condição feminina em duas ocasiões: a primeira referindo-se às mulheres islâmicas e a segunda às mulheres ocidentais na Baixa

²⁶ CHARTIER, R. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Armed, 2001. p. 74.

Idade Média. No primeiro caso, os autores parecem ter enfrentado o desafio de cumprir a determinação da BNCC, em um texto marcado por uma narrativa política, recorte muito comum na maioria dos livros didáticos.

Na sessão **Permanências e Rupturas**, da mesma obra, os autores pretenderam levar o aluno a refletir comparativamente sobre o mundo medieval e a condição feminina das mulheres no mundo ocidental contemporâneo, já que o texto apresentado trata da proibição do uso do véu islâmico determinada pelo governo francês. Apesar da proposta reflexiva criada pelos autores nesta atividade, eles não ofereceram ao aluno, no texto base, os subsídios necessários para guiar a sua reflexão, que mais uma vez dependerá da ação do professor. A restrição do material apresentado sobre as mulheres muçulmanas a aspectos religiosos, como a poligamia e o uso do véu, pode vir a reforçar uma visão de submissão histórica da mulher muçulmana sem levar em consideração a luta que elas têm empreendido no mundo contemporâneo para ter seus direitos elementares respeitados.

A discussão em torno da condição feminina retorna, na referida obra, no capítulo intitulado **Transição da Idade Média para a Idade Moderna**, onde os autores se dedicaram a identificar as mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no Ocidente medieval que originaram o mundo moderno. Os autores da obra em questão consideraram a urbanização como uma das principais transformações do período e, em um suporte explicativo, como uma espécie de adendo ao texto principal, intitulado **Cidade das Mulheres**, apresentam o papel proativo desempenhado pelas mulheres na economia urbana, sendo fundamentais à preservação da economia familiar, na medida em que representavam uma força de trabalho considerável nas atividades artesanais e comerciais. Além do papel socioeconômico desempenhado pelas mulheres urbanas, os autores também destacaram a participação feminina na economia rural, ressaltando o desempenho das tarefas domésticas e a prática da pecuária e da agricultura, participando ativamente da colheita. Os autores também reforçaram as contribuições das mulheres no campo cultural na medida em que se apropriavam do espaço religioso e intelectual. Como exemplos de mulheres que se destacaram pela sua atuação religiosa e intelectual, são mencionadas Heloisa, Cristina de Pisano, Beatriz de Nazaré, Margarida Kimpe, dentre outras.

A variedade das personagens femininas apresentadas demonstra o conhecimento dos autores sobre o tema estudado. O fato de essas mulheres serem citadas pelo nome é um recurso pedagógico interessante na medida em que permite que tais mulheres se tornem figuras mais próximas aos alunos que as reconhecem como sujeitos do processo histórico e identificam a sua trajetória quando instigados a pesquisar sobre as suas vidas e realizações, como ocorre nas atividades propostas no final do mencionado capítulo.

Apesar do suporte explicativo construído pelos autores não ser extenso e nem profundo, possui informações instigantes e apresenta um panorama que pode ser considerado adequado para um texto complementar, na medida em que desmistifica a noção presente no senso comum da total submissão feminina aos valores morais vigentes na sociedade e endossados pelo discurso religioso. Além disso, esclarece o papel econômico considerável que a mulher exercia na sociedade medieval, como um dos elos nas relações de trabalho urbanas e rurais. Os autores demonstram, então, para os seus leitores que a Idade Média não é um espaço exclusivamente masculino e que, apropriando-se dos espaços deixados em uma estrutura que experimentava transformações nos últimos séculos do período medieval, as mulheres aproveitaram para construir novos lugares sociais. No entanto, apesar de trazer para a sua obra a discussão em torno da condição feminina na Idade Média, os autores demonstraram maior preocupação e empenho em tratar deste tema na realidade ocidental do que na oriental.

A segunda obra analisada é **Estudar História. Das origens do homem à era digital** (2015) e tratou da condição feminina no mundo cristão ocidental e no mundo muçulmano, assim como o primeiro livro analisado. No que se refere ao ocidente medieval, a visão apresentada concentrou-se na noção de que a mulher não era valorizada ideologicamente na sociedade medieval, mas possuía importância socioeconômica considerável no período. Patricia Braik, autora da obra, iniciou a sessão **Mulheres e crianças** dizendo que “Na Idade Média, a mulher era vista ora como santa e mãe, ora como pecadora”,²⁷ mas não esclareceu quem

²⁷ BRAICK, Patricia Ramos. **Estudar História. Das origens do homem à Era digital**. São Paulo: Moderna, 2015. p. 26.

pensou isto, ou seja, não identificou tal afirmação como pertencente ao âmbito discursivo religioso, assumindo-a como homogênea no período medieval.

Tentando aproximar as categorias discursivas mencionadas dos elementos sociais, a autora lembrou a importância que as mulheres alcançaram na economia medieval, lembrando que “(...) No campo, elas assumem praticamente as mesmas tarefas que os homens. Além disso, desempenhavam as atividades econômicas e cuidavam das crianças.”²⁸

Reforçando o papel econômico desempenhado pelas mulheres medievais, a autora lembra que “(...) As mulheres nobres também exerciam algumas funções. Muitas teciam panos de luxo e bordavam, outras eram especialistas em confeccionar tapetes”.²⁹ Tal informação demonstra certo equívoco da autora ao afirmar que as mulheres nobres praticavam a tecelagem por questões econômicas, não considerando que elas eram iniciadas na arte da tecelagem por fatores culturais e ideológicos. A tecelagem era uma prática estimulada nas cortes medievais para que as mulheres se mantivessem ocupadas nas longas horas que passavam em seus gineceus, mostrando-se menos propensas a cometer atos que promovessem a desestruturação da vida cotidiana familiar, como a proliferação de boatos, de intrigas e de atos luxuriosos, condenados pela moral eclesiástica vigente no mundo medieval.

Parece, portanto, que a autora ignora a existência das mulheres que usavam a arte da tecelagem de fato como instrumento de sobrevivência, já que as tecelãs eram figuras presentes em várias cidades medievais. Ao ignorar o papel econômico das tecelãs, a autora também não apresentou aos seus leitores a contribuição das mulheres burguesas no incremento de boa parte do setor artesanal das cidades, tanto como mão de obra principal quanto como mão de obra auxiliar para os seus maridos, donos das oficinas e membros das corporações de ofícios. Na obra **Estudar História. Das origens do homem à era digital**, então, as informações apresentadas acerca da condição feminina medieval ocidental consideravelmente limitadas. A informação restringiu-se a alguns elementos discursivos, tomados como universais, e a uma limitadíssima análise econômica.

²⁸ BRAICK, P. Op. Cit., p. 22.

²⁹ Idem.

A terceira obra analisada é **Historia.doc.**, onde os autores reservaram um espaço considerável à questão da condição feminina no ocidente medieval, que é tratada na sessão **Outras Histórias (personagens) – Mulheres na Idade Média**, que se refere somente a Baixa Idade Média. Os autores, seguindo uma tendência da história social das mulheres, identificaram o casamento como referência primordial para as mulheres medievais, afirmando: “Durante a Baixa Idade Média, a maioria das mulheres estava voltada para o casamento, que era arranjado pela família ou até mesmo pelos senhores feudais.”³⁰ O texto reforça também a ideia de que a vida em família e as atividades do lar eram as principais preocupações das mulheres, mas os autores chamaram a atenção para o fato de que isto não inviabilizava a prática de atividades fora do âmbito doméstico. Para tanto, lembre-se que as mulheres urbanas atuavam como mão de obra consideráveis ao auxiliar os seus maridos no comércio e ressaltam o fato de que haviam profissões que eram exclusivamente desempenhadas por mulheres, como a manufatura dos tecidos. Ainda procurando desmistificar a noção de passividade feminina em relação ao medievo, os autores lembraram que muitas mulheres ocupavam um papel de liderança econômica considerável quando detinham boa parte das propriedades territoriais na França. Destacando também a contribuição cultural das mulheres para o período medieval, os autores mencionam o papel desempenhado por algumas mulheres exemplificando esta noção com elementos biográficos de Cristina de Pizán que, vencendo “as dificuldades impostas pelos homens ao acesso ao conhecimento”, conhecia o latim e a filosofia, além de elaborar poesias que embrionariamente já se referiam aos “direitos da mulher”. Após este suporte informativo, os autores propuseram uma atividade onde solicitaram ao aluno que “Discuta com seus colegas quais dificuldades as mulheres enfrentavam nesse período.”³¹

Apesar da tentativa interessante dos autores em desconstruir uma visão passiva acerca da condição feminina no período medieval, ao propor ao leitor exercícios reflexivos, os autores da referida obra não ofereceram ao seu leitor a base de conteúdo sobre a qual ele poderia guiar as suas pesquisas e reflexões. A

³⁰ VAINFAS, R.; FERREIRA, J. et alli. **História.doc.** São Paulo: Saraiva, 2015. p. 85.

³¹ VAINFAS, R. Op. Cit., p. 34.

história das mulheres, apesar de ter ganhado um espaço de destaque no texto base, parece descolada do restante da narrativa que se concentra no âmbito político e a história medieval francesa como fio condutor. Sem contar o fato de que constrói erroneamente com o leitor a ideia de que a atuação das mulheres na sociedade só foi perceptível durante a Baixa Idade Média.

A quarta obra analisada é **Historiar**, de autoria de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues. Estes ignoram completamente o tema da condição feminina na sociedade medieval ocidental no texto base. Parece que simplesmente para cumprir a exigência da existência de tal conteúdo no livro didático, estabelecida pela BNCC, os autores delegam a ele um espaço em uma sessão de atividades, intitulada **Oficina de História**. A questão proposta consiste na leitura de um trecho da obra *História da Vida Privada* (1990), organizada por Georges Duby e Philippe Ariés referente à educação dos jovens durante a Alta Idade Média, seguida de quatro questões que versam sobre o tema proposto, sendo que a última questão tem o seguinte enunciado: “O texto trata da educação dos rapazes e não das moças. A educação era diferente para os homens e para as mulheres. Isso acontece hoje em dia? Dê a sua opinião e explique suas respostas”.³²

Apesar da intenção dos autores de promover alguma reflexão que leve o aluno a comparar o passado e o presente, que pode ser considerada interessante, os autores não oferecem ao seu leitor nenhum subsídio em termos de conteúdo para orientar esta reflexão. Os autores simplesmente se limitam a afirmar que a educação de rapazes e moças era diferente, não identificando, no entanto, tais diferenças, o que parece inviabilizar qualquer reflexão por parte do leitor. Além disso, optam por abordar tangencialmente o papel social e cultural desempenhado pelas mulheres na sociedade ocidental.

A quinta obra analisada é **Projeto Mosaico. História**. Nela a condição feminina no Ocidente medieval também não encontrou nenhum espaço no texto base, que se concentrou em apresentar uma visão geral e completa da Idade Média, centrando-se nos eixos político e religioso. Somente uma personagem feminina é mencionada em um texto complementar: Joana d’Arc. Tal menção se dá mais

³² COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 24.

devido ao fato de ela ter participado do conflito entre a França e a Inglaterra na constituição dos seus Estados Nacionais do que pela sua condição feminina em si. Há uma sessão intitulada *Conheça Mais* dedicada à apresentação dos dados biográficos da personagem.³³ Joana d'Arc novamente é lembrada em uma atividade proposta no final do capítulo que traz uma versão literária de um trecho da vida de Joana d'Arc, onde a sua atuação heroica é ressaltada. As questões propostas para esta atividade versam sobre a excepcionalidade da ação da heroína e a condição das outras mulheres medievais é totalmente ignorada.³⁴

Fica claro, analisando a referida obra, que seus autores não consideram que o tema da condição feminina no medievo necessite de um espaço específico e amplo de reflexão, ficando restrito a atividades complementares e superficiais, onde investe-se mais na excepcionalidade da figura apresentada, o que dá um tom de exaltação biográfica, do que no reconhecimento das mulheres como personagens históricos que influenciavam coletivamente o processo histórico. Novamente parece que o tema da condição feminina é inserido na obra somente para cumprir a exigência conteudística oficial.

O sexto livro didático analisado aqui é **Jornada.hist**. Ao tratar da condição feminina no Ocidente medieval, os autores tiveram o cuidado de explicar aos leitores a diversidade de condições sociais e econômicas existentes na condição feminina neste contexto. O texto informativo intitulado *Mulheres na Idade Média*, inserido no texto base, só possui três parágrafos, no entanto é bem completo em relação às informações essenciais que um aluno do ensino fundamental tem que possuir. O primeiro parágrafo do texto diz:

Nas sociedades europeias da Idade Média, a situação das mulheres não foi única. Ela era diferente no campo e na cidade, em cada reino e mudou de acordo com a época. Além disso, a vida, os costumes e as funções desempenhadas pelas mulheres dependiam do grupo social a que pertenciam.³⁵

Em seguida, os autores identificam algumas personagens femininas que tiveram atuações consideráveis na guerra (Joana d'Arc) e na literatura (Cristine de

³³ VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Projeto Mosaico. História**. São Paulo: Scipione, 2015. p. 108.

³⁴ *Ibidem*. p. 114-115.

³⁵ VAZ, Maria Luisa; PANAZZO, Sílvia. **Jornadas.hist.**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 103.

Pizán) oferecendo ao aluno uma breve biografia destas mulheres. Para complementar a informação sobre a condição feminina, as autoras indicam ao leitor, na sessão **Não deixe de ler**, o livro de José Rivair Macedo, *A mulher na Idade Média*, que permitirá a ampliação do estudo desta temática àqueles que se interessarem pelo assunto.

Conclusão

A análise das obras selecionadas permite que cheguemos a algumas conclusões significativas. Nota-se em todos os títulos a busca pelo cumprimento das orientações curriculares propostas pela BNCC no que tange ao entendimento da participação feminina na sociedade medieval, mesmo que algumas obras tenham dedicado uma atenção mais elaborada ao tema e outras nem tanto. Esta adequação às normas curriculares inclusive é um dos itens que qualifica as obras selecionadas pelo MEC, no entanto torna-se claro que não garante a qualidade da discussão implementada sobre o tema, como tivemos oportunidade de ver em pelo menos quatro das seis obras selecionadas.

Mostra-se clara também a dificuldade que os autores tiveram em inserir a questão da condição feminina nos textos bases das suas obras, optando por tratá-la em textos complementares ou em atividades de pesquisa e de interpretação. Tal dificuldade pode ser explicada em parte pela clara opção dos autores em utilizar como fio condutor da sua narrativa, a história medieval francesa, como se esta representasse a história do Ocidente medieval. O que se dá pela necessidade ainda existente de priorização de uma narrativa cronológica e política nos livros didáticos. A questão que se apresenta ainda hoje é qual Idade Média pretende-se ensinar aos estudantes brasileiros e ela está longe de ser efetivamente resolvida.

Nota-se em alguns autores a tendência a manter a discussão acerca da condição feminina no campo ideológico, utilizando o discurso clerical ocidental e o religioso como referência. Já em algumas obras identifica-se uma preocupação mais efetiva em acrescentar a esta visão, o estudo das contribuições dadas pelas mulheres nas relações de trabalho. É bom lembrar que as obras que propõem uma análise socioeconômica estão mais próximas às orientações determinadas pela BNCC.

Respeitadas as devidas diferenciações no trato do tema da condição feminina, torna-se claro que ainda há um longo caminho a ser percorrido entre o saber construído nas academias e aquele que é apropriado pelos livros didáticos tanto no que se refere à história das mulheres medievais quanto à própria noção de Idade Média que se pretende ensinar nas escolas brasileiras.

Desta forma, as discussões em torno da história das mulheres medievais e das relações de gênero mostram-se ainda embrionárias nos livros didáticos e, em geral, descoladas de uma análise contextual, não oferecendo ao aluno, portanto, os elementos necessários para que possa identificar a forma como as mulheres eram vistas no contexto medieval sem cair nos perigos do anacronismo e para compreender a maneira como as relações de gênero são construídas historicamente. Comparar as mulheres medievais com as mulheres contemporâneas é um exercício interessante e necessário, no entanto, não é válido para a constituição dos cidadãos brasileiros se for alimentado por noções de vitimização ou de supervalorização do papel feminino.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/4.4.2_BNCC-Final_CH-HI.pdf>. Acesso em: 3 jul 2017.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História. Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983.

BRAICK, Patricia Ramos. **Estudar História. Das origens do homem à Era digital**. São Paulo: Moderna, 2015.

CAMPOS, Flávio.; CLARO, Regina et. alli. **História nos dias de Hoje**. São Paulo: Leya, 2015.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Armed, 2001.

COTRIM, Gilberto.; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**. São Paulo: Saraiva, 2015.

DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAC GINITY, Eliane Goulart. Imagens de mulheres nos livros didáticos de História. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 3, v. 2, jul/dez. 2015. p. 915-932. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/viewFile/63309/36954>>.

PERROT, M. **Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História. Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação e Realidade**., Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. p. 808-821. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>.

VAINFAS, Ronaldo.; FERREIRA, J. et alli. **História.doc**. São Paulo: Saraiva, 2015.
VAZ, Maria Luisa.; PANAZZO, Sílvia. **Jornadas.hist.**. São Paulo: Saraiva, 2015

VICENTINO, Cláudio.; VICENTINO, José Bruno. **Projeto Mosaico. História**. São Paulo: Scipione, 2015.

Recebido: 03/08/2017
Aprovado: 15/10/2017

RAZONES DEL ALMA CONTRITA: FENOMENOLOGÍAS DE LA SAUDADE: APUNTES PARA UNA TEORÍA HISTÓRICO-CULTURAL DE LA SAUDADE

Iván Sánchez-Moreno¹
Grup d'Història de Nou Barris
Universitat de Barcelona

Resumen: El presente trabajo se centra en el análisis de la *saudade* como producto histórico y cultural que ha trascendido en el tiempo y la geografía como un sentimiento cercano a algunos trastornos psicológicos muy concretos. Muy vinculada a la poesía portuguesa y brasileña, la *saudade* puede apreciarse en otras muchas formas de sentimentalidad que implican modos de relacionarse afectivamente con la realidad presente, pasada y futura. Nuestro enfoque partirá de un estudio del concepto de la *saudade* desde tres niveles. Por un lado, atenderemos a las raíces etimológicas que tratan de explicar el origen histórico del término. En un segundo apartado, abordaremos la particular fenomenología que sostiene la afectación *saudosa*. Finalmente, expondremos algunos de los principales rasgos psicopatológicos que se describen en la poesía de género *saudoso*.

Palabras clave: Saudade – Historia – Psicología

REASONS FOR THE SORE SOUL: PHENOMENOLOGIES FROM SAUDADE: NOTES FOR A HISTORICAL-CULTURAL THEORY OF SAUDADE'S FEELING

Abstract: Our paper focuses on the analysis of *saudade* as a historical product that has transcended time and culture as a feeling similar to some very specific psychological disorders. Although *saudade* is closely linked to Portuguese and Brazilian poetry, it can be seen in many other forms of sentimentality involving modes of affective relationship with subjective reality. Our approach will start from a study of the concept of *saudade* from three levels. Initially we will address the etymological roots that try to explain the historical origin of the concept of *saudade*. Later, we will discuss the particular phenomenology that sustains the affectation of *saudade*. Finally, we will present some of the main psychopathological features described in the genre poetry of *saudade*.

Keywords: Saudade – History – Psychology

“A saudade precisa ser falada e sentida para existir”.²

Introducción

La *saudade* es una de las formas sentimentales más complejas del ser humano, pero también una de las que menos atención ha suscitado entre las ciencias sociales. El presente artículo pretende contribuir a este campo poco explotado, partiendo de dos trabajos precedentes y una investigación llevada a cabo en la Universidade Federal do Rio de Janeiro.³

¹ E-mail: ivan.samo@gmail.com

² SILVEIRA, Leonardo Lucena Pereira Azevedo. Para além da origem da palavra *saudade* (ou antropologia de um sentimento coletivo). *Revista Litteris*, v. 4, 2010.

³ SÁNCHEZ-MORENO, Iván. Esa melancolía gozosa que no cesa. Construcción de la *saudade* desde una perspectiva histórico-cultural. *Revista de História Comparada*, v. 10, n. 1, p. 7-57, 2016;

Con el presente trabajo queremos esbozar algunas claves históricas de la *saudade* que pueden explicar la particular fenomenología de ciertos trastornos psicológicos en la actualidad. Para tal fin, será necesario plantear de forma sintética la perspectiva teórica bajo la cual vamos a amparar nuestro trabajo para, seguidamente, recabar las principales explicaciones sobre la naturaleza etimológica del propio concepto de *saudade*. Este punto será crucial para entender la relación que se establece entre el sujeto aquejado de *saudade* y su particular objeto de deseo. Finalmente abordaremos algunos casos ejemplares de la poesía que describen o refieren el sentimiento *saudoso* desde un enfoque psicopatológico, lo que nos ayudará a afianzar una cierta base para un futuro modelo teórico respecto a una clínica de la *saudade*.

Definición de la *saudade*

Contrariamente a lo que pueda pensarse, la *saudade* no ha despertado un relevante interés en las Ciencias Sociales en general y en la historia y la psicología en particular. Esta ausencia entre las preocupaciones de estudio histórico-psicológico no es en absoluto un problema de orden menor. Con el presente trabajo deseamos contribuir con una revisión histórica que permita entender cómo se producen formas de conocimiento y de sentimiento como las que atraviesan la fenomenología *saudosa*.

Nuestro análisis no pretende centrarse únicamente en los orígenes etimológicos de la palabra *saudade*, sino abordar la propia historia del concepto en sí, siguiendo las bases sugeridas por Koselleck.⁴ Para este autor, todos los cambios sociales, culturales e históricos alrededor de un concepto determinado son coetáneos no sólo a los usos lingüísticos de éste, sino también al modo de ser compartidos y desempeñados por los actores que participan en la gestión de ese desarrollo conceptual, en un territorio determinado durante un largo período de tiempo.

SÁNCHEZ-MORENO, Iván. El último aullido de Argos. Esbozos para una psicología de la *saudade*. *Mnemosine*, v. 12, n. 1, p. 122-160, 2016.

⁴ MELO, Victor. *Esporte e lazer: conceitos*, cap. 2, Uma introdução histórica. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 63-113.

Si tomamos en parte el método de Koselleck como planteamiento para nuestro análisis es porque del estudio histórico de un concepto complejo como es la *saudade* se puede producir una teorización sobre dicha *saudade*. No tratamos de diseñar un mapa etimológico, sino también un modelo epistemológico sobre unas formas de vida concretas. El análisis histórico de un concepto nos permita al mismo tiempo observar por un lado cambios en las prácticas que origina dicho concepto y, por el otro, también reseguir la construcción particular de una realidad histórica.

Por tanto, la *saudade* no puede reducirse a la mera explicación de un fenómeno lingüístico, sino a una experiencia históricamente situada que se inmiscuye en un curso filogenético y ontogenético de la existencia humana, tal y como reflejó William James a finales del siglo XIX con su concepción del flujo de la conciencia y de la expresión de las emociones.⁵ Según su teoría, todo pensamiento puede provocar la manifestación de una emoción asociada, pues concibe ésta como una condición más específica de la mente que afecta poderosamente a nuestro cuerpo. A pesar de que el organismo experimente determinadas emociones frente a un estímulo concreto de la realidad, la mente puede valorar y modificar dicha reacción en función de las variables del entorno que le sean más significativas al individuo.

Al respecto, la opinión de Silveira estaría más cerca de los planteamientos de un William James funcionalista si definimos la *saudade* como un sentimiento construido culturalmente pero sujeto también a los cambios en el ambiente.⁶ De haberse cuestionado explícitamente la naturaleza sentimental de la *saudade*, James habría añadido también el condicionante biológico en el propio devenir de una psicología *saudosa*. En cambio, Melo –siguiendo a Koselleck– subrayará la influencia histórico-cultural en la constitución de un concepto, con un efecto recíproco entre historia y lenguaje.⁷ En definitiva, resulta muy complicado separar tantos niveles de abordaje para un concepto tan rico en matices como es la *saudade*.

⁵ JAMES, William. O que é uma emoção? *Clínica & Cultura*, v. 2, n. 1, p. 95-113, 2013.

⁶ SILVEIRA, L. L. P. A. Op. Cit.

⁷ MELO, V. Op. Cit.

El método que propone Koselleck, además, puede considerarse entre otros tipos de análisis particulares de la historia que entienden ésta como un modo reflexivo de la propia subjetividad. El modelo de Koselleck comparte muchos puntos en común no sólo con la tradición filológica, sino también con la filosofía, la hermenéutica diltheyana y la *Völkerpsychologie*. Respecto a esta última, Wundt atiende al estudio científico de todos los productos sociales construidos y compartidos por una comunidad a lo largo de la historia, tales como el lenguaje, los mitos, las artes o las costumbres.⁸ Dichos productos serían el resultado de una progresiva complejidad de la mente colectiva, entendida ésta como conjunto de pensamientos, sentimientos y modos de vida que identifican a todos los miembros de un mismo grupo social. La psicología etnológica que defendía Wundt por encima de la mera psicología experimental –centrada únicamente en los procesos psíquicos más simples– empleó una metodología descriptiva y comparativa propia de las ciencias sociales, en una línea similar a la que propondrá más tarde Koselleck.

Si hemos escogido un objeto de estudio como la *saudade* es porque refleja un buen ejemplo de esa dificultad para transmitir un concepto sólo a través de la palabra, como afirma Silveira al abordar los distintos orígenes etimológicos del concepto *saudoso*: si está considerado como un valor esencial del ser luso-brasileño, será imposible separar la palabra de la propia idea de particularidad del sentimiento al cual se refiere.⁹

Atendiendo a esta postura analítica que parte de las premisas de Koselleck, conviene hacer una distinción entre *palabra* y *concepto*. A diferencia de éste, la palabra carece de connotaciones que trasciendan hasta una dimensión social e incluso política. Según Koselleck, los conceptos deben ser definidos como articulaciones porque no sólo transmiten y comunican información, sino que también la estructuran, la codifican y la ponen en relación con el mundo. Un concepto es, por tanto, una herramienta de interpretación sobre la realidad.¹⁰ En nuestro caso, nos interesa particularmente enfatizar la importancia de un estudio

⁸ WUNDT, Wilhelm. **Elementos de Psicología de los Pueblos. Bosquejo de una historia de la evolución psicológica de la Humanidad**. Madrid: Daniel Jorro, 1920.

⁹ SILVEIRA, L. L. P. A. Op. Cit.

¹⁰ MELO, V. Op. Cit.

histórico de la *saudade* para entender algunos fenómenos vinculados a un malestar psicológico aparentemente sin objeto desencadenante, como veremos a lo largo de este trabajo.

Raíces etimológicas de la *saudade*

Los trabajos como los de Bulat, Silveira, Neto, Mullet, Nascimento y Menandro¹¹ parten de una naturaleza idiosincrática para definir el sentimiento de la *saudade* que iría de la mano de cada cultura y época. Todos ellos analizan la representación de la *saudade* más allá de su dimensión lingüística, ahondando en la significación cultural que tiene tanto en literatura portuguesa como en la brasileña. Para Bulat, la *saudade* está asociada a una psicología popular típicamente portuguesa caracterizada por un sentimiento de vaga nostalgia, una “melancolía pasiva”. Según su análisis, el significado cultural de la *saudade* portuguesa oscila entre: a) una ligera melancolía causada por el recuerdo de un bien del que se está privado; b) un sentimiento de tristeza por la pérdida de alguna cosa con la que se estaba muy ligado afectivamente; y c) el recuerdo de algo agradable pero que se encuentra distante en el tiempo y en el espacio.

Tales interpretaciones son las que Teixeira de Pascoaes (1877-1952) institucionalizó durante el movimiento *saudosista*, ligando la *saudade* al deseo de algo ausente.¹² La intención de Pascoaes por reivindicar la *saudade* como esencia del alma portuguesa a principios del siglo XX respondía a la voluntad de crear un proyecto de identidad nacional a través de la instauración de unas bases estéticas, políticas e incluso religiosas. El *saudosismo* estaba llamado a convertirse en un modelo de referencia para la formación de un espíritu lusitano.

En realidad, la acepción de Pascoaes no hacía más que resucitar una vieja superstición de los marineros portugueses del siglo XV: la creencia de que la *saudade* brotaba en el ánimo de aquéllos que sabían que tarde o temprano

¹¹ BULAT, Zuzanna. Saudade: A Key Portuguese Emotion. **Emotion Review**, v. 4, n. 2, p. 203-211, 2012.; NETO, Félix; MULLET, Etienne. A Prototype Analysis of the Portuguese Concept of Saudade. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 45, n. 4, p. 660-670, 2014.; NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Memória social e saudade: Especificidades e possibilidades de articulação na análise psicossocial de recordações. **Memorandum**, v. 8, p. 5-19, 2005.; SILVEIRA, L. L. P. A. Op. Cit.

¹² NETO, F.; MULLET, E. Op. Cit.; NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. Op. Cit.

acabarían trasladándose “más allá del mar”, convirtiéndose tradicionalmente en un sentimiento exclusivamente arraigado al alma portuguesa de los navegantes que añoraban en las colonias las tierras de origen.¹³ Consecuentemente, Brasil no se libraría de los efectos *saudosos*.

No obstante, si en algo coinciden todas las *saudades* del mundo ex-colonial del reino portugués es en la ambigua expresión simultánea de dos emociones opuestas: por un lado, la felicidad que ofrece el deseo de un objeto o de una persona ausente y, por el otro, la ansiedad que inspira su falta.¹⁴ Se añade a esta ambivalencia sentimental una doble dimensión temporal, pues a través de la nostalgia *saudosa* resuena el pasado añorado y un futuro anhelado en el que se espera recuperar aquello que se desea en el presente.¹⁵ Esta asunción bipolar de la *saudade* quedó fijada en el clásico canon del poeta Almeida Garrett (1799-1854) al definirla como “gosto amargo de infelizes, delicioso pungir de acerbo espinho”.¹⁶

Para probar la confusa pluralidad de significados de los que consta el concepto de *saudade*, Neto y Mullet recogieron un total de 67 categorías distintas asociadas popularmente a la *saudade*, destacando algunas muy contradictorias entre sí. Entre los rasgos emocionales más citados aparecen *tristeza*, *nostalgia*, *dolor*, *sentimiento*, *alegría*, *amor*, *felicidad*, *esperanza*, *afecto*, *infelicidad*, *desesperación*, *preocupación* o el acto de llorar. También se enumeran algunas lecturas psicopatológicas como *melancolía*, *angustia*, *ansiedad*, *nerviosismo*, *impotencia*, *insomnio* o *depresión*. Sin embargo, en el exhaustivo estudio de estos autores llaman la atención otras categorías que hacen referencia a valores materiales o inmateriales como el anhelo por comer la gastronomía del país de origen, la sensación de pérdida, ausencia, vacío o soledad y la asociación con el recuerdo de las pequeñas costumbres cotidianas de la infancia o que quedaron interrumpidas por un cambio de residencia o de hábitos de vida. La memoria, los recuerdos, el deseo, la apelación al pasado y la voluntad de regreso al hogar, la patria originaria o la tierra natal serán otras de las categorías reunidas por Neto y Mullet, así como el reencuentro con la familia o incluso algunas personas fallecidas.

¹³ NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. M. Op. Cit.

¹⁴ BULAT, Z. Op. Cit.

¹⁵ NETO, F.; MULLET, E. Op. Cit.

¹⁶ BULAT, Z. Op. Cit., p. 205.

Menos abundantes resultan las asociaciones con el fado y la revuelta política, aunque contienen un evidente trasfondo nacionalista en el caso portugués debido a su historia política y cultural.¹⁷

Apoyándose en el estudio de Vasconcelos fechado a principios del siglo XX, tanto Nascimento y Menandro como Neto y Mullet apuntan la *soedade* como la principal raíz etimológica de la palabra *saudade*.¹⁸ Concretamente, situarían el origen latino en *solitate*, derivando finalmente en la vía intermedia entre *soidade* y *suidade*. La etimología sigue quedando oscura cuando se intenta legitimar una explicación que vincule el término en el latín primigenio y el significado del concepto en cuestión, cuando autores como Bulat lo asocian más estrechamente a la idea de “salud” (*saúde* en portugués).¹⁹ Según la interpretación dada por Vasconcelos, la palabra *saudade* designaría no sólo la situación que ocupa el individuo en un lugar yermo y su incierto fruto, sino también el estado de ánimo de una persona sin compañía que adquiere no obstante consciencia de su pobre circunstancia existencial. La versión de Bulat, por el contrario, parece más cercana a la propuesta teórica de las emociones esgrimida por el psicólogo William James a finales del siglo XIX, puesto que se subraya la apreciación que el sujeto hace de su propia afectación en el ánimo y en el organismo.²⁰

Para reforzar sus argumentos, tanto Bulat como Silveira sugieren otra posible raíz etimológica desglosada del árabe: *saudah*, traducible como “salud”.²¹ Ambos constatan la existencia del concepto *saudoso* en la lírica árabe presente en la Península Ibérica entre los siglos VIII-XIV. Durante ese largo período de tiempo, muchos términos del léxico arábigo fueron adoptados por el portugués y, en el caso que nos ocupa, el concepto de *saudah* conservó la denominación de una leve melancolía o padecimiento empático que, en un grado elevado, podía rayar el estado de depresión. Silveira lee en la *saudah* poética medieval un tipo de dolor provocado por una aflicción sentimental que originaría su propio género literario.

¹⁷ NETO, F.; MULLET, E. Op. Cit.

¹⁸ NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. Op. Cit.; NETO, F.; MULLET, E. Op. Cit.

¹⁹ BULAT, Z. Op. Cit.

²⁰ JAMES, W. Op. Cit.

²¹ BULAT, Z. Op. Cit.; SILVEIRA, L. L. P. A. Op. Cit.

Sumándose a Bulat y Silveira, también Leal rastrea el sentir *saudoso* en otras culturas y lenguas, aportando no pocas pistas para cartografiar un mapa conceptual de la *saudade* a lo largo de toda la costa europea.²² En inglés, términos como *longing*, *homesickness* y *missing* pueden hacer referencia a una clase de nostalgia, pero también a la falta de un hogar fijo o a un sentimiento de desarraigo personal. En un ensayo de 1920, Vasconcelos defiende esta acepción de la *saudade* como sentido de aislamiento social y patrimonial que surge de la ausencia, el abandono y la carencia no sólo de otras personas significativas, sino también de cosas (materiales e inmateriales) que se desea reencontrar.²³ La palabra alemana *Heimweh* también incide en el desamparo, la tristeza y la melancolía que se apodera de la personalidad de quien la padece, un tipo de sufrimiento que Nascimento y Menandro designan como “mal por ausencia” y que brota de la nostalgia por regresar al hogar familiar.²⁴

La discusión etimológica se extiende hasta otras latitudes en las que la nostalgia también se circunscribe a la idea general de patria, además de al simple recuerdo de bienes materiales (*souvenir*, en francés) o al de un amor entendido como sentimiento abstracto (*remembrance*, en inglés). En este último caso, el sentimiento aparece aunque la persona amada se encuentre presente, pues lo que se valora es algo que trasciende el espacio y el tiempo presente. *Sehnsucht*, en alemán, también se refiere al deseo del reencuentro y del regreso al hogar, pero mezclado con la percepción del dolor psicológico. Silveira desconfía de una interpretación etimológica para la *saudade* que sea concebida de la misma forma por toda la comunidad, pues si se liga su origen a la palabra *solitudo* o *soliditas* proveniente del latín, ésta no puede referirse más que a la soledad individual, no a un sentimiento colectivo.²⁵

Otros significados otorgados al sentimiento *saudoso* son el recuerdo asociado a algo o alguien ausente, razón por la que la filóloga Carolina Vasconcelos

²² LEAL, Joao. The making of *saudade*. National identity and ethnic psychology in Portugal. In: DEKKER, T.; HELSLOOT, J.; WIJERS, C. (Ed.), **Roots & Rituals. The Construction of Ethnic Identities**. Amsterdam: Het Spinhuis, p. 267-288, 2000.

²³ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. Sobre la *saudade* portuguesa. **Quarto de Traducción**, v. 10, 2013.

²⁴ NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. Op. Cit.

²⁵ SILVEIRA, L. L. P. A. Op. Cit.

traza ciertas conexiones con otras lenguas a través de palabras como *soedades* (en gallego); *anyorança* (en catalán); *desio* o *disio* (en italiano); *doru* o *dor* (en lengua rumana); *saknad* (en sueco) o *saknaor* (en islandés). Vasconcelos también afirma otras equivalencias con la *senhardade* asturiana, la *morriña* gallega, el *langtan* sueco y el citado *Sehnsucht* alemán, aunque a éste le atribuye un carácter mucho más metafísico que a la *saudade* original, pues aspira a alcanzar regiones sobrenaturales y, por tanto, se acercará más al estado de beatitud y de éxtasis propio de los místicos.²⁶ Soto prosigue la búsqueda etimológica iniciada por Vasconcelos casi un siglo antes, resiguiendo por toda Europa otros estados de ánimo similares, según la definición idiosincrática de cada cultura. Soto integra todos estos sentimientos bajo la etiqueta genérica de *Stimmungen*, pero no añade nada nuevo a las apreciaciones que hiciera Vasconcelos.²⁷

Ramón Piñeiro es otro autor que parece confiar plenamente en la idiosincrasia universal de la *saudade*, entendiendo la ésta como una emoción ligada exclusivamente a una cultura determinada. Piñeiro cuestiona que la *saudade* –que él también considera más cerca del sentido primigenio de la *saudah* árabe– no pueda tener traducción fuera de la lengua y la cultura portuguesa.²⁸ Si dicha emoción forma parte de una comunidad colectiva es porque ésta participa en el conjunto de unas estructuras compartidas y reguladas a través de sus costumbres, sus rituales, su literatura, etc.; es decir, lo que Koselleck reúne bajo el manto general de la historia.²⁹ Dichas condiciones histórico-culturales generarán, difundirán y mantendrán unos modos específicos de sentir el mundo. No obstante, Piñeiro –muy influido por las tendencias existenciales en boga en su momento– entiende que la típica confusión entre la *saudade*, la nostalgia y la melancolía como sentimientos afines se debe al reduccionismo psicológico con el que se pretende explicar un fenómeno tan complejo.

Piñeiro aboga por un análisis histórico-cultural más profundo de las diferencias –a veces muy sutiles– entre sentimientos afines a la *saudade*: no sólo a través del estudio psicológico de la personalidad de cada pueblo, sino también de

²⁶ VASCONCELOS, Op. Cit.

²⁷ SOTO, Luis. **O Labirinto da Saudade**. Santiago de Compostela: Laidvento, 2012.

²⁸ PIÑEIRO, Ramon. **Filosofía da Saudade**. Vigo: Galaxia, 2009.

²⁹ MELO, V. Op. Cit.

los atributos naturales y/o paisajísticos de cada región. Al respecto, dice Piñeiro, aunque la *saudade* puede admitirse como algo universal, no se vive por igual en cada lugar del mundo, desmarcándose diferencias muy significativas entre culturas a las que tan sólo separa una frontera política, como es el caso de Galicia y Portugal.

Leal, en cambio, es de los que afirman con rotundidad que la *saudade* es un reflejo del alma portuguesa, un cruce intransferible entre pasión y tristeza caracterizado por el recuerdo de un pasado idealizado y la fabulación de esperanzas imaginarias. Leal se ciñe al reclamo que hacen de la *saudade* los poetas adscritos al movimiento saudosista –encabezado por Fernando Pessoa– como algo propiamente autóctono.³⁰

Según Joao Leal, la *saudade* identifica al *ethos* portugués y su particular sensibilidad idiosincrásica. Para justificar sus argumentos, se remonta históricamente hasta antecedentes literarios del siglo XV ya apuntados hace cien años por Teixeira de Pascoaes, situando su posible origen en la Era de los Descubrimientos. Vasconcelos también admite esa posibilidad originaria, destacando toda la simbología *saudosa* que impregna la poesía de aquel momento escrita en (o haciendo referencia a) las colonias portuguesas en tierras africanas, asiáticas y americanas. En tales casos, la *saudade* queda inscrita en el recuerdo de los goces pasados y la incertidumbre de volverlos a vivir. Como ya ha quedado dicho, la *saudade* nacería de la ambivalencia entre, por un lado, la pena por no disponer de ellos en el tiempo presente y, por el otro, el disfrute sólo a través del recuerdo. La *saudade*, por tanto, brotaría del deseo frustrado que se experimentó en los días pasados y la esperanza del reencuentro futuro con aquello perdido.³¹

Fenomenología de la *saudade*

La introducción de una variable como la valoración que el sujeto hace de su grado de esperanza para recomponer la subjetividad propia que quedó escindida en el pasado o la recuperación de aquel objeto de antaño que le era tan íntimo es importante en la medición subjetiva de la propia *saudade*. Laín Entralgo subraya que la actitud de la espera será parte indisoluble del proceder *saudoso*. Pero esta

³⁰ LEAL, J. Op. Cit.

³¹ VASCONCELOS, Op. Cit.

espera puede alargarse indefectiblemente en el tiempo, anticipándose a la posibilidad de que tras la espera no se pruebe el reencuentro con ningún objeto de deseo. Como resultado, la personalidad *saudosa* sería capaz de experimentar alegría, aunque sea vinculando ésta a una esperanza irresolutiva. El *saudosismo* implantado por Teixeira de Pascoaes colocaba, de hecho, el acento en un papel más activo por parte del sujeto *saudoso* por construir su propia capacidad de deseo y esperanza. En esta visión de la *saudade* como un artificio sentimental para crear una falsa esperanza, Prado Coelho (1885-1952) aprecia una connotación política cuya razón de ser hunde sus raíces en el momento socio-histórico en el que brotó el *saudosismo*, remarcando las intenciones patrióticas frente a un pasado monárquico y sin posibilidades de cambio.

Torres Queiruga no niega la oscuridad conceptual que envuelve la definición ontológica de la *saudade* al carecer de un objeto claro de deseo.³² Ramón Piñeiro concibió la *saudade* en un célebre ensayo de 1951 como “un puro sentir indiferenciado” entre la sensación de angustia y de esperanza, enmarcadas ambas entre el recuerdo acerca del pasado y el porvenir del futuro. Teixeira de Pascoaes lo resume con este pensamiento: “Tocamos a lembrança e a esperança”. Al fin y al cabo, según esta concepción ontológica que propone Torres Queiruga, angustia y esperanza no suponen una contraposición en la que ambas se anulen mutuamente. Ernst Bloch (1885-1977) y Max Scheler (1874-1928) son dos de los autores que cita Torres Queiruga para tratar de reintroducir la *saudade* en el conjunto de sentimientos espirituales que oscilan entre los polos valorativos de la propia subjetividad: el bien y el mal, la bondad y el pecado, la salvación y la condena, la gloria y la desdicha, la esperanza y la angustia, etc. La visión de Bloch surge como respuesta contra el existencialismo de mediados del siglo XX, preocupado por la transformación negativa del mundo. En consecuencia, el pensamiento de Bloch se erigiría contrario a la actitud derrotista, pasiva y aburguesada de autores como Jean-Paul Sartre. La concepción sentimental de Bloch defenderá por tanto un tipo de energía vital en algunas personas concretas impulsadas por una tendencia instintiva (*Streben*) que irá consolidándose y tomando forma en la conciencia por

³² TORRES QUEIRUGA, Andrés. **Para unha filosofia da saudade**. Orense: Fundación Otero Pedrayo, 2003.

medio de una experiencia sentimental (*Sehnen*). Dado que a dicho instinto le procede una toma de conciencia, no puede confundirse esta concepción sentimental con el instinto fundamental, inconsciente y primitivo que apuntaban otros autores de la corriente psicoanalítica como Freud, Jung o Adler –y que éstos llaman libido o *Trieb*–.

No serán los únicos referentes citados por Torres Queiruga para explicar el proceso ontológico de la *saudade*. En su extenso estudio asoman otras referencias a San Agustín, Descartes, Spinoza, Kierkegaard y Bergson. Pero será particularmente Martin Heidegger (1889-1976) el más influyente al hablar de la angustia (*Angst*) existencial. En la perspectiva heideggeriana no hay cabida para la esperanza que reivindicaba el movimiento del *saudosismo* portugués: según Leonardo Coimbra (1883-1936), por citar alguno de los escritores *saudosistas* nombrados por Torres Queiruga, toda *saudade* está transitada en mayor medida por la esperanza porque ésta aviva el presente con una querencia ambigua hacia el futuro. Sin embargo, el planteamiento de Heidegger se centra en el encuentro sentimental entre el yo y las circunstancias que le envuelven (*Befindlichkeit*), sin que ello plantee avance alguno respecto al momento presente.³³

Esta negatividad del entorno se traduce en algunos poemas románticos en la descripción que el poeta hace de su vida presente como una incierta temporada de amargura, pero también cuando afirma de modo radical que la única opción para dejar de sufrir en un mundo hostil es la muerte. Antes de que ésta llegue, el sujeto *saudoso*, carente de la posibilidad del reencuentro con un objeto de deseo que desconoce, se ve obligado a penar por una vida amargada.³⁴ A este dolor metafísico lo denomina Mircea Eliade como un “destierro del alma”, un estado anímico caracterizado por una ausencia (personal u objetual) que destruye el cumplimiento de un destino marcado y que, por tanto, impide que se reintegre la vida en toda su plenitud. No obstante, Mircea Eliade no menciona la *saudade* sino el concepto tradicional del *dór* rumano, cuyo motivo teleológico no es el de sufrir por

³³ HEIDEGGER, Martin. Ser-en-el-mundo. In: SAKAKIAN, William S. (Ed.), **Historia de la Psicología**. México: Trillas, 2003. p. 559-563.

³⁴ CAVALCANTI, Camillo. **Modernidade Brasileira: Poesia Ottocentista**. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013. p. 251-265.

alguna cosa concreta, pues se puede sentir el *dór* sin necesidad de un estímulo exterior que lo desencadene.³⁵

La angustia *saudosa* surgirá por la ausencia del objeto mismo y manteniéndose la constitución de un sentido trágico de la existencia, que Cavalcanti advierte en buena parte de la poesía romántica portuguesa y brasileña.³⁶ La reformulación masoquista que sugiere el autor para el sentimiento *saudoso* se explica por elegir –conscientemente o no– un objeto de deseo tan insustituible como inalcanzable, por lo que si el sujeto proclive a una sensibilidad *saudosa* se fija obsesivamente a dicho objeto idealizado, se acrecentará su malestar al mismo tiempo que centra toda sus atenciones en ese objeto.

Es tal la obsesión por este objeto de deseo que el sujeto *saudoso* acaba configurando su autoestima en relación con éste: cuanta mayor sea la distancia que le separa del objeto de deseo, menor será la autoestima. Así, el sujeto melancólico al que nos referimos se autodestruye en una correspondencia ambivalente: si bien el deseo de alcanzar y/o recuperar el objeto provocaría la redención y la restitución del sujeto, también la perdurabilidad del deseo acrecienta el proceso de autolisis. Cavalcanti lo ejemplifica con estos versos de Álvares de Azevedo, sufriente por la falta de su amada: “Quanto sofro por ti! Nas longas noites / Adoeço de amor e de desejos”.³⁷ Manuel Bandeira aporta otro ejemplo en la obra de Gonçalves Dias (1823-1864) donde el autor describe su sufrimiento vital como una profunda nostalgia y un amplio sentimiento de insatisfacción que sólo conseguía aplacar ante el espectáculo de la belleza de los paisajes patrios, el afecto por la recuperación de los amigos ausentes o la fe en sus creencias religiosas. Sirvan estos versos de *Lira quebrada* como ejemplo:

Uma febre, um ardor nunca apagado,
Um querer sem motivo, um tédio a la vida
Sem motivo também –caprichos loucos,
Anelo doutro mundo e doutras coisas;
Desejar coisas vãs, viver de sonhos,
Correr após um bem logo esquecido,
Sentir amor e só topar frieza,

³⁵ SÁNCHEZ-MORENO, I. Op. Cit.

³⁶ CAVALCANTI, C. Op. Cit.

³⁷ Ibidem. p. 65.

Cismar venturas e encontrar só dores.³⁸

Muy diferente es la visión de Pérez Fernández, para quien la *saudade* carece de un objeto al que dirigirse ni depende de la voluntad del sujeto.³⁹ En línea con éste, en su aproximación a la *saudade*, Soto también la define como una “plenitud incompleta”, cercana a la concepción de la *morriña* gallega como “ausencia presente”.⁴⁰ Si bien en la primera se da un carácter más activo que en la segunda, lo importante es el lazo intersubjetivo: es decir, a diferencia de lo que propone Cavalcanti sobre la *saudade* fenomenológica, puede existir *saudade* aunque el objeto se encuentre presente, pues el acento no se sitúa en el objeto que motiva el sentimiento sino en las cualidades personales y afectivas de la sensibilidad del propio sujeto *saudoso*.⁴¹ Esta mirada ontológica del propio “ser saudoso” queda en litigio con la que sugiere Soto respecto a la citada *morriña*, donde el énfasis se sitúa en el objeto añorado y/o anhelado, del que el sujeto está privado. El proceso siguiente es el sufrimiento por una ausencia anticipada (pues podría acontecer en el futuro) o por una ausencia imaginada (que podría haber ocurrido en el pasado).

Torres Queiruga ve con claridad esta idea de la ausencia en los antiguos cancioneros, refiriéndose éstos a la mujer amada, las amistades más íntimas o la tierra de origen. En tales casos, la *saudade* queda ligada a una relación directa con el objeto de sentimiento.⁴² Como muestra, la poesía de Luis de Camoês (1524-1580) hace mención a menudo de la distancia que separa al poeta de su país de cuna, y lo hace estableciendo analogías con el símbolo bíblico del destierro de Sión (Is. 62: 1-14).⁴³

No se trata en este caso de una ausencia cualquiera, sin objeto. Esta *saudade* por ausencia implica la conciencia de un yo que se experimenta determinado por la falta de algo o de alguien. El sujeto *saudoso* sabe que su ser será siempre incompleto sin la presencia de aquello o aquél que le falta. Si atenemos a los

³⁸ BANDEIRA, Manuel (Comp.). **Apresentação da poesia Brasileira. Uma antologia de poetas brasileiros**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967. p. 54.

³⁹ PÉREZ FERNÁNDEZ, Abraham. *Filosofía da saudade*. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**, v. 30, n. 2, p. 573-616, 2013.

⁴⁰ SOTO, L. Op. Cit, p. 126.

⁴¹ CAVALCANTI, C. Op. Cit.

⁴² TORRES QUEIRUGA, A. Op. Cit.

⁴³ **Nueva Biblia de Jerusalén**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2006.

principales referentes que pueblan la poesía *saudosa*, proliferan la persona amada y la tierra de origen, lo que certifica la etimología formulada por Ramón Piñeiro, señalando que la suma de las raíces griegas *algos* y *nostos* equivale a la *nostalgia* que fundamenta el sentido *saudoso* y que abunda en los cantos que surgen histórica y culturalmente como consecuencia de la emigración.⁴⁴

Esta última perspectiva revela una interpretación fenomenológica de la *saudade* como cualidad sensible del ser humano. Según éstas, el estado *saudoso* depende de la percepción de una situación concreta de equilibrio psíquico con el mundo. En función de la apreciación de ajuste o desajuste con las expectativas presentes de la vida, el sujeto *saudoso* tomará conciencia de sí mismo en relación con el mundo. Esta conciencia *saudosa* trasciende todo límite espacio-temporal porque no se fija únicamente en el presente, sino que establece lazos afectivos con los recuerdos del pasado y las expectativas del futuro.

Por otra parte se trata de un fenómeno sensible porque combina paradójicamente dolor y placer. Así lo manifiesta tanto la definición de *saudade* que hace Francisco Manuel de Melo (1608-1666) en el siglo XVII –“É um mal, de que se gosta; e um bem, que se padece”– como la de Almeida Garrett (1799-1854) en el XIX –“Saudade, gosto amargo de infelizes”–. A éstas cabe añadir la definición que hizo Vasconcelos en 1920 sobre la *saudade* como un sentimiento “dulce-amargo” similar al *joy of grief* de los ingleses. Este carácter paradójico es lo que en Torres Queiruga va a fundamentar la polarización ambivalente entre la ausencia del objeto de deseo cuyo recuerdo hace presente un placer a él asociado.

La definición de la *saudade* que hace Almeida Garrett en el párrafo anterior nos remite no sólo a la ausencia del objeto de su deseo, sino también al placer de su remembranza. Otros autores como Álvares de Azevedo (1831-1852), Gonçalves Dias (1823-1864) y Casimiro de Abreu (1839-1860) también explotarán el género *saudoso* profundizando en la temática amorosa. Pero en los poetas citados, el amor no es un sentimiento del todo gratificante. En *Amor é médo*, por ejemplo, Casimiro de Abreu menciona la alegría presente del amor correspondido, pero también la angustia que sufriría al llegar el fatídico instante de la ruptura.

⁴⁴ PIÑEIRO, R. Op. Cit.

A Gonçalves Dias, por el contrario, le sobraban motivos para remarcar la ausencia de su amada a raíz del desplante de ésta el día de su boda en 1851: tras la negativa ante la idea de casarse con él, el poeta vertió mucha de su pena en poemas de explícito título: *A sua voz, Nao me deixes, Se morre de amor*, etc. El caso de Álvares de Azevedo era bien distinto, porque según confiesa por carta a un amigo, había rechazado muchos compromisos con mujeres que, a pesar de su belleza, le parecían “estatuas estúpidas y sin vida”.⁴⁵ No obstante, reconoce más adelante su particular sufrimiento por la soledad y el ansia insatisfecha de amor correspondido. Para remarcarlo, en varios de sus poemas traduce la soledad de sus noches en la expresión de un dolor psicofisiológico.

La descripción de la *saudade* que aborda Azevedo da la razón al filósofo José Ortega y Gasset, quien en un ensayo de 1926 establece un sólido puente argumental entre el amor a la amada, el amor místico a Dios y los estados alterados de conciencia como el éxtasis o la hipnosis. Pero el autor también calibra el valor subjetivo del amor en base al dolor que provoca su pérdida: “el amor es a veces triste, triste como la muerte, tormento soberano y mortal. Es más: el verdadero amor se percibe mejor a sí mismo y, por decirlo así, se mide y calcula a sí propio en el dolor y sufrimiento de que es capaz”.⁴⁶ Esta característica fenomenológica parece coincidir en muchas de las perspectivas teóricas que tratan de asentar una definición común de la *saudade*, a pesar de la disparidad de entornos históricos y culturales en los que la *saudade* haya sido abordada.

Acercamientos psicopatológicos a la *saudade*

Debido a la gran pluralidad de enfoques sobre la toma de conciencia *saudosa* que hemos visto, no siempre se llega a un consenso epistemológico sobre la propia definición de la *saudade*. Théodule Ribot, por ejemplo, concluirá que existen ciertos fenómenos complejos de alteración de la conciencia en los que se da una hipertrofia atencional y un bloqueo de la propia voluntad por causa de un estado melancólico afín al que identifica a la *saudade*. Si bien los primeros escritos de Ribot sobre el tema datan de 1883, no tardarán demasiado en aparecer otros

⁴⁵ BANDEIRA, M. Op. Cit., p. 67.

⁴⁶ ORTEGA Y GASSET, José. **Estudios sobre el amor**. Barcelona: Círculo de Lectores, 1966.

autores que reorientarán sus explicaciones hacia causas de origen histérico: es el caso de Krafft-Ebing, quien en 1897 asociará exclusivamente estos fenómenos psíquicos de hipersensibilidad al género femenino; o el de André Godfernaux, quien hará lo propio vinculando los trastornos por disociación cognitivo-afectiva a una mayor intensidad del aparato sensitivo y a una menor capacidad de razonamiento; o el de Ernest Murisier, quien en 1902 plantea que el desbordamiento de la afectividad aniquila la capacidad de pensamiento.⁴⁷

No obstante, durante el siglo XIX abundaron los textos escritos por poetas y literatos que, haciéndose eco de la terminología científica de la época, trataban de explicar o describir el estado afectivo de la *saudade*. Augusto de Anjos (1884-1914) es uno de los ejemplos aportados por Manuel Bandeira: el poeta se referirá a menudo a su propia salud nerviosa como “neurosis del infinito” o “expresión paroxística profundamente hipocondríaca”.⁴⁸ Algo de razón tenía el autor al hablar así de la naturaleza insana que le inspiraba su obra escrita, pues murió a la edad de 30 años.

Cavalcanti refiere otros muchos poetas románticos que explican su *saudade* desde los aspectos patológicos, concentrando toda su atención en describir cómo se sienten al pensar en la distancia o en la indiferencia de su amada. Cavalcanti apunta numerosas representaciones mórbidas que configuran un típico cuadro melancólico, subrayando el estado doliente o moribundo de cada poeta romántico. Esta “patología del espíritu”, parafraseando literalmente al autor, centra su atención en el proceso de acentuada degradación de su propio sentimiento, trastocando el afecto amoroso en profunda tristeza o remarcando el tormento físico y la amenaza de la muerte.⁴⁹ En la poesía de Alphonsus de Guimaraens (1870-1921), por ejemplo, abunda la imagen del propio poeta bajo un severo estado alucinatorio como efecto de pérdida de voluntad por culpa de la *saudade*, describiéndose a sí mismo caminando solo, errante y desnortado, a la deriva hasta el fin de su destino. Títulos como el de *Náufrago* ejemplifican sin ambages este padecimiento en soledad, movido por una fuerza sobrenatural que le obliga a

⁴⁷ ÁLVAREZ, Francisco Javier. **Mística y depresión**. Madrid: Trotta, 1997. p. 228-230.

⁴⁸ BANDEIRA, M. Op. Cit. p. 122.

⁴⁹ CAVALCANTI, C. Op. Cit. p. 73.

caminar desorientado bajo un estado alucinatorio perpetuo y un abandono total de la conciencia.

Cavalcanti concluye además que en la poesía *saudosa* del Romanticismo el amor se percibe mejor cuanto más se sufre por él, midiéndose la intensidad afectiva por medio del dolor que provoca su falta. Llevada al extremo la obsesión *saudosa*, ésta puede superar la propia capacidad de control voluntario de los afectos. Ésta es la explicación que arroja el doctor Pi i Molist para justificar los delirios monomaníacos del Quijote en pos de su irreal Dulcinea:

puede sostenerse que la existencia ó realidad corpórea que él daba á la señora de sus pensamientos, era pura fantasía de una concepción delirante: realidad subjetiva, la única que cabe en este fenómeno patológico; existencia que no lo es sino en la mente del orate; el cual, sin embargo, tiene certidumbre tan firme, por lo menos, de ella como de la misma realidad sensible.⁵⁰

Una segunda tendencia en la poesía *saudosa* se limita a describir las manifestaciones psicofisiológicas vinculadas al sentimiento de *saudade*. La poesía portuguesa y brasileña está trufada de ejemplos que reflejan en buena medida el pensamiento de psicólogos de finales del siglo XIX como William James y Carl Lange sobre las manifestaciones emocionales.⁵¹ Tanto Alphonsus de Guimaraens (1870-1921) como Álvarez de Azevedo (1831-1852) van a ser algunos de los autores que más remarcarán los aspectos psicofisiológicos de la *saudade*. El primero se refiere a la *saudade* en términos de “certo o coração de tudo esquece, / Quando muitos anos sao passados”, describiendo el dolor anímico que siente al pensar en el tiempo pasado igual que si le escociera el propio corazón.⁵² Siguiendo la metáfora empleada por Luis de Camões –“Regándo-vos com lágrimas saudosas, / E nascerão saudades de meu bem”–, en su poema *Saudades* Álvarez de Azevedo se sirve de la analogía de la “furtiva lágrima” para sintetizar en una mera reacción corporal todo el sentimiento contenido que implica la *saudade*. Como se ve, el sufrimiento *saudoso* reflejado en versos que recurran a manifestaciones reactivas

⁵⁰ PI Y MOLIST, Emilio. **Primores del Don Quijote en el concepto médico-psicológico y consideraciones generales sobre la locura**. Barcelona: Imprenta Barcelonesa, 1886. p. 25.

⁵¹ LANGE, Carl. Teoría de las emociones. *In*: SAHAKIAN, William S. (Ed.), **Historia de la Psicología**. México: Trillas, 1992. p. 245-247; JAMES, W. Op. Cit.

⁵² CAVALCANTI, C. Op. Cit. p. 251.

del cuerpo constituirá un modo de vida de intrínsecos reflejos psicosomáticos, partiendo así de una interpretación del pensamiento como consecuencia de un estado afectivo del cuerpo. Un estado afectivo al que debe dotarse de valor para que adquiere connotación humana.

La otra tendencia sobre la naturaleza psicopatológica de la *saudade* dirige el foco hacia los condicionantes innatos del propio sujeto *saudoso*. James parece admitir en su decimonónica teoría de las emociones que algunas personas nacen con una sensibilidad especial.⁵³ James no será el único a finales del siglo XIX que suponga una correlación directa entre la hipersensibilidad y la enfermedad mental. Max Nordau es de los que asocian la genialidad creativa con la psicopatología,⁵⁴ como también George Beard, quien en 1869 acuñó el término “neurastenia” para designar a quien sufre alteraciones en la estructura química del sistema nervioso hasta debilitar su propio tejido y cuyo mal afectaría sobre todo a los artistas que sobrepasaban las posibilidades creativas de la media poblacional, según admitiría el poeta Fernando Pessoa sobre sí mismo casi medio siglo después.⁵⁵

De hecho, Lombroso será uno de los referentes en boca de Pessoa para justificar el origen biológico de la personalidad *saudosa*, haciendo acopio de la etiología degeneracionista que vinculaba herencia mórbida y cualidades psicológicas superiores. Pero Pessoa añadía otra discutible fuente como es la de Kraepelin, asociando la causa de la degeneración nerviosa de algunos artistas con el alcoholismo y la sífilis.⁵⁶

Las citas a estos alienistas y teóricos de la psicopatología no son gratuitas en el caso de Pessoa. El poeta, convencido de su propia aura de genialidad, apreciaba en sí mismo una naturaleza sensible superior al resto de mortales, viendo una similitud entre el genio poético del sujeto *saudoso* y la histeria por medio de la elevación de los sentimientos. La exagerada intensidad afectiva tendría un paralelismo con algunas teorías sobre la epilepsia, así como las actitudes pasionales a las que tanto contribuyó Charcot a finales del siglo XIX en sus estudios

⁵³ JAMES, W. Op. Cit.

⁵⁴ NORDAU, Max. **Fin de Siglo**. Jaén: Del Lunar, 1999.

⁵⁵ PESSOA, Fernando. **Etopatología. Escritos sobre genio y locura**. Barcelona: Acantilado, 2013. p. 229-246.

⁵⁶ *Ibidem*. p. 230.

sobre la histeria. Pessoa compilaba todas esas interpretaciones para explicar la naturaleza psicopatológica de su propia inspiración poética.

Para ello, el poeta portugués compuso un desordenado esbozo de lo que él mismo denominó *Etopatología*, definiéndola como una ciencia sobre el carácter mórbido con la que pretendía dar respuesta a diversas dudas sobre el alma humana desde tres focos: la naturaleza del criminal como ser antisocial, el alienado como ser extrasocial y el genio como suprasocial, afectados todos ellos por una sensibilidad fuera de lo común. En el caso del genio, según la particular *Etopatología* pessoiana, el individuo presenta una inteligencia superior a la media y sufre impresiones anormales no sólo por las cosas que percibe, sino también por las ideas que asocia mentalmente. Según la teoría del poeta, el genio se caracteriza por una locura talentosa que encuentra en la *saudade* un posible medio de expresión sentimental. La *saudade* queda así vinculada a un tipo de neurosis que provoca exaltaciones, de orden instintivo e involuntario, y que domina la razón de los individuos a través de las pasiones.

Dos son las principales causas que señala Pessoa respecto a esta “locura *saudosa*”: por un lado, una posible lesión orgánica en los tejidos del sistema nervioso; por otro, un temperamento innato más hipersensible. Los hombres de campo, afirma Pessoa, serán más impresionables que los de ciudad, mientras que la herencia genética, la neurastenia y la intoxicación por alcoholismo o sífilis podrían condicionar otros factores de tendencia psicopatológica acerca de la *saudade*. El propio Pessoa analizaría sus propios antecedentes familiares añadiendo a su *Etopatología* un árbol genealógico en el que señala un padre tuberculoso, una abuela paterna que sufrió perturbaciones mentales sin determinar y una tía materna afectada por crisis nerviosas que tampoco específica.⁵⁷

Manuel Bandeira refiere otros ejemplos de poetas que describen su condición *saudosa* como una afección psíquica. El caso de Junqueira Freire (1832-1855) es harto evidente en poemas como *Louco* y *Hora de delirio*, pero también en algunos textos de Mário Pederneiras (1867-1915) en los que se asocia la *saudade*

⁵⁷ Ibidem. p. 239.

con el paso del tiempo y la impotente contemplación del propio envejecimiento, un sentimiento que oscila en ocasiones hacia el estado maníaco y otras hacia la depresión.⁵⁸

Muchos otros románticos brasileños del siglo XIX manifiestan la influencia del *mal du siècle* presente en la poesía europea a la que se refiere Max Nordau (1999). De éste van a adoptar la descripción de la melancolía *saudosa* por medio de referencias a una salud precaria y a una indisimulada obsesión por la muerte. Álvares de Azevedo (1831-1852) será uno de ellos: reconociendo el influjo de Lord Byron, en la obra de Azevedo la muerte y el desamor irán de la mano como un mismo sentimiento de angustia. En cuanto a Machado de Assis (1839-1908), el deseo de muerte impele hacia la trascendencia por medio de la poesía escrita, pero asume las consecuencias psicossomáticas del genio creador que, a medida que le otorga una cierta garantía de glorificación *post-mortem*, mina su salud por una sensibilidad enfermiza. Sin ir más lejos, en *Uma criatura* define al poeta como “un genio de la autodestrucción”, mientras que, parafraseando a Baudelaire, acusa al sentimiento poético de ser “la podredura de un leproso”. Esta aura fúnebre que comentamos en Machado de Assis también impregnará las obras de Alberto de Oliveira (1857-1937). Si bien éste interpreta la *saudade* como expresión de una extraña forma de energía amenazadora que todo lo cubre, en la obra del primero reaparecerá la noche a menudo como una presencia amenazadora que envuelve todo de una funesta *saudade*.

El propio Bandeira sigue el rastro de la muerte hasta la concepción de la *saudade* en pleno siglo XVIII, cuando autores como Basílio da Gama (1741-1795) y Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) la sugieren como una personificación de la naturaleza que refleja un estado mórbido del propio poeta. Cavalcanti, además, subraya algunos otros elementos simbólicos de la poesía *saudosa* que exhiben connotaciones patológicas o una velada cita a la muerte como una amenaza existencial más invasiva que el propio tedio.⁵⁹ Pero si existe un símbolo por antonomasia en el que coincide la poesía brasileña y portuguesa al referirse a la *saudade* es sin duda alguna el elemento marino. Bulat sitúa en la *Época dos*

⁵⁸ BANDEIRA, M. Op. Cit. p. 224-226.

⁵⁹ CAVALCANTI, C. Op. Cit.

Descobrimientos el punto álgido de la poesía *saudosa*, puesto que muchos poemas de por entonces hacen mención explícita al temor a lo que encontrarán más allá del mar, en las colonias, cuán lejos queda la posibilidad de regreso y las personas y cosas queridas en la distancia y, por último, qué cambios van a aquejar a los objetos de su añoranza a medida que pase el tiempo.⁶⁰

Otros autores como Fagundes Varela (1841-1875) encontrarán la inspiración de su propia *saudade* haciendo de sí mismos un examen hipocondríaco. Varela, además, añadirá el sufrimiento por su inadaptación social en las ciudades, huyendo a menudo hacia la naturaleza salvaje para vivir como un bohemio, inseparablemente de una botella de *cachaça*.⁶¹ Así, la muerte acompañará al poeta en el *Cântico do Calvário*, una sentida elegía que compuso para su hijito, fallecido con tan sólo tres años de vida. Posteriormente, Varela cultivaría una poesía de temática patriótica con la que no alcanzaría los mismos éxitos de antaño.

Conclusiones

Al inicio del presente trabajo formulamos como principal objetivo del mismo poner de relieve la intrínseca relación histórica que ha consolidado los particulares mecanismos de sufrimiento psicológico que caracterizan el carácter *saudoso*. Dichos fundamentos podemos rastrearlos en buena parte de la poesía romántica escrita en portugués y que refieren padecimientos tales como la ansiedad, la nostalgia, la depresión o el instinto suicida, entre otros. Al respecto, ha sido muy útil destacar de inicio los antecedentes históricos y etimológicos sobre los que se asienta el sentimiento *saudoso*, depositando a lo largo de los siglos un evidente calado en la psicología cultural de ciertos pueblos de Europa y América. Asimismo, hemos abordado un análisis del objeto desencadenante de la *saudade* y, más concretamente, de la relación que el sujeto de temperamento *saudoso* establece con aquél. En función de la particular idiosincrasia de dicha relación, las consecuencias pueden ser de mayor o menor gravedad para el sujeto afectado, como prueba la descripción fenomenológica de la *saudade* que apuntamos en nuestro trabajo. De la ambivalente vinculación afectiva con el objeto personal de

⁶⁰ BULAT, Z. Op. Cit.

⁶¹ BANDEIRA, M. Op. Cit. p. 75.

cada *saudade*, se desprende una serie de analogías psicopatológicas que han trascendido el tiempo y las culturas adoptando formas universales de padecimiento psíquico.

Nuestro trabajo, sin embargo, no acaba aquí. La *saudade* resulta un objeto de estudio de extremado interés para las ciencias sociales, con evidentes líneas de fuga a la psicología, la literatura, la historia, la antropología, la sociología y otras ciencias afines. Sin duda consideramos que esta atención pueda suscitar nuevas formas de colaboración interdisciplinar para contribuir de manera significativa a un mayor entendimiento de la naturaleza humana.

Bibliografía citada

- ÁLVAREZ, Francisco Javier. **Mística y depresión**. Madrid: Trotta, 1997.
- BANDEIRA, Manuel (comp.). **Apresentação da poesia Brasileira. Uma antologia de poetas brasileiros**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.
- BULAT, Zusanna. Saudade: A Key Portuguese Emotion. **Emotion Review**, v. 4, n. 2, 2012.
- CAVALCANTI, Camillo. **Modernidade Brasileira: Poesia Ottocentista**. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013.
- HEIDEGGER, Martin. Ser-en-el-mundo. In: SAKAKIAN, William S. (Ed.), **Historia de la Psicología**. México: Trillas, 2003.
- JAMES, William. O que é uma emoção? **Clínica & Cultura**, v. 2, n. 1, p. 95-113, 2013.
- LANGE, Carl. Teoría de las emociones. In: SAHAKIAN, William S. (Ed.), **Historia de la Psicología**. México: Trillas, 1992.
- LEAL, Joao. The making of saudade. National identity and ethnic psychology in Portugal. In: DEKKER, T.; HELSLOOT, J.; WIJERS, C. (Eds.), **Roots & Rituals. The Construction of Ethnic Identities**. Amsterdam: Het Spinhuis, p. 267-288, 2000.
- MELO, Victor. **Esporte e lazer: conceitos**, cap. 2, Uma introdução histórica. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Memória social e saudade: Especificidades e possibilidades de articulação na análise psicosocial de recordações. **Memorandum**, v. 8, p. 5-19, 2005.
- MULLET, Etienne. A Prototype Analysis of the Portuguese Concept of Saudade. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 45, n. 4, p. 660-670, 2014.
- NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Memória social e saudade: Especificidades e possibilidades de articulação na análise psicosocial de recordações. **Memorandum**, v. 8, p. 5-19, 2005.

NETO, Félix; MULLET, Etienne. A Prototype Analysis of the Portuguese Concept of Saudade. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 45, n. 4, p. 660-670, 2014.

NORDAU, Max. **Fin de Siglo**. Jaén: Del Lunar, 1999.

Nueva Biblia de Jerusalén. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **Estudios sobre el amor**. Barcelona: Círculo de Lectores, 1966.

PÉREZ FERNÁNDEZ, Abraham. Filosofia da saudade. **Anales del Seminario de Historia de la Filosofía**, v. 30, n. 2, p. 573-616, 2013.

PESSOA, Fernando **Escritos sobre genio y locura**. Barcelona: Acantilado, 2013.

PI Y MOLIST, Emilio. **Primos del Don Quijote en el concepto médico-psicológico y consideraciones generales sobre la locura**. Barcelona: Imprenta Barcelonesa, 1886.

PIÑEIRO, Ramón. **Filosofía da Saudade**. Vigo: Galaxia, 2009.

SÁNCHEZ-MORENO, Iván. El último aullido de Argos. Esbozos para una psicología de la saudade. **Mnemosine**, v. 12, n. 1, p. 122-160, 2016.

SÁNCHEZ-MORENO, Iván. Esa melancolía gozosa que no cesa. Construcción de la saudade desde una perspectiva histórico-cultural. **Revista de História Comparada**, v. 10, n. 1, p. 7-57, 2016.

SILVEIRA, Leonardo Lucena Pereira Azevedo. Para além da origem da palavra saudade (ou antropologia de um sentimento coletivo). **Revista Litteris**, v. 4, 2010.

SOTO, Luis. **O Labirinto da Saudade**. Santiago de Compostela: Laiovento, 2012.

TORRES QUEIRUGA, Andrés. **Para unha filosofía da saudade**. Orense: Fundación Otero Pedrayo, 2003.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. Sobre la saudade portuguesa. **Quarto de Traducción**, v. 10, 2013.

WUNDT, Wilhelm. **Elementos de Psicología de los Pueblos. Bosquejo de una historia de la evolución psicológica de la Humanidad**. Madrid: Daniel Jorro, 1920.

Recebido: 08/07/2017
Aprovado: 11/10/2017